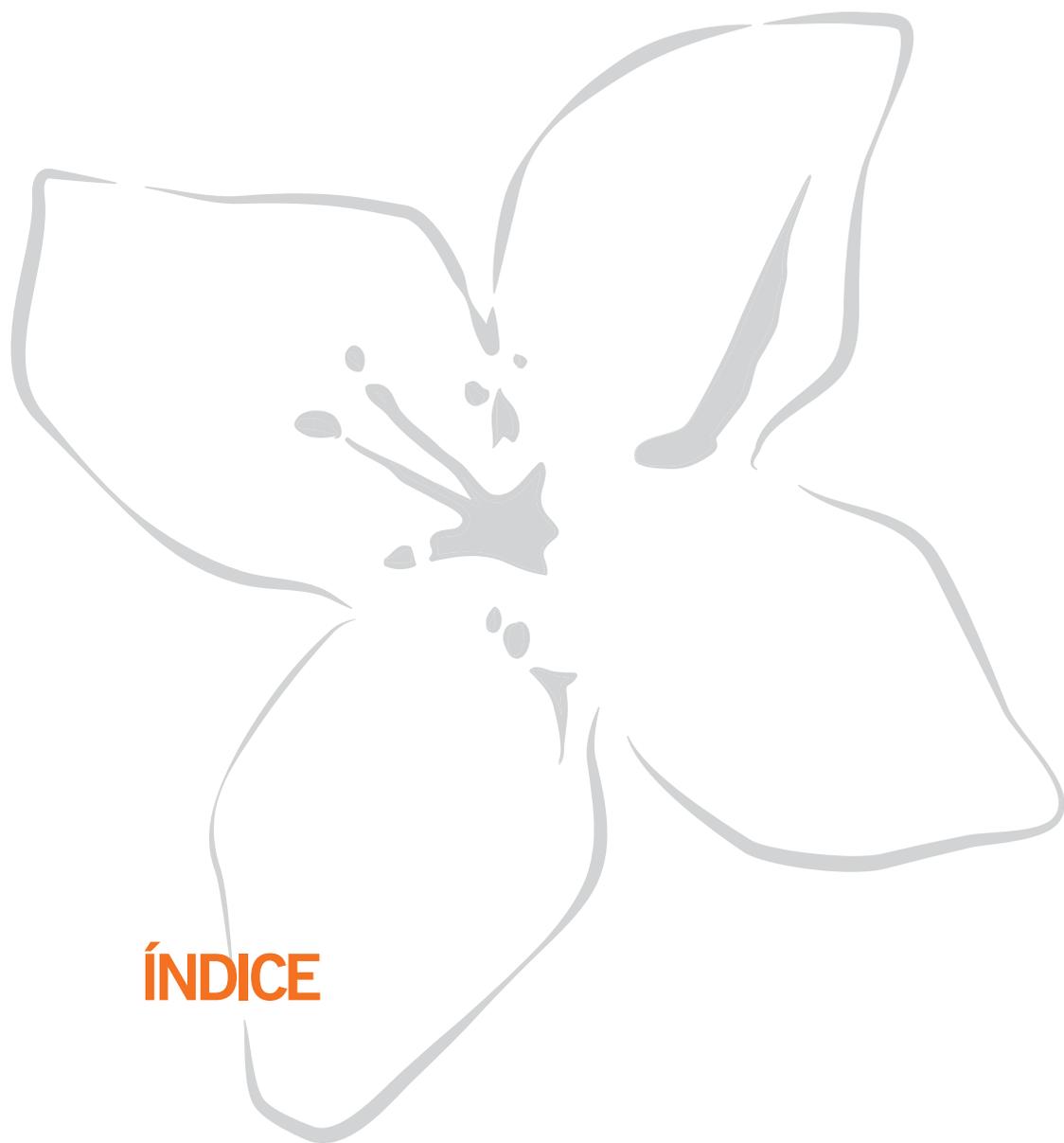




Relatório e Contas'12



ÍNDICE

	RELATÓRIO		
4	Mensagem do Presidente	62	Comunicação
8	Principais Indicadores	65	Responsabilidade Social
10	Evolução do Negócio: 2010-2012	67	Prémios
12	2012 em Revista		GESTÃO DE RISCO
14	Expectativas para 2013	70	Governança e Organização da Gestão dos Riscos
	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	71	Risco de Crédito
18	Economia Internacional	75	Riscos de Liquidez e de Mercado
20	Economia Angolana	79	Risco Operacional
24	Alterações Regulamentares	82	Riscos Legais
	O BFA		ANÁLISE FINANCEIRA
30	Governo Societário	86	Análise Financeira
30	Modelo de Governo	96	Proposta de Aplicação de Resultados
32	Composição dos Órgãos Sociais		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS
33	Organigrama	100	Demonstrações Financeiras
34	Comissão Executiva do Conselho de Administração	104	Notas às Demonstrações Financeiras
38	Política de Distribuição de Resultados	144	Relatório de Auditoria
38	Participações Sociais Relevantes	146	Relatório e parecer do Conselho Fiscal
38	Comunicação Institucional		ANEXOS
39	Código de Conduta	150	Contactos BFA
40	Visão, Valores e Compromissos		
42	Principais Áreas de Negócio		
43	Particulares e Negócios		
46	Centros de Investimento		
48	Empresas		
51	Centro de Empresas Oil & Gas		
53	Unidade de Business Development		
54	Inovação e Tecnologia		
57	Canais de Distribuição		
59	Recursos Humanos		

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Num ano 2012 difícil ao nível internacional, ao nível interno, o cenário foi favorável. A economia angolana registou um dinamismo assinalável em 2012, estimando o Ministério das Finanças que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha aumentado, em volume, cerca de 7.4%, que compara com 3.9% em 2011. A reanimação do sector petrolífero, que verificou ritmos de expansão na ordem de 4.3% depois de três anos consecutivos de recuo da actividade, esteve parcialmente na base deste bom desempenho.

No final de 2012, as reservas cambiais alcançaram 30.6 mil milhões USD, um incremento de 4.5 mil milhões USD face a Dezembro de 2011; este valor ultrapassa o total da dívida pública externa (estimado em cerca de 20 mil milhões USD) e correspondia a cerca de 7.3 meses de importações.

O kwanza registou uma ligeira desvalorização, na ordem de 0.6% ao longo do ano.

Por seu lado, a política monetária seguida parece não ter comprometido o objectivo de inflação, que em Dezembro atingiu os 9.02%, um mínimo histórico. O movimento permitiu acomodar uma descida das taxas de juro; a taxa LUIBOR para o prazo de 1 ano diminuiu de 12.4% no início de 2012 para 10.7% no final do ano.

No âmbito de outras condicionantes externas, continuamos a participar no processo de desdolarização da economia e do sistema bancário, designadamente através da focalização da concessão de crédito em moeda nacional e a imposição de limitações à concessão de crédito em moeda externa.



Integrado na nossa estratégia de crescimento da carteira de crédito, aderimos e promovemos activamente o Programa Angola Investe, que tem como objectivo melhorar o acesso das Micro, Pequenas e Médias empresas dos sectores agrícola e industrial ao crédito bancário através de garantias do Estado e bonificação da taxa de juro.

A melhoria da qualidade de resposta comercial e da qualidade de serviço, continuam a ser uma das nossas prioridades. A par de acções de formação e de uma maior intervenção das Direcções Comerciais na organização dos balcões, criamos uma Área de Tratamento de Reclamações como meio de sistematizar a resposta às reclamações e dar cumprimento às disposições regulamentares nesta matéria e estabelecemos uma nova Direcção de Apoio Comercial e Dinamização de

Vendas para apoiar mais directamente a acção da Direcção de Empresas e dos Centos de Empresa.

O ano de 2012, também foi marcado pelo desafio do novo regime cambial do sector petrolífero, através do qual os fluxos financeiros passarão a ser internalizados no sistema bancário angolano. Temos argumentos particularmente valorizados pelas empresas que actuam neste sector e a nossa resposta materializou-se na criação do Centro de Empresas - Oil & Gas, equipa dedicada a concretizar a estratégia de actuação do BFA, e no estabelecimento de mecanismos automáticos de processamento de pagamentos.

Continuamos a afirmar-nos como um Banco de referência no mercado angolano, alargando a nossa rede de balcões, numa estratégia de proximidade e de abordagem segmentada, reforçando a participação em programas de

“um banco de referência no mercado angolano”

inclusão financeira e dinamizando o acesso aos nossos serviços através do BFA Net e do BFA SMS, ambos com enorme adesão. Ao nível da gestão de riscos, continuamos a privilegiar a solidez estrutural do nosso balanço, dar prioridade à liquidez e a manter um grande rigor na gestão dos riscos.

Em 2012, demos grande prioridade ao reforço das estruturas de gestão, com impacto na qualidade de serviço e na mitigação do risco operacional, das quais destaco os seguintes:

- Aprovação do investimento num novo Centro de Processamento de Dados e de Disaster Recovery, com recurso às mais modernas tecnologias que nos darão maior agilidade e segurança para atender aos novos desafios e exigências dos Clientes;

- Início da 1ª fase de implementação do projecto eMudar@BFA, que irá modernizar a forma de actuação e registo de operações nos balcões, melhorando a qualidade de atendimento e mitigando o risco operacional;
- Criação da Direcção de Compliance e definição do roadmap para melhorar com significado os mecanismos e procedimentos de gestão no âmbito do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Num contexto de acrescida concorrência, alcançamos importantes resultados:

- Forte crescimento dos depósitos: 12.8%
- Retoma do crescimento da carteira de crédito: 8.1%
- Crescimento recorde do número de Clientes e da utilização de produtos e de serviços

Contudo, num cenário fortemente influenciado pela descida significativa das taxas de juro do Kwanza, o ano foi marcado por uma redução da margem financeira que não foi totalmente compensada pelo acréscimo de outros proveitos. Apesar da rigorosa gestão de custos, o resultado reduziu-se em 13.1% mantendo, em qualquer caso, elevados indicadores de rentabilidade e de solvabilidade:

- Rentabilidade do Activo: 3.0%
- Return on equity: 30.3%
- Ratio cost-to-income: 41.9%
- Ratio de Solvabilidade Regulamentar: 24.2%

Uma nota aos nossos colaboradores pelo empenho, dedicação e zelo com que lidaram com os desafios enfrentados em 2012. Os nossos colaboradores são a peça essencial no

relacionamento com os Clientes e por isso requerem uma atenção especial. Cientes do muito que há para fazer no âmbito da qualificação profissional, temos desenvolvido várias acções de formação internas e externas.

Finalmente, um especial agradecimento aos nossos Clientes pela preferência e confiança sempre demonstradas, e pelo privilégio de os servir, ficando assegurado o compromisso do BFA de continuar a fazer tudo para a melhoria constante e sustentada da qualidade do atendimento e do nível e segurança do serviço prestado.



Emídio Pinheiro

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhões de USD

	Dez.10	Dez.11	Dez.12	Δ%10-11	Δ%11-12
Activo Total	6.450,3	7.062,4	7.930,0	9,5%	12,3%
Crédito sobre Clientes ¹	1.575	1.321	1.427,3	-16,1%	8,1%
Depósitos de Clientes	5.566,4	6.181,8	6.972,2	11,1%	12,8%
Capitais Próprios e Equiparados	655,6	722,4	776,2	10,2%	7,4%
Produto Bancário	424	425,2	393,5	0,3%	-7,5%
Margem Financeira	273,2	269,1	227,5	-1,5%	-15,5%
Margem Complementar	150,9	156,1	166,0	3,5%	6,3%
Custos de Estrutura ²	141,3	157,8	165,0	11,7%	4,5%
Resultado de Exploração	303,4	289,9	254,9	-4,4%	-12,1%
Resultado Líquido	261,8	253	219,8	-3,4%	-13,1%
Rendibilidade do Activo Total [ROA]	4,2%	3,7%	3,0%	-0,5p.p	-0,7 p.p
Rendibilidade dos Fundos Próprios [ROE]	43,3%	37,4%	30,3%	-5,9 p.p	-7,1 p.p
Cost-to-Income	33,1%	37,1%	41,9%	4,0 p.p	4,8 p.p
Activo Total / Colaborador	3,2	3,3	3,5	2,7%	6,1 %
Rácio de Transformação	28,3%	21,4%	20,5%	-6,9 p.p	-0,9 p.p
Rácio Solvabilidade Regulamentar ³	na	25,5%	24,2%	na	-1,3p.p
Crédito Clientes Vencido / Total Crédito Clientes	4,0%	6,1%	4,8%	2,1 p.p	-1,3 p.p
Provisões de Crédito / Crédito Vencido	167,7%	122,2%	143,1%	-45,5 p.p	20,9 p.p
Cobertura do Crédito por Provisões de Crédito	6,5%	7,5%	6,6%	1,0 p.p	-0,9 p.p
Número de Balcões ⁴	143	158	167	10,5%	5,7%
Número de Colaboradores	2.038	2.172	2.267	6,6%	4,4%
Média Colaboradores por Agência	11,0	11,0	10,6	0,1%	-4,0%
Média Colaboradores por Centro Empresa	11,2	11,5	10,4	3,1%	-9,3%
Média Colaboradores por Centro Investimento	6,3	7,8	6,0	23,7%	-23,4%
Taxa Penetração BFA Net	17,5%	24,3%	32,8%	6,8 p.p	8,5 p.p
Taxa Penetração Cartões de Débito	52,0%	48,3%	52,3%	-3,7 p.p	4,0 p.p

¹ Crédito líquido de provisões.

² Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.

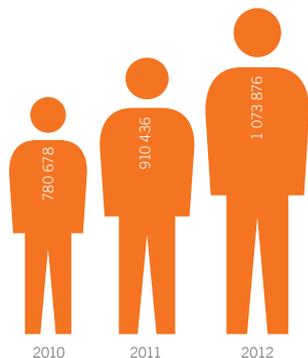
³ Em 2011 o Rácio de Solvabilidade Regulamentar passou a incorporar o coeficiente de risco cambial (CRC). Para efeitos comparativos o Rácio de Solvabilidade sem CRC é de 30,9%, 31,4% e 30,0%, em 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

⁴ Agências + CE's + CI's + PAB's

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

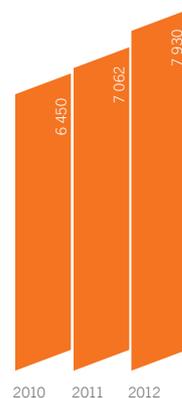
Evolução do Negócio: 2010-2012

Cientes (nº)



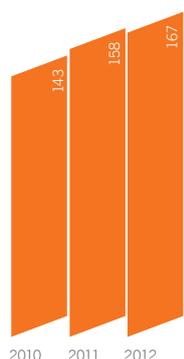
Foi ultrapassada a barreira de 1.000.000 clientes.

Activo Total (MUSD)



Crescimento sustentado do balanço do Banco.

Balcões (nº)



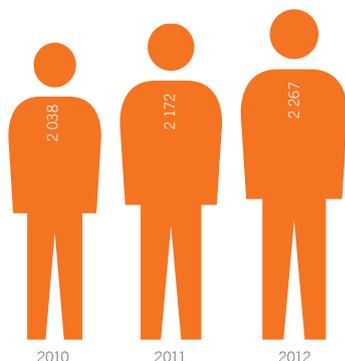
O crescimento continuado da rede de balcões atesta a importância da política de proximidade e de cobertura geográfica nacional para o Banco.

Fundos Próprios Totais (MUSD)



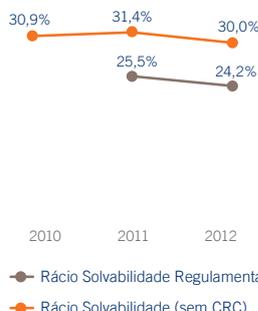
Fundos Próprios elevados, robustos e crescentes constituem uma sólida base financeira do BFA para servir, com segurança, as necessidades dos seus clientes.

Colaboradores (nº)



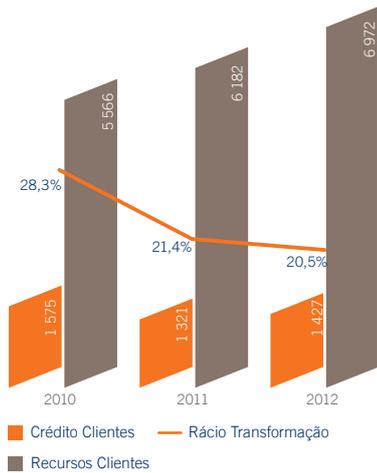
Continuidade da aposta na identificação, captação e desenvolvimento do Capital Humano.

Rácio Solvabilidade



Atestado por um rácio de solvabilidade muito acima das exigências.

Actividade com Clientes



Níveis de liquidez elevados asseguram a preparação para os desafios futuros e o financiamento da economia.

Resultado Líquido (MUSD)



Resultados Líquidos reflectem os esforços de crescimento e influenciados pela redução das taxas de juro de mercado.

Qualidade do Crédito



Melhoria da qualidade do crédito – redução do Crédito Vencido e aumento do Rácio de Cobertura por Provisões.

Serviços



Expansão dos níveis de penetração de Cartões de Débito e serviço de Homebanking BFA Net, mantendo a posição de liderança na oferta de cartões.

Crescimento da rede de balcões atingindo em Dezembro um total de

167

Pontos de Atendimento

139

Agências

15

Centros Empresa

5

Pontos de Atendimento Bancário

8

Centros de Investimento

Liderança de mercado na oferta de serviços

26,7%

Quota de Cartões de Débito

28,9%

Quota de TPA's

20%

Quota de Balcões na Província de Luanda

498

Criação da Direcção de Compliance dando cumprimento ao estabelecido pelo Aviso N°22/2012 de 25 de Abril do Banco Nacional de Angola e criando mecanismos específicos de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Criação da Direcção de Apoio Operacional e Dinamização de Vendas com o objectivo de maximizar a performance das equipas a nível operacional, comercial e de vendas da Direcção de Empresas

Número de clientes ultrapassou a fasquia de um milhão em 2012

1.073.876

Número em Dezembro de 2012

Número de colaboradores do BFA cresceu

2.267

Número em Dezembro de 2012

+4,4%

Crescimento em relação a 2011

Carteira de Crédito

1.450,6

Milhões de USD

+8,7%

Crescimento em relação a 2011

Melhoria da qualidade da Carteira de Crédito, com uma redução do crédito vencido em percentagem do crédito total

143,1%

Rácio de cobertura do crédito vencido por provisões

6,1%

Em 2011

4,8%

Em 2012

Criação da Área de Tratamento de Reclamações, dando cumprimento ao disposto no normativo estabelecido pelo Aviso nº 02/2011 do BNA e estabelecendo o circuito de recepção, tratamento e acompanhamento das reclamações do Banco, garantindo o tratamento adequado das comunicações dos clientes.

Criação do Centro de Empresas Oil & Gas, uma estrutura especializada no acompanhamento de clientes do sector petrolífero.

Adesão ao programa do governo “Angola Investe” dirigido ao financiamento de micro, pequenas e médias empresas (MPME) dos sectores agrícola ou industrial.

Início da implementação na rede de balcões, de novos processos e aplicações de suporte com objectivo de melhoria de serviços e maior controlo operacional no âmbito do projecto eMudar@BFA

Participação no lançamento do Serviço de Transferências a Crédito (STC) promovido pela EMIS e integração nos sistemas do banco.

Aprovação do investimento num novo Centro de Processamento de Dados (CPD) com recurso às mais modernas tecnologias e reforço das políticas de segurança de sistemas de informação.

Prémio “Banco do ano em Angola 2012” atribuído pela revista The Banker para a edição 2012 do Bank of the Year Awards.

Prémio “Melhor Banco em Angola”, atribuído pela EMEA Finance Magazine.

Prémio “Straight Through Processing”, atribuído pelo Deutsche Bank.

Expectativas para 2013

O desempenho esperado para a economia Angolana no ano 2013, designadamente o incremento das actividades de exploração e produção do sector petrolífero bem como o dinamismo significativo dos restantes sectores (à semelhança do já verificado em 2012), faz antever um conjunto de oportunidades e desafios relevantes para a actividade bancária.

Em 2013 será expectável a continuação do processo de desenvolvimento sustentado do sistema financeiro angolano, assente na continuação do processo de bancarização e desdolarização da economia. A solidez estrutural do BFA, atestada pelos diversos indicadores de liquidez, solvabilidade e risco asseguram a total preparação do Banco para os desafios que se avizinham, garantindo o apoio aos seus clientes e ao desenvolvimento económico e social de Angola. As perspectivas do BFA para 2013 podem ser resumidas em cinco eixos de actuação.

I. Crescimento Orgânico e Proximidade: Centrar o BFA totalmente no Cliente

Em 2013 o BFA pretende continuar o processo de expansão da sua rede comercial com a abertura de novos balcões direccionados não só aos clientes particulares mas também aos clientes do segmento empresarial e do segmento alto de particulares.

Assume-se assim como grande ambição centrar o BFA totalmente no cliente, continuando a implementação da política de proximidade, garantindo uma oferta de produtos adequados às suas necessidades e a melhoria contínua da qualidade de atendimento, da rapidez e da eficácia dos processos de negócio, empreendendo continuamente políticas e procedimentos tendentes à consecução desse objectivo.

II. Desenvolvimento do Negócio

A entrada em vigor da nova lei cambial coloca desafios significativos ao sistema financeiro angolano. A preparação do BFA para este desafio foi colocada em marcha em 2012 com a criação do Centro de Empresas Oil & Gas, pretendendo-se aprofundar e desenvolver em 2013 o relacionamento do Banco com as empresas do sector.

Em 2013 será reforçado o programa Angola Investe, tendo o BFA em 2012 iniciado a sua preparação com o desenvolvimento de um aplicativo dedicado ao programa. O BFA ambiciona ser um parceiro de negócio privilegiado do segmento empresarial ao abrigo do programa, continuando a sua aposta no desenvolvimento do tecido empresarial, apoiando iniciativas empresariais bem estruturadas e com adequados níveis de gestão.

Os objectivos de crescimento da carteira de crédito serão enquadrados de modo a assegurar níveis adequados da qualidade e do risco da sua carteira. Para este efeito, procurar-se-á assim desenvolver iniciativas e produtos, dirigidos aos diferentes tipos de clientes e segmentos de negócio, cumprindo também por esta via a sua estratégia de segmentação.

Em 2013 o BFA irá reforçar ainda a sua aposta no desenvolvimento e lançamento de novos mecanismos de pagamento electrónicos, alargando a sua oferta de cartões à disposição dos seus clientes. Adicionalmente será feita a migração do seu sistema de gestão de cartões para o sistema OpenWay da EMIS.

A Reforma Tributária em Angola trará ainda mudanças importantes que poderão impactar não só a actuação do Banco em diversas vertentes, como também, o negócio do sistema bancário em geral.

III. Aprofundamento da Cultura de Mitigação de Risco

O BFA irá continuar a desenvolver iniciativas no sentido de aprofundar a sua cultura de gestão e mitigação de riscos financeiros e operacionais, prevendo-se o desenvolvimento e implementação de novos procedimentos e metodologias de avaliação de risco.

Em particular, em 2013 o BFA irá proceder à implementação do seu novo Centro de Processamento de Dados (CPD) com recurso às tecnologias mais modernas; à implementação das políticas de segurança de sistemas de informação e; à finalização da implementação do projecto eMudar@BFA em todas as agências do banco.

Adicionalmente, e à semelhança do ano 2012, será dada grande importância ao reforço das áreas de recuperação de crédito e de contencioso bem como, ao desenvolvimento de políticas tendentes à melhoria da carteira de crédito.

Em 2013 prevê-se ainda o reforço do procedimento de AML/FT, garantindo uma aposta eficiente no cumprimento das exigências regulamentares e legais em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

IV. Investimento no Desenvolvimento da Infra-estrutura Tecnológica

O investimento na modernização das infra-estruturas e serviços tecnológicos assumirá uma importância significativa em 2013, pretendendo o BFA continuar a apostar: na melhoria da rede de comunicações, nomeadamente das Unidades Comerciais; no aumento dos níveis de segurança da rede tecnológica; e como referido anteriormente na instalação de um novo CPD e na conclusão do projecto eMudar@BFA.

O BFA irá investir ainda no desenvolvimento das funcionalidades do seu serviço de Homebanking para empresas e particulares, garantindo o ajustamento do mesmo às necessidades transaccionais dos seus clientes.

V. Políticas de Recursos Humanos e Qualificação

A par com o crescimento da sua orgânica e da rede comercial, o BFA continuará a desenvolver um esforço intenso de captação de talento, recrutando colaboradores com elevado potencial de desenvolvimento.

Será ainda dada grande importância ao reforço dos níveis de qualificação dos colaboradores, como veículo privilegiado para assegurar uma melhoria contínua da qualidade de atendimento dos seus clientes.



**ENQUADRAMENTO
ECONÓMICO**

18	Economia Internacional
20	Economia Angolana
24	Alterações Regulamentares

Economia Internacional

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

O ano de 2012 ficou marcado por uma desaceleração da actividade económica mundial e pela elevada incerteza nos mercados internacionais. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento da economia mundial abrandou para 3.2% no ano passado, inferior ao crescimento de 3.9% em 2011 e de 5.1% em 2010. Esta desaceleração deveu-se sobretudo à intensificação da crise da dívida soberana em alguns estados-membros da zona euro, com o perdão de dívida à Grécia a assumir-se como um dos desenvolvimentos mais importantes do ano. A incerteza associada à possibilidade de cortes automáticos na despesa e de aumento de impostos nos Estados Unidos da América (conhecido por Fiscal Cliff) e a adopção de medidas não-convencionais de política monetária pelos principais bancos centrais, foram factores que condicionaram também a actividade económica ao longo do ano.

O último trimestre de 2012 poderá ter sido o ponto mais baixo do ciclo económico actual. A economia dos EUA cresceu apenas 0.1% face ao período homólogo e tanto a Alemanha como a França, duas das principais economias da zona euro, contraíram em cadeia (-0.6% e -0.3%, respectivamente). No conjunto do ano, a zona euro contraiu 0.6% e os EUA cresceram 2.2%. As economias emergentes e em desenvolvimento, bastante dependentes do comércio internacional, contribuíram também para a desaceleração da economia global.

Em 2013, a produção mundial deverá crescer 3.5%, estando esta projecção condicionada pela evolução da actividade económica na zona euro, pela resolução do Fiscal Cliff nos EUA, pela evolução do comércio internacional e pelos efeitos da política monetária significativamente acomodatória. A maior propensão ao risco, derivada da menor incerteza que a política monetária proporcionou, e o andamento do preço internacional do petróleo deverão também condicionar o crescimento do PIB mundial durante este ano.

A área do euro poderá registar ainda uma queda da actividade (a Comissão Europeia projecta uma contracção do PIB de 0.3%, em volume, em 2013), com os países mais afectados pela crise da dívida (como Grécia, Portugal e Espanha) ainda a contraírem face ao ano anterior. A capacidade das instituições europeias darem uma resposta determinante à divergência estrutural nos países membros será um importante factor a ter em atenção.

Nos EUA, o corte automático da despesa federal a partir de Março, sem ter existido um consenso entre Democratas e Republicanos, deverá constituir um factor negativo sobre o crescimento, que poderá abrandar para 1.7%, segundo o FMI. Por outro lado, espera-se um retorno a taxas de crescimento mais elevadas nos países emergentes. Estes países deverão beneficiar de um maior apetite pelo risco e de políticas económicas direccionadas ao estímulo do consumo e do investimento. A China deverá crescer 8.2%, depois da desaceleração de 9.3% em 2011 para 7.8% em 2012; o Brasil deverá crescer 3.5% e a Rússia 3.7%. Por último, destaca-se a evolução da actividade no conjunto dos países da África Subariana: tendo permanecido relativamente imunes à crise mundial, deverão crescer 5.8% no novo ano, face ao crescimento de 4.8% em 2012.

MERCADO MONETÁRIO E OBRIGAÇÕES

A política monetária manteve-se expansionista durante 2012, caracterizada sobretudo pela adopção de medidas não-convencionais num contexto de taxas de juro próximas de zero. Os bancos centrais forneceram ampla liquidez ao sistema bancário, procurando diminuir os custos de financiamento dos agentes económicos e contribuir para suportar a recuperação da economia global num contexto de níveis de endividamento elevados. Para além da introdução de medidas não-convencionais, através da compra de títulos de dívida, os discursos das autoridades monetárias enfatizaram a necessidade de continuar com taxas de juro reduzidas por um período alargado, com o objectivo de influenciar as expectativas dos agentes económicos. Concretamente, das decisões do BCE destaca-se a redução da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento para 0.75% em Julho e o anúncio do programa de Transacções Monetárias Definitivas (OMT) em Setembro. A Fed introduziu o Quantitative Easing 3, através do qual garante a compra de dívida pública e de títulos colateralizados por empréstimos à habitação a um ritmo de 40 mil milhões de dólares por mês. No Japão, o banco central cedeu à pressão política e anunciou uma compra agressiva de títulos de dívida pública, tal como o Banco de Inglaterra.

A injeção regular e alargada de liquidez pelo BCE teve como consequência uma redução drástica das taxas Euribor para níveis mínimos históricos no final do ano: as taxas a 3, 6 e 12 meses atingiram os 0.18%, 0.32% e 0.54%, respectivamente. A acção

da Fed também foi decisiva para diminuir as taxas de curto prazo nos EUA: as taxas Libor sofreram, desta forma, uma tendência decrescente, apesar de menos acentuada: a taxa a 3 meses atingiu os 0.30% e a 6 meses desceu para os 0.50%, mantendo a mesma tendência nos primeiros dois meses de 2013.

O retorno dos títulos de dívida pública a 10 anos dos EUA e da Alemanha desceu substancialmente durante os primeiros 6 meses de 2012, com a intensificação da crise da dívida soberana a motivar uma procura por activos menos arriscados. A yield dos bunds alemães atingiu um mínimo de 1.16% e a dos treasuries norte-americanos diminuiu para 1.41%, traduzindo-se em taxas reais negativas em paralelo com um aumento quase exponencial dos juros da dívida soberana dos países periféricos. Contudo, a acção decisiva do BCE ao anunciar o programa OMT permitiu uma redução generalizada da incerteza e do risco e provocou uma forte redução dos juros da dívida sobretudo em Portugal, Grécia e Irlanda. Como resultado, Portugal e Irlanda conseguiram regressar ao mercado primário no início de 2013, com emissões de dívida a 5 anos.

MERCADO CAMBIAL E COMMODITIES

Dada a natureza intrínseca dos mercados, 2012 não deixou de ser caracterizado por um elevado grau de volatilidade, tendo permanecido central a crise europeia em todas as vertentes. A relativa aversão aos activos oriundos dos países periféricos da Zona Euro foi cíclica ao longo do ano, tendo havido várias acções de apaziguamento da turbulência por parte das autoridades. Contudo, foi crucial a afirmação do Presidente do BCE, de que tudo seria feito para salvar o euro, para além de se perspectivar a recapitalização directa de bancos em dificuldade e a criação do supervisor bancário. Do lado político, as eleições legislativas na Grécia e em Espanha deram lugar a governos estáveis. À Grécia foram admitidos empréstimos e condições financeiras adicionais e à Espanha foi concedido ajuda ao sistema bancário. Do lado macroeconómico, o contágio da crise económica pelos estados-membros, trazendo estagnação e recessão económica ajudou a cimentar a fuga do euro.

O câmbio de referência, o EUR/USD, foi muito sensível aos factos enunciados. Chegou a estar perto de 1.35, rapidamente desceu para 1.20, tendo terminado o ano em 1.32. As alterações de sentimento no período foram significativas. Embora a aversão ao euro tenha marcado o ano, beneficiando o dólar, a libra e o

iene, a moeda norte-americana esteve igualmente sujeita a uma política monetária fortemente expansionista e a desequilíbrios financeiros e orçamentais de difícil resolução política. O tecto da dívida foi várias vezes ultrapassado e o défice e despesa pública mantiveram-se em níveis relativos altos. O câmbio médio do ano situou-se em 1.29, que aparentemente representa um nível de preço de equilíbrio face aos factores em presença.

Taxa de Câmbio Eur/Usd e Preço do Brent



Em 2012 o mercado das matérias-primas foi igualmente marcado pela volatilidade dos preços. Na energia, o preço do petróleo alcançou extremos, de acordo com sentimentos e perspectivas que se foram formando ao longo do ano. O preço do Brent (referência para a OPEP e Europa) chegou ao preço máximo \$128.40 por barril, em Março, para rapidamente corrigir até ao valor mínimo \$88.90, em Junho. De um certo optimismo inicial passou-se rapidamente a um período muito pessimista quanto à realidade económica, ligado à crise do euro e ao abrandamento do crescimento ocorrido em diversos blocos.

A preocupação com a situação da China (discussão entre hard ou soft landing da economia) dominou grande parte do ano devido ao facto de ser o principal comprador de matérias-primas, mas ao mesmo tempo um dos principais fornecedores, tendo uma posição privilegiada no domínio das forças de mercado. Mesmo assim, o consumo médio diário global de crude foi de 89.8 milhões de barris por dia (mb/d) em 2012, que compara com os 88.8 mb/d registados em 2011, numa tendência sempre crescente ao longo dos trimestres. Deste modo, o preço do Brent fechou o ano em \$111.10 por barril.

Economia Angolana

ACTIVIDADE ECONÓMICA

INDICADORES ECONÓMICOS E PROJEÇÕES

	2008	2009	2010	2011P	2012E	2013E
Crescimento real do Produto Interno Bruto (tvh, %)	13,8	2,4	3,4	3,9	7,4	7,1
Sector petrolífero	12,3	-5,1	-3,0	-5,4	4,3	6,6
Sector não petrolífero	15,0	8,1	7,6	9,5	9,1	7,3
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1,906	1,809	1,755	1,660	1,739	1,840
Preço do petróleo angolano (média, USD/barril)	93,9	60,9	77,8	110,3	101,8	96,0
Índice de Preços no Consumidor (variação y-o-y, fim de período)	13,2	14,0	15,3	11,4	9,0	9,0
Saldo fiscal (% do PIB)	-5,6	-9,6	5,3	10,2	7,7	-3,4
Saldo fiscal primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-103,2	-57,7	-44,1	-48,2	-47,4	-43,8
Reservas internacionais líquidas (em milhões de USD)	17.499	12.622	17.328	26.084	30.631	40.309
Cobertura das importações pelas reservas brutas ¹	5,1	4,4	5,1	6,9	7,3	8,2
Câmbio médio (AKZ/USD)	75,0	79,3	91,9	94,0	95,6	96,3

¹ Reservas cambiais brutas expressas em termos de cobertura de meses de importações de bens e serviços no ano seguinte. ² Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração, depreciações e amortizações.
P - Provisório; E - Estimativa/Previsão
Fonte: FMI, BNA, INE, Min. Finanças Angola.

A economia angolana registou um dinamismo assinalável em 2012, estimando o Ministério das Finanças que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha aumentado, em volume, cerca de 7.4%, que compara com 3.9% em 2011. Refira-se que a estimativa do Fundo Monetário Internacional, no âmbito da segunda revisão do Acordo Stand-By-Agreement, aponta também para valores na ordem de 8% para o crescimento anual. A reanimação do sector petrolífero, que verificou ritmos de expansão na ordem de 4.3% depois de três anos consecutivos de recuo da actividade, esteve parcialmente na base deste bom desempenho. De facto, em 2012 foram ultrapassados alguns problemas técnicos que restringiram a produção em anos anteriores, para além de terem iniciado produção os campos PazFlor (220 mil barris/dia) de águas profundas e o campo Kizomba (140 mil barris/dia). Neste contexto, estima-se que a produção petrolífera tenha aumentado para 1.74 milhões de barris/dia (mbd) em 2012 face a cerca de 1.66 mbd no ano anterior.

Não obstante o bom desempenho do sector petrolífero, foram os restantes sectores de actividade que mais contribuíram para o crescimento, estimando o Ministério das Finanças uma expansão conjunta na ordem de 9.1% (9.5% em 2011), com um contributo de cerca de 5.7 p.p. para o crescimento anual do PIB. Destacam-se os sectores do Comércio, Agricultura e Construção, com contributos, respectivamente de 2 p.p., 1.3 p.p. e 0.6 p.p. para o crescimento anual.

Em 2013 o crescimento deverá permanecer robusto, estimando o Ministério das Finanças 7.1% (a previsão do FMI deverá ser brevemente revista em alta, em Agosto situava-se em 5.5%), previsão que poderá mesmo revelar-se conservadora. No que diz respeito ao sector petrolífero, existem expectativas de reforço da actual capacidade de produção pelo menos em 150 mil barris adicionais, segundo a British Petroleum (campo PSVM). Acresce referir que deverá entrar em fase de produção e exportação a unidade de transformação de gás natural (LNG), cuja capacidade se estima em 5.2 mil toneladas/ano, e que deverá iniciar exportações em meados do ano, após vários adiamentos. Antecipa-se também que os restantes sectores mantenham uma dinâmica acentuada, para a qual deverá contribuir o adequado enquadramento de políticas macroeconómicas. Em particular, o Investimento Público deverá aumentar cerca de 6.3 mil milhões de dólares, representando um acréscimo de 58% face à execução prevista de 2012. O objectivo do governo continua a ser o de renovar e construir infra-estruturas necessárias ao sector produtivo, nomeadamente à agricultura, indústria e sector mineiro.

SECTOR EXTERNO

BALANÇA DE PAGAMENTOS

	2008	2009	2010	2011P	2012E	2013E
Saldo da Balança de Bens e Serviços (% do PIB)	26,9%	-0,3%	19,5%	21,7%	17,9%	14,0%
Exportações (var. %)	42,6%	-37,4%	23,6%	32,8%	-0,3%	-4,3%
Das quais: export. Petróleo (var. %)	44,1%	-37,6%	23,5%	33,0%	0,1%	-4,7%
Importações (var. %)	53,6%	8,0%	-26,4%	21,4%	11,6%	8,5%
Balança Corrente (%do PIB)	1,8%	-9,9%	9,0%	9,6%	7,3%	4,4%

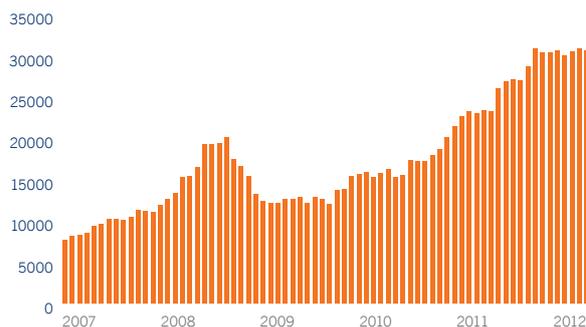
P - Provisório; E - Estimativa/Previsão
Fonte: FMI

De acordo com dados preliminares apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, até ao 3º trimestre de 2012, a Balança Comercial apresentou um excedente acumulado de USD 35.2 mil milhões, que compara com USD 34 mil milhões no mesmo período do ano anterior. Este desempenho traduz um aumento nominal de 8% das exportações, mais que compensando o acréscimo das importações em 18.5%. Entre os produtos exportados, o petróleo mostrou um bom desempenho, com um crescimento de 8.4% beneficiando do aumento da produção petrolífera, mas também da manutenção do preço médio do barril em níveis elevados. Destaque também para os produtos agrícolas, com um crescimento muito significativo mas partindo ainda de uma base reduzida (peso de 0.1% no total das exportações de mercadorias). Para o comportamento das Importações contribuíram sobretudo as componentes de Maquinaria e Equipamento, Veículos e Outros materiais de transporte, Metais Comuns e Produtos Agrícolas. Continuam a predominar a importação de bens de investimento e de consumo no conjunto dos produtos adquiridos ao exterior. As previsões apontam para que a Balança Corrente se mantenha em terreno positivo nos próximos anos, embora se deva assistir a uma redução do seu excedente. A estimativa do FMI aponta para que represente 7.3% do PIB em 2012 e 4.4% em 2013, tendência que reflecte o esforço de investimento e também a acumulação de défices na Balança de Serviços e de Rendimentos.

No final de 2012, as reservas cambiais alcançaram 30.6 mil milhões US\$, um incremento de 4.5 MM US\$ ou 17% face a Dezembro de 2011. A manutenção dos termos de troca em níveis favoráveis, a entrada de fundos associados ao acordo celebrado com o FMI e a estabilização do kwanza possibilitaram a acumulação continuada de reservas, que

ultrapassam o valor da dívida pública externa (estimado em cerca de US\$ 20 mil milhões) e correspondiam a cerca de 7.3 meses de importações em Dezembro.

Reservas Cambiais



Fonte: Banco Nacional de Angola.

O kwanza registou uma ligeira desvalorização, na ordem de 0.6% ao longo do ano. As autoridades deverão prosseguir a actual política de estabilidade cambial, actuando esta variável como mecanismo de ajustamento da procura interna, de modo a assegurar saldos externos equilibrados e o controlo da inflação.

Em 2013, antecipa-se a manutenção da tendência favorável na composição das reservas externas, suportada pela perspectiva de reforço da produção petrolífera e alcance de excedentes externos confortáveis. O preço do petróleo deverá permanecer suportado nos mercados internacionais, sobretudo por factores de ordem política, ainda que a debilidade da recuperação da economia global possa contrariar esta tendência.

CONTAS PÚBLICAS

Em 2012, o governo angolano deverá apresentar um superávit orçamental de 7.7% do PIB, acima do esperado no respectivo OGE (2.4%). O acréscimo da produção petrolífera e a manutenção do preço do petróleo num patamar elevado permitiram a execução das receitas fiscais acima do previsto, enquanto pelo lado da despesa se registou uma gestão prudente da despesa corrente e de capital. A despesa pública incorpora pela primeira vez as operações parafiscais conduzidas pela Sonangol em anos anteriores, conferindo maior transparência à intervenção do Estado na economia.

Para 2013, o OGE 2013 prevê o registo de um saldo orçamental deficitário, na ordem de 3.4% do PIB. Pressupostos conservadores relativamente à evolução da receita fiscal (com base numa previsão média do preço do petróleo de 96 USD/barril) e o aumento previsto da despesa pública de 27% face ao executado em 2012, justificam a antecipação de que se registre um défice nas contas do Estado. O aumento da despesa é explicado essencialmente pelos planos de investimento público, que aumentará 58% - em 2013, o governo prevê executar USD 17 mil milhões em despesas de investimento, face a USD 10.7 mil milhões executados no ano anterior. Refira-se, entre estes, 3.1 MM USD para o sector de energia eléctrica e 2.3 MM USD para o transporte rodoviário.

Em 2012, a forma privilegiada de financiamento do Estado continuou a ser a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), sobretudo de maturidades mais longas (BT a 364 dias corresponderam a 62% do total colocado). O saldo vivo estimado no final do ano ascendia a 110 MM AKZ; menos 125 mil milhões que em 2011. As taxas médias de colocação no prazo de 1 ano não registaram tendência definida, tendo o custo de financiamento subido ligeiramente no final do ano, para 5.14%. Relembre-se que a taxa de inflação se situou em 9.02% em 2012, implicando uma remuneração real negativa dos instrumentos de dívida pública de curto prazo.

Em 2013, o Estado deverá financiar-se sobretudo através da colocação de títulos no mercado interno (USD 4.6 mil milhões) e do reforço de linhas de crédito com o exterior (USD 8.0 mil milhões). Dependendo da evolução das condições económicas globais, o governo poderá avançar

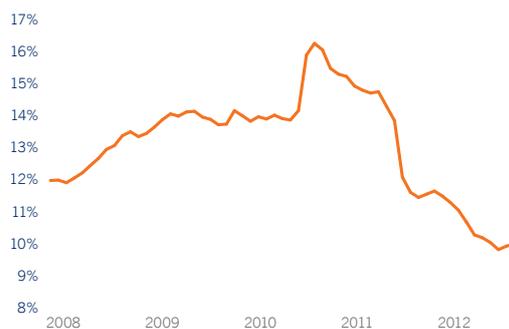
com uma emissão de dívida pública em euros já este ano, seguindo o exemplo de países vizinhos, como a Zâmbia e a Namíbia.

INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO

Depois de, em 2011, o Banco Nacional de Angola ter criado o Comité de Política Monetária (CPM) e fixado o principal instrumento de intervenção – a Taxa Básica de Juro (Taxa BNA) – em 10.5%, em 2012 a política monetária revelou-se acomodaticia. A taxa BNA desceu 25 p.b. em Janeiro, para 10.25%. No início de 2013, registou-se nova descida da taxa de referência, para 10%. As taxas de absorção e cedência de liquidez também se reduziram para 1.25% e 11.25%. Beneficiando de um cenário de inflação mais benéfico, o objectivo da política monetária do BNA tem sido diminuir o custo do crédito concedido pelo sistema financeiro, que permanece muito elevado.

A política monetária seguida parece não ter comprometido o objectivo de inflação, que em Dezembro atingiu um mínimo histórico, e que permitiu acomodar uma descida das taxas de juro; a taxa LUIBOR para o prazo de 1 ano diminuiu de 12.4% no início de 2012 para 10.7% no final do ano.

Taxa de inflação Homóloga



Para 2013, as autoridades estabeleceram os 9% como meta de variação dos preços ao consumidor. A tarefa poderá ser facilitada, atendendo à previsão de desaceleração da actividade económica no próximo ano, embora factores estruturais de estrangulamento da oferta permaneçam relevantes.

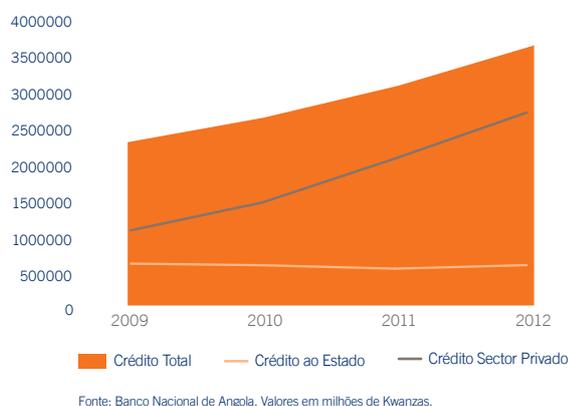
Os instrumentos de absorção de liquidez (Títulos do Banco Central – TBC) foram utilizados em maior escala

pela autoridade monetária em 2012. Para isso poderá ter contribuído a aceleração da composição de depósitos no sistema bancário. As emissões totais correspondem a 760.8 mil milhões de AKZ, face a 273.6 em 2011, tendo sido colocados maioritariamente títulos a 63 dias. Em termos de saldo vivo, a redução foi de cerca de 95 mil milhões de AKZ, atingindo cerca de 96 mil milhões de euros no final de 2012. Ao longo do primeiro semestre, verificou-se um movimento descendente das taxas de juro para valores em torno dos 3.5%, no entanto, no final do ano subiu para valores perto dos 4%. A rentabilidade deste instrumento permanece, em termos reais, em terreno negativo.

CRÉDITO

Em 2012, o crédito interno cresceu a uma taxa média anual de 16.1%, que compara com uma variação de 20.6% em 2011 e 32.9% em 2010. O crédito ao sector privado apresentou um crescimento mais robusto, tendo aumentado em média 25.5% em 2012, desacelerando contudo face a 2011, ano em que cresceu 30%.

Evolução do Crédito à Economia



Quanto ao crédito ao Estado (excluindo o sector público empresarial), depois de em 2011 ter diminuído em média 1.7%, em 2012, a queda foi mais intensa, de 3.4%.

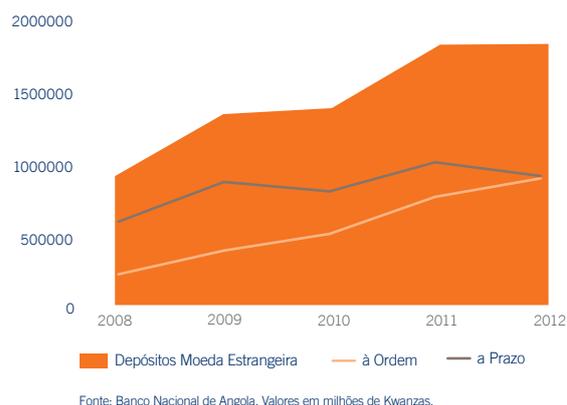
O peso do financiamento concedido ao sector público no crédito total concedido pela banca comercial continua a cair, passando de 32% em 2011 para 29% em 2012. No sector privado, o financiamento a particulares registou uma variação de 8%, sendo predominantemente para compra de habitação.

Em termos de peso no financiamento total concedido, continuam a evidenciar-se os seguintes sectores: comércio por grosso e a retalho (17%), actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas (10%), indústria transformadora (10%) e construção (12%).

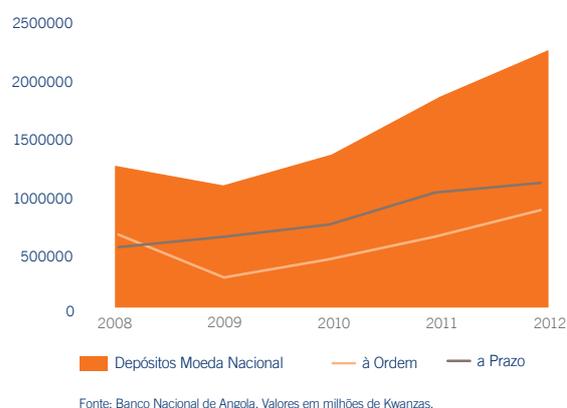
DEPÓSITOS

Os depósitos cresceram 29.1% em 2012, acelerando face a 2011 (13.2%). Mantém-se a preferência por depósitos em moeda nacional, que constituíam em Dezembro 55.2% do total de depósitos. Releva-se ainda a continuada tendência de crescimento do volume de depósitos a prazo, um indicador relevante da constituição de poupança na economia angolana.

Evolução dos Depósitos em Moeda Estrangeira



Evolução dos Depósitos em Moeda Nacional



Alterações Regulamentares

Foram várias as alterações regulamentares produzidas pelas Entidades de tutela com impacto na actividade do BFA, sendo aqui realizada uma breve descrição.

Mês	Evento
JANEIRO	<p>Lei 2/12, de 13 de Janeiro Define os normativos no âmbito do regime cambial aplicável ao sector petrolífero.</p> <p>Lei 8/12, de 18 de Janeiro Do Mecenato</p> <p>Aviso n.º 01/2012, de 27 de Janeiro Regula a entrada e saída de moeda nacional e de moeda estrangeira, e define o modelo de declaração de entrada e de saída de numerário em moeda estrangeira.</p>
MARÇO	<p>Aviso n.º 02/2012, de 9 de Março Estabelece os prazos para a execução de transferências e de remessas de valores, bem como para a disponibilização de fundos ao beneficiário, em resultado de depósitos de numerário e cheques, de transferências ou de remessas de valores.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 41/12, de 13 de Março Aprova o Modelo de implementação do Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 42/12, de 13 de Março Aprova o programa de Apoio ao Pequeno Negócio.</p> <p>Aviso n.º 03/2012, de 28 de Março Determina que as instituições financeiras devem classificar os créditos concedidos e as garantias prestadas, em ordem crescente de risco</p> <p>Aviso n.º 04/2012, de 28 de Março Determina que as sociedades cooperativas de crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Nacional de Angola devem manter um nível de capital compatível com a natureza e a escala das suas operações, bem como os riscos inerentes, mantendo o rácio de solvabilidade regulamentar igual ou superior a 12%.</p> <p>Aviso n.º 05/2012, de 29 de Março Estabelece as regras e procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras na prestação de serviços e produtos financeiros.</p> <p>Aviso n.º 06/12, de 29 de Março Regula a prestação de serviço de remessas de valores. Revoga todos os Diplomas que contrariem o estabelecido no presente Aviso.</p> <p>Decreto Executivo Conjunto n.º 103/12, de 29 de Março Aprova o regulamento da linha de micro-crédito intitulada « Meu Negócio, Minha Vida », integrante do Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROPEN).</p> <p>Aviso n.º 07/2012, de 30 de Março Regula o limite de imobilizado das instituições financeiras sob a supervisão do Banco Nacional de Angola.</p> <p>Aviso n.º 08/2012, de 30 de Março Regula o processo de instrução do pedido de autorização, bem como estabelece os requisitos mínimos de funcionamento das sociedades de micro - crédito.</p>
ABRIL	<p>Aviso n.º 10/12, de 2 de Abril Regula as actividades de emissão, aceitação e utilização de cartões de pagamento. Revoga o Aviso n.º 01/2011, de 21 de Março e o Aviso n.º 06/2009 de 19 de Novembro, e todas as disposições que contrariem o presente Aviso.</p>

Mês	Evento
	<p>Aviso n.º 13/2012, de 2 de Abril Institucionalização da Luanda Interbank Offered Rate - LUIBOR.</p> <p>Aviso n.º 18/2012, de 3 de Abril Regula o processo de constituição e funcionamento das sociedades de locação financeira.</p> <p>Instrutivo n.º 02/2012, de 20 de Abril O presente instrutivo regula as obrigações previstas no Aviso 21/12, específicas para as casas de câmbio.</p> <p>Aviso n.º 19/2012, de 25 de Abril Estabelece as regras e procedimentos a observar na realização de operações cambiais destinadas ao pagamento de importação, exportação e reexportação de mercadorias na República de Angola.</p> <p>Aviso n.º 20/2012, de 25 de Abril Estabelece os procedimentos e mecanismos a adoptar nas operações cambiais inerentes às actividades de prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo bruto e gás natural, conforme dispõe a Lei nº 2/12, de 13 de Janeiro, e define um calendário para a sua implementação gradual.</p> <p>Aviso n.º 22/2012, de 25 de Abril Regulamenta as obrigações de identificação e diligência, bem como o estabelecimento de um sistema de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo incluindo a criação do Compliance Officer na estrutura organizacional das instituições financeiras bancárias.</p> <p>Directiva n.º 01/2012, de 10 de Abril Estabelece o dever de comunicação de operações suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.</p>
MAIO	<p>Decreto Presidencial n.º 78/12, de 4 de Maio Cria o Fundo de garantia de Crédito e Aprova o seu Regulamento.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 79/12, de 4 de Maio Aprova o regulamento da Actividade das “Sociedades de Garantia de Crédito.</p> <p>Lei n.º 20/12, de 23 de Maio Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e a pôr em circulação uma nova família de notas metálicas, denominada “Serie 2012”.</p> <p>Aviso n.º 24/2012, de 25 de Maio Estabelece os princípios de utilização e os modelos de cheque normalizado a utilizar no Sistema de Pagamentos de Angola.</p> <p>Instrutivo n.º 03/2012, de 28 de Maio Estabelece as especificações técnicas do cheque normalizado.</p>
JUNHO	<p>Decreto Presidencial n.º 107/12, de 7 de Junho Aprova o regime de Acesso aos Imóveis destinados à habitação na Cidade do Kilamba pelo Fundo de Fomento Habitacional.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 108/12, de 7 de Junho Cria o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) destinado a apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas.</p>

Mês	Evento
JULHO	<p>Directiva n.º 04/DSI/2012, de 24 de Julho Congelamento de Fundos e Recursos Económicos.</p> <p>Directiva n.º 03/DSI/2012, de 24 de Julho Identificação e comunicação de pessoas grupos e entidades designadas no âmbito do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.</p> <p>Decreto Presidencial n.º 169/12, de 27 de Julho Aprova o regime de regularização jurídica dos imóveis (terrenos e prédios) destinados à habitação, comércio e mistos, públicos e privados.</p>
AGOSTO	<p>Decreto Executivo n.º 253/12, de 6 de Agosto Aprova o Regulamento de gestão do Fundo Activo do Captial de Risco Angolano (FACRA).</p> <p>Directiva n.º 05/DSI/2012, de 9 de Agosto Esclarecimento sobre a publicação dos Avisos de 2011, do Banco Nacional de Angola</p> <p>Decreto Executivo Conjunto n.º 255/12, de 9 de Agosto Aprova o Regulamento de Mecanismo de Garantias Públicas para o Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares, previsto no Decreto Presidencial n.º 41/12, de 13 de Março.</p> <p>Decreto Executivo Conjunto n.º 256/12, de 9 de Agosto Aprova o Regulamento das linhas de Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares, previstas no Decreto Presidencial n.º 41/12, de 13 de Março.</p> <p>Aviso N.º 25/2012, de 14 de Agosto Estabelece as regras específicas aplicáveis às instituições financeiras bancárias, que pretendem estender as suas actividades, através da contratação de correspondentes bancários.</p> <p>Lei n.º 24/12, de 22 de Agosto Lei de Alteração à Lei n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei Quadro de Orçamento Geral do Estado.</p> <p>Directiva N.º 06/DSI/2012, de 24 de Agosto Prestação de Serviços de Pagamentos - Informação sobre os Serviços de Pagamentos.</p> <p>Instrutivo n.º 05/2012, de 30 de Agosto Cheque Normalizado - Produção, Personalização, Transporte, Armazenamento e Controlo de Qualidade</p> <p>Aviso n.º 26/2012, de 30 de Agosto Estabelece as regras relativas à transição do serviço de compensação de valores para o subsistema de compensação de cheques</p> <p>Aviso n.º 27/2012, de 30 de Agosto Define os objectivos do tarifário do Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR) e os princípios da sua revisão, que complementam o disposto no Manual de Normas e Procedimentos do SPTR (MNP-SPTR).</p> <p>Instrutivo N.º 07/2012, de 30 de Agosto Define as tarifas incidentes sobre operações processadas no SPTR.</p>
NOVEMBRO	<p>Aviso n.º 28/2012, de 1 de Novembro Altera a redacção do artigo 8.º do Aviso n.º 01/2012, de 27 de Janeiro, sobre entrada e saída de moeda estrangeira.</p>

REFORMA TRIBUTÁRIA EM ANGOLA

Com a criação do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), foi estabelecido um programa de reformulação significativa dos Códigos Tributários actualmente em vigor e uma aproximação a sistemas de tributação mais desenvolvidos e adaptados à situação económica actual de Angola. Esta reforma assume assim como grandes objectivos:

- Produzir um alargamento da base tributável e de incidência fiscal;
- Diminuir a dependência das receitas fiscais do sector petrolífero, aproveitando sinergias resultantes da visível diversificação da economia angolana;
- Promover um reforço da equidade fiscal;
- Utilizar o esforço de optimização fiscal como veículo para o fomento do investimento em infra-estruturas que suportem o desenvolvimento de Angola; e
- Incrementar as receitas provenientes de impostos.

Os impactos destas alterações incidem não só sobre as entidades bancárias mas também sobre os seus clientes.

Com incidência particular nas actividades dos bancos, os juros dos depósitos a prazo passam a ser tributados com retenção na

fonte em 10%. Do lado do banco, as aplicações de MMI e os títulos (excluindo os títulos de dívida pública) passaram também a ter incidência de IAC.

O BFA promoveu a devida adaptação e actualização dos seus sistemas informáticos no sentido de cumprir com as novas exigências. Em particular, foram introduzidos mecanismos de cobrança de IAC e Imposto de Selo sobre as operações e eventos a estes sujeitos, tendo adicionalmente sido realizada uma extensa análise e reparametrização dos sistemas informáticos no sentido de acomodar as alterações às bases de incidência e taxas a pagar pelos seus clientes.

Existiu ainda uma alteração do Imposto Predial Urbano (Lei n.º 18/11, de 21 de Abril) que promoveu uma redução da carga fiscal incidente sobre a detenção e rendimentos de imóveis e limitou ainda o conjunto de isenções e as situações de não sujeição a imposto.

Foi ainda publicado um novo Regime de Execuções Fiscais, que vem determinar a natureza judicial do processo de execução fiscal e regular a cobrança coerciva de quaisquer valores decorrentes de obrigações tributárias, bem como juros e custas respectivos que sejam devidas ao Estado no âmbito de relações jurídicas de direito público.



O BFA

30	Governo Societário
30	Modelo de Governo
32	Composição dos Órgãos Sociais
33	Organigrama
34	Comissão Executiva do Conselho de Administração
38	Política de Distribuição de Resultados
38	Participações Sociais Relevantes
38	Comunicação Institucional
39	Código de Conduta
40	Visão, Valores e Compromissos
42	Principais Áreas de Negócio
43	Particulares e Negócios
46	Centros de Investimento
48	Empresas
51	Centro de Empresas Oil & Gas
53	Unidade de Business Development
54	Inovação e Tecnologia
57	Canais de Distribuição
59	Recursos Humanos
62	Comunicação
65	Responsabilidade Social
67	Prémios

Governo Societário

MODELO DE GOVERNO



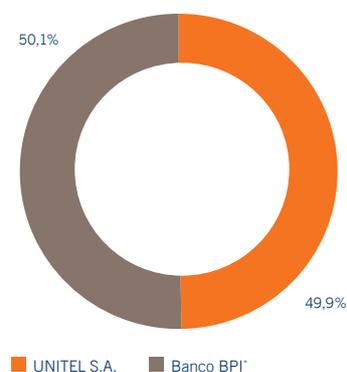
O modelo de funcionamento do BFA está estabelecido nos seus Estatutos aprovados em Assembleia Geral de 27 de Novembro de 2008 e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro).

São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, ou seja, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral, a Comissão Executiva do Conselho de Administração e o Auditor Externo.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral de 29 de Abril de 2011 para um mandato de três anos. Nessa mesma data o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.

PROPRIEDADE

Estrutura Accionista



*Banco BPI e entidades por ele detidas na sua totalidade

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos.

Principais competências da Assembleia Geral:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como designação do Auditor Externo;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas consolidadas e individuais, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
- Aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração;
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

SUPERVISÃO E GESTÃO EXECUTIVA

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 7 e um máximo de 15 membros, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas. O actual Conselho de Administração é composto por 12 membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por seis administradores, designados pelo próprio Conselho entre os seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente, e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração funciona de acordo com os Estatutos e com um Regulamento próprio, destacando-se de seguida as principais competências:

- Definir as políticas gerais do BFA;

- Aprovar o plano estratégico e os planos e orçamentos, tanto anuais como plurianuais, e as suas alterações, e acompanhar periodicamente a sua execução;
- Preparar os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apresentar à Assembleia Geral;
- Tomar a iniciativa de propor eventuais alterações de estatutos e de aumentos de capital, e ainda de emissões de obrigações que não caibam na sua competência, apresentando as correspondentes propostas à Assembleia Geral;
- Aprovar o código de conduta das sociedades que dominar totalmente.
- Praticar todos os demais actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social

Para regular o seu funcionamento interno o Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por cinco a sete membros, a gestão corrente da Sociedade, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no Regulamento de funcionamento da Comissão Executiva.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, no âmbito do seu Regulamento de funcionamento aprovado pelo Conselho de Administração e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, dispõe de amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente do Banco, sendo o seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e no seu Regulamento interno. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais efectivos, sendo um dos vogais um perito contabilista.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela PKF Angola – Auditores e Consultores, SA. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso nº 3/06 de 10 de Março.

O Banco defende que os seus Auditores são independentes na aceção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. O BFA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Rui de Faria Lélis
Secretário	Alexandre Lucena e Vale

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Fernando Costa Duarte Ulrich
Vice-Presidentes	Isabel dos Santos António Domingues
Vogais	José Pena do Amaral Mário Silva Diogo Santa Marta

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Emídio Pinheiro
Vogais	Mariana Assis António Matias Vera Escórcio Otilia Faleiro Francisco Costa

CONSELHO FISCAL

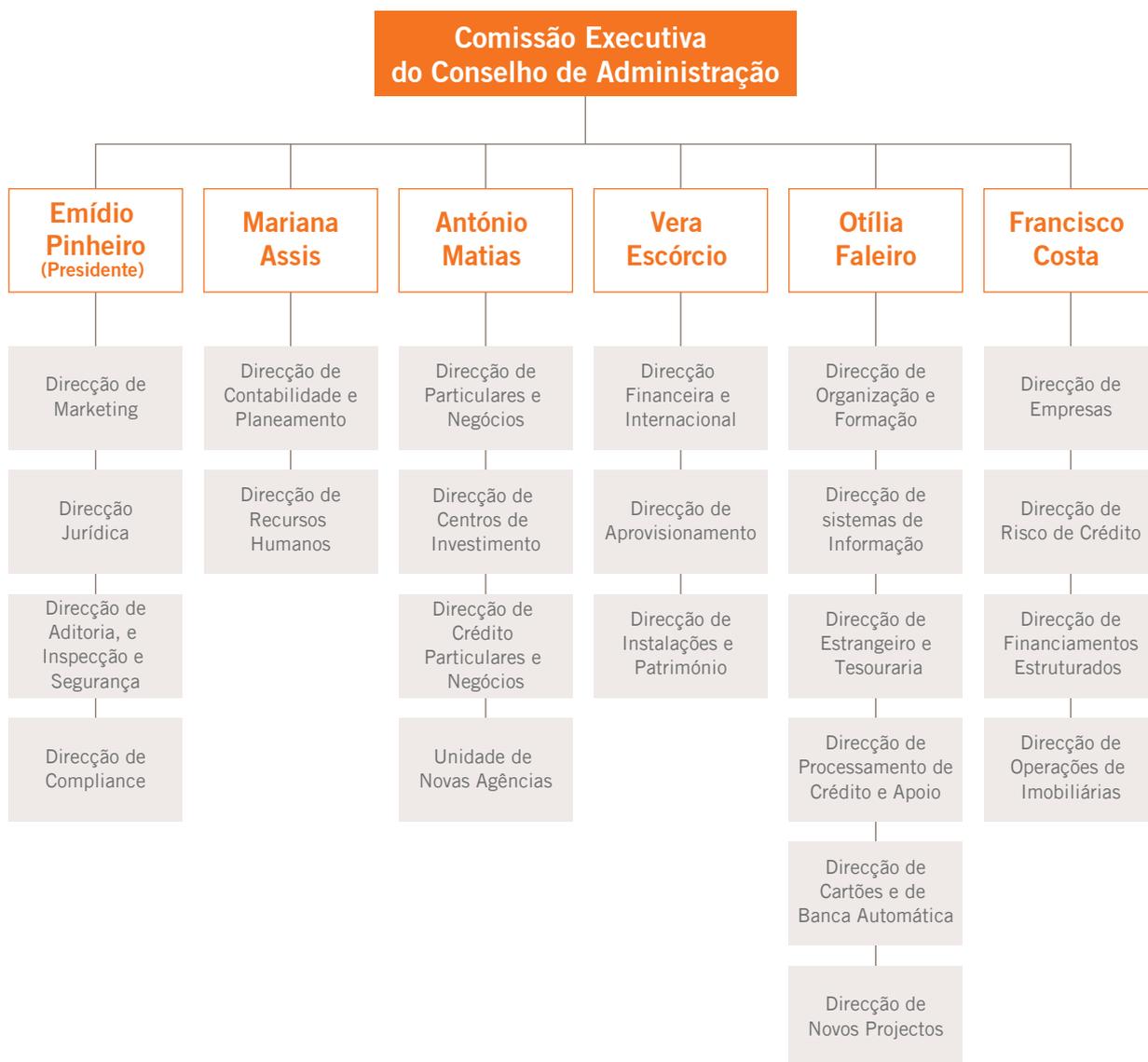
Presidente	Amílcar Safeca
Vogal	Susana Trigo Cabral
Perito Contabilista	Henrique Camões Serra

AUDITOR EXTERNO

PKF Angola – Auditores e Consultores SA.

ORGANIGRAMA

O organigrama do Banco assenta numa estrutura funcional, que permite uma clara divisão das áreas e funções de cada direcção, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.



Comissão Executiva do Conselho de Administração



Francisco Costa
Administrador

Mariana Assis
Administradora

Otilia Faleiro
Administradora

Emídio Pinheiro
Presidente

Vera Escórcio
Administradora

António Matias
Administrador

Comissão Executiva do Conselho de Administração



Emídio Pinheiro Presidente

Emídio Pinheiro é Presidente da Comissão Executiva do BFA desde 2005. Ingressa no Grupo BPI em 1990 onde desempenhou um conjunto variado de funções. Inicialmente como Administrador Executivo da BPI Pensões e BPI Vida e das sociedades gestoras de fundos de investimento do BPI. Ingressou depois nas áreas comerciais do BPI, como Director Central, tendo tido responsabilidades nas seguintes áreas de negócio: Direcção de Emigração e Director Geral da Sucursal de França; Direcção de Centros de Investimento; Direcção Comercial de Particulares e Pequenos Negócios da Região de Lisboa. Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. MBA pela Universidade Nova de Lisboa.



Mariana Assis Administradora

Mariana Assis é Administradora do BFA desde 2005. Possui 38 anos de experiência, iniciando a sua carreira em 1975 no Banco Comercial de Angola, hoje BPC, no Departamento de Contabilidade como conferente de escrita, 1979 - Chefe de Secção, 1987 - Chefe de Sector e 1989 - Chefe de

Departamento de Contabilidade Central. Admitida nos quadros do BFA em 1993 como técnica analista, exerceu as funções em 1994 de Chefe de Serviço da Contabilidade e em 2001 de Directora da Contabilidade. Licenciada em Economia na especialização de Contabilidade e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.



António Matias Administrador

António Matias é Administrador do BFA desde 2005. A par de uma carreira académica na área económica, possui mais de 15 anos de experiência na Banca, ingressando no BFA em Janeiro de 1998. Exerceu diversas funções na área comercial, tendo em 2001 assumido a Sub Direcção da Área de Créditos e, em Maio 2005, passa a Director Central da Direcção de Empresas. Licenciado em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto e Pós-Graduado em Banca, Seguros e Mercados Financeiros, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa (ISLA).



Vera Escórcio Administradora

Vera Escórcio é Administradora do BFA desde 2009. Possui 12 anos de experiência na Banca, iniciada em 2001 no BFA. Passou ainda pelo Banco BIC, exercendo funções na Direcção Financeira. Licenciada em Economia com a especialização em Economia de Empresa, pela Universidade Nova de Lisboa e Pós-Graduada em Gestão para a Banca, pela Católica Executive Education.



Otília Faleiro Administradora

Otília Faleiro é Administradora do BFA desde 2011. Possui mais de 40 anos de experiência na Banca. Em 1992, assume a função de Directora Adjunta na Direcção de Sistemas de Informação do Banco BPI, passando a Directora Coordenadora da mesma área em 1998. Em 2000, é nomeada para assumir a Direcção de Projectos da Rede de Particulares e Pequenos Negócios e em 2007 passa

a Directora Central de Organização e Métodos, assumindo em 2009 a função de Directora Central de Financiamento Imobiliário, e em 2010 a Direcção de Operações de Crédito. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.



Francisco Costa Administrador

Francisco Costa é Administrador do BFA desde 2011. Com cerca de 30 anos de experiência na Banca, ingressa no Banco BPI em Janeiro de 1984 enquanto Analista de Projectos e passa a Coordenador de Projectos em 1987. A partir de 1989, assume cargos de Direcção, chegando a Director Central em 1992. Passa a Vogal do Conselho de Administração do BPI em 1995. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a Sociedade porventura haja emitido;
- 40% da parte restante para distribuição a todos os Accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.

Actualmente, os requisitos de constituição da Reserva Legal estão cumpridos.

Relativamente aos exercícios de 2009 a 2011, foram distribuídos na forma de dividendos 65% dos lucros obtidos, sendo os restantes 35% levados a reservas livres. A proposta de aplicação dos resultados de 2012, adopta idênticas percentagens e destinos.

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS RELEVANTES

O BFA é accionista fundador da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, SA. O principal accionista é o BNA, com 45% do capital, e o BFA é o maior accionista privado com 6.5% do capital e o principal Cliente e utilizador dos serviços disponibilizados pela EMIS. Ao longo da sua existência a EMIS tem obtido do BFA um permanente apoio e incentivo para as suas iniciativas, sendo habitual o BFA

ser dos primeiros Bancos do sistema a implementar novas soluções e serviços disponibilizados.

O BFA irá instalar o seu novo Centro de Processamento de Dados nas instalações construídas pela EMIS que reúnem condições técnicas e de acesso a serviços de acordo com os mais rigorosos standards internacionais.

A EMIS tem como objecto social a prestação de serviços bancários designadamente com intervenção nos sistemas de pagamentos. Actualmente gere a rede Multicaixa e o Sistema de Transferências a Crédito.

Nos termos dos Estatutos aprovados na Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 2010, a administração é exercida por um Conselho de Administração podendo delegar a gestão corrente numa Comissão Executiva.

Na Assembleia Geral de 20 de Janeiro de 2012 foram eleitos e tomaram posse os membros dos Órgãos Sociais. O BFA está representado nos Órgãos Sociais:

- Conselho de Administração: Dra Otilia Faleiro
- Comissão de Vencimentos: Dr. Emídio Pinheiro

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Banco atribui uma especial importância à manutenção de uma relação franca e transparente com os Accionistas, as autoridades, a comunicação social e os restantes intervenientes no mercado.

A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório e Contas anual, e pela síntese das contas trimestrais em forma de balancete, conforme disposições do Aviso nº 15/07, de 12 de Setembro, publicadas em www.bfa.ao, site onde são disponibilizadas também outro tipo de informações sobre a actividade do banco.

Através da Intranet, é feita uma divulgação interna aos colaboradores do desempenho e actividades do Banco,

Anualmente, o Banco realiza uma reunião de quadros, com representantes das diferentes direcções, para apresentação de resultados e perspectivas futuras.

CÓDIGO DE CONDUTA

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores pertencentes ao Banco rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta do BFA aprovado no Conselho de Administração, disponibilizado na Intranet, cujo resumo das linhas principais são as seguintes:

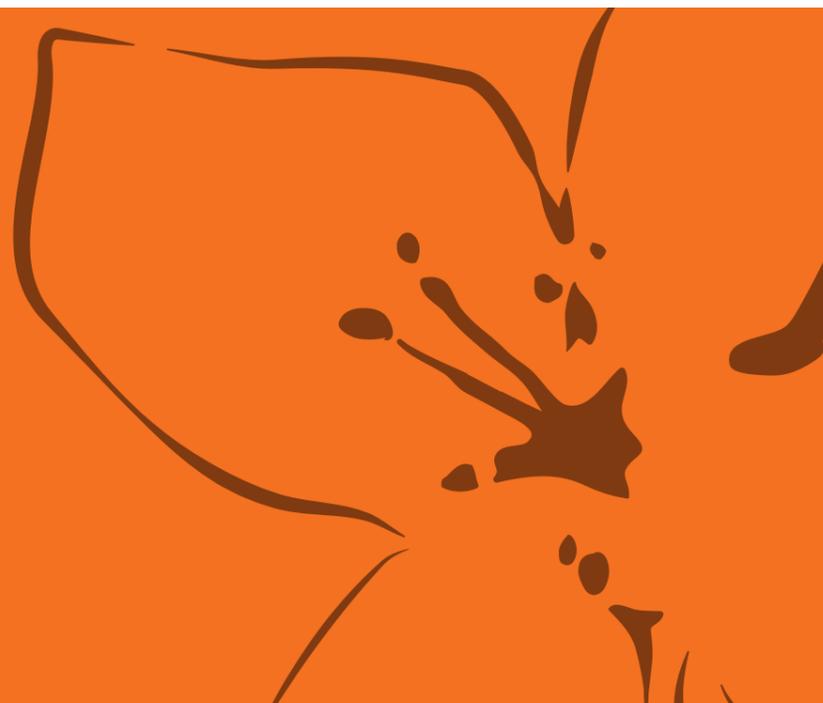
- Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade do Banco, dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
- Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência, e garantir aos Clientes e às autoridades competentes, ressalvado o dever de segredo profissional, uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;
- Garantia da guarda e manutenção rigorosa do segredo profissional;
- Estabelecer a Igualdade de Tratamento aos Clientes do Banco em todas as situações em que não exista motivo de

ordem legal e/ou contratual e/ou de risco para proceder de forma distinta.

- Gerir o Conflito de Interesses: nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais Clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; os conflitos entre interesses de Clientes, por um lado, e os do Banco ou dos seus Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente da Instituição, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos Clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente.
- Proibir Benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos Órgãos Sociais ou aos Colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida da qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais).
- Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão da actividade bancária, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos Órgãos Sociais e os Colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente, lhes surjam.

visão

Ser o Banco nº 1 de todos os Angolanos e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Angola



Inovação

Transparência

Proximidade

valores

missão

Desenvolver soluções, produtos e serviços financeiros que promovam um relacionamento duradouro com os seus clientes e criem valor para os accionistas

Colaboradores

Apostar no crescimento pessoal e profissional

Clientes

Garantir satisfação e qualidade de serviço

Accionistas

Criação de valor

Angola

Contribuir para o desenvolvimento da economia nacional

compromissos

Principais Áreas de Negócio

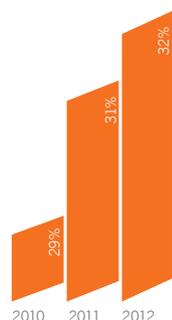
REFORÇO DA POSIÇÃO DE LIDERANÇA E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE

Um importante Reforço da Liderança de Mercado

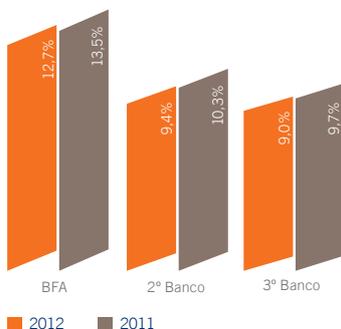
A evolução dos níveis de bancarização da população com 15 ou mais anos e residentes na província de Luanda, segundo o estudo de mercado efectuado pela Markttest Angola, acompanharam o dinamismo da economia Angolana em 2012, passando de 31% em 2011 para 32%.

O BFA acompanhou este crescimento, reforçando a sua posição de líder de mercado na prestação de serviços bancários. A taxa de penetração do BFA na população com 15 ou mais anos residente na província de Luanda fixou-se em 12,7% em 2012, sendo a principal escolha como parceiro para a constituição de poupança e o desenvolvimento de negócios pelos cidadãos angolanos.

Evolução do Índice de Bancarização¹



Evolução da Taxa de Penetração¹



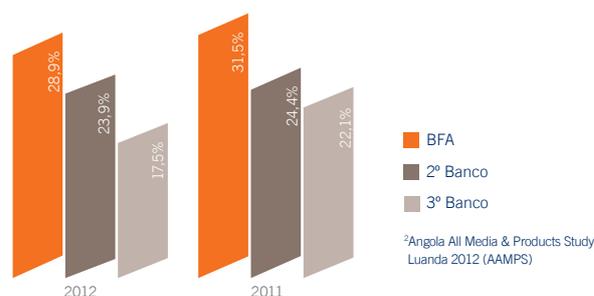
¹Angola All Media & Products Study - Luanda 2012 (AAMPS)

Esta preferência encontra-se também patente na consolidação da quota de mercado como Banco principal, mantendo-se o BFA com principal Banco.

PRINCIPAIS INDICADORES BFA

	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Colaboradores (nº)	2.038	2.172	2.267	6,6%	4,4%
Clientes (nº)	780.678	910.436	1.073.876	16,6%	18,0%
BFA Net (nº)	135.198	219.020	348.571	62,0%	59,2%
Balcões (nº)	143	158	167	10,5%	5,7%
ATM's Activos (nº)	262	298	320	13,7%	7,4%
TPA's Activos (nº)	2.018	2.908	3.917	44,1%	34,7%

Evolução da Quota de Mercado como Banco Principal²



²Angola All Media & Products Study Luanda 2012 (AAMPS)

Os níveis de satisfação com os serviços prestados pelo BFA registaram ainda uma evolução positiva, passando de 87% em 2011 para 89% em 2012, percentagem que reflecte a satisfação dos Clientes. Para tal contribui a melhoria do tempo médio de espera que se estima tenha reduzido 34% face a 2011.

Expansão significativa da Actividade

Em 2012 o BFA continuou a implementar a sua estratégia de segmentação e de crescimento da rede comercial, apostando no reforço da qualidade de atendimento, bem como na proximidade aos seus clientes. Nesta sentida, foi promovida a expansão da rede de balcões, que totalizavam 167 em Dezembro de 2012, em resultado da abertura de novas Agências e Centros de Empresa.

O BFA ultrapassou em 2012 a fasquia de 1.000.000 de clientes, tendo encerrado o ano de 2012 com um total de 1.073.876 clientes, representando um esforço significativo de captação por parte das suas redes comerciais e confirmando o sucesso da estratégia comercial do Banco.

PARTICULARES E NEGÓCIOS

EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS - PARTICULARES E NEGÓCIOS

	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Clientes (nº)	773.269	902.614	1.065.115	16,7%	18,0%
BFA Net (nº)	131.634	214.891	343.445	63,2%	59,8%
Cartões Débito (nº)	401.485	434.284	554.607	8,2%	27,7%
Cartões Crédito (nº)	7.374	8.425	10.172	14,3%	20,7%
Conta Ordenado (nº)	31.453	38.648	44.117	22,9%	14,2%

MAIOR PROXIMIDADE DOS CLIENTES E APERFEIÇOAMENTO DA QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Expansão da Rede Comercial, Proximidade dos Clientes, Preocupação com a Qualidade de Atendimento

Em 2012 o BFA continuou o seu forte investimento na expansão da rede comercial, dando cumprimento à sua política de proximidade e de servir cada vez melhor os seus clientes. 9 novos balcões foram inaugurados nas Províncias de Luanda, Benguela, Malange e Cabinda.

Ainda tendo em vista um maior acompanhamento das equipas comerciais e no seguimento da significativa expansão da rede, procedeu-se, à semelhança do ano de 2011, a uma reorganização das áreas de responsabilidade e à nomeação de novos Directores de Área, reduzindo o número de balcões por Director de Área, proporcionando um acompanhamento mais eficaz das equipas comerciais.

Em 2012 foi iniciada a implementação nas agências do novo front-end desenvolvido no âmbito do projecto eMudar@BFA. Este novo aplicativo irá introduzir regras e procedimentos padronizados para realização das diversas operações bancárias, garantindo uma redução significativa do risco operacional nos diversos balcões e a melhoria do atendimento.

A área de Particulares e Negócios continuou focada na introdução de melhorias na qualidade do atendimento nas

Agências, no sentido de prestar cada vez melhor serviço aos seus clientes. Neste sentido, o número de visitas pelos Directores de Área às diversas Agências para efeitos de supervisão, formação e suporte aumentou significativamente face ao ano de 2011. Foi ainda desenvolvido um programa de avaliação de desempenho trimestral para os colaboradores da Direcção de Particulares e Negócios, tendo como aspiração o aperfeiçoamento do comportamento dos colaboradores das redes comerciais e melhoramento dos níveis de serviço no desempenho das suas funções.

A organização dos balcões também foi alvo de atenção particular, no sentido de introduzir melhorias que permitam o aumento da eficiência dos procedimentos bem como a introdução de um serviço mais personalizado consoante a operação a realizar pelos clientes.

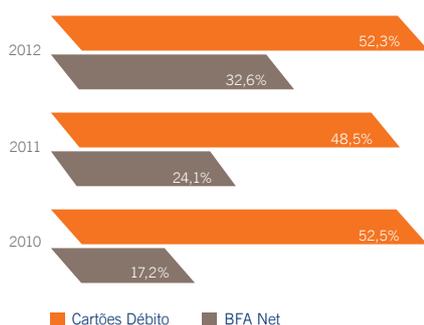
Mais de 1 Milhão de Clientes Particulares e Negócios

Em 2012 o número de clientes do segmento Particulares e Negócios aumentou 162,5 mil Clientes (+18%), tendo atingido 1.065.115 clientes. Este ritmo de crescimento revelou-se superior ao evidenciado no ano transacto, sublinhando a dinâmica da rede comercial na captação de novos clientes bem como a preferência do público pelos serviços prestados pelo BFA. Este crescimento beneficiou das iniciativas do BNA, no âmbito do seu programa de educação financeira e do lançamento da conta Bankita dirigida à população de baixa renda.

Assistiu-se ainda em 2012 a um crescimento de cerca de 60% do número de clientes utilizadores do serviço BFA Net, crescimento este em linha com o já verificado em 2011 e confirmando a excelente aceitação do mesmo pelos clientes, que se reflecte no crescimento de 8,5 pontos percentuais da sua taxa de penetração. Em particular, confirma o sucesso da estratégia do BFA de prover a sua estrutura de serviços remotos que permitam aos seus clientes realizar as suas operações bancárias com total comodidade e segurança, sem necessidade de deslocação aos balcões.

É também de assinalar a expansão de número de Clientes com cartões de débito e/ou de crédito, bem como conta ordenado.

Taxa de Penetração BFA Net e Cartões Débito Particulares e Negócios



BANKITA – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O BNA, no âmbito do seu Programa de Educação Financeira, iniciou em Abril de 2012, o alargamento da campanha de promoção do programa Bankita a todo o território Nacional. Este programa, que tem como objectivo aumentar a inclusão financeira e o índice de bancarização da população angolana de baixa renda, assenta na promoção de uma conta à ordem com condições especiais, nomeadamente com montante mínimo de abertura de apenas 100 Akz.

O projecto Bankita contou com a adesão voluntária de 9 bancos comerciais, entre os quais o BFA, que desde logo alinhado com o objectivo do Banco Central de aumentar a acessibilidade do sistema financeiro a todos os angolanos, criou as condições necessárias à promoção activa destes instrumentos de inclusão financeira em toda a sua rede comercial.

Segundo o Relatório de Estabilidade do 1º Semestre de 2012 do BNA, o BFA era responsável por 22% do total de contas Bankitas abertas¹ até Junho de 2012 e no final do ano contava já com mais de 57 mil contas abertas, onde a taxa de penetração do cartão Multicaixa era superior a 75%.

¹ Fonte: Relatório de Estabilidade do 1º Semestre de 2012, BNA - total de contas Bankita abertas no sistema até 30 de Junho 107.259 contas e 44.920 Cartões Multicaixa.

RECURSOS DE CLIENTES – PARTICULARES E NEGÓCIOS

Milhões de USD

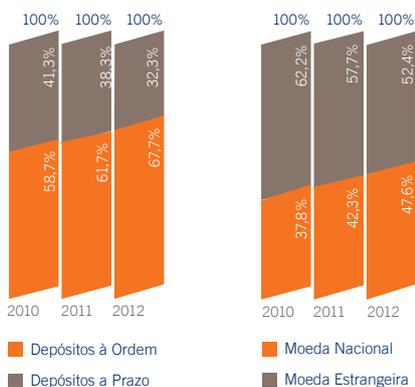
	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Recursos	2.391,4	2.733,6	2.924,9	14,3%	7,0%
Depósitos	2.389,9	2.732,6	2.923,8	14,3%	7,0%
Depósitos à Ordem	1.403,6	1.686,6	1.980,5	20,2%	17,4%
Depósitos a Prazo	986,3	1.046,1	943,3	6,1%	-9,8%
Outros Recursos	1,522	0,983	1,135	-35,4%	15,4%

Crescimento dos Recursos de Clientes e Aumento do Peso dos Depósitos em Moeda Nacional

No segmento de Particulares e Negócios em 2012 registou-se um aumento de 7% no total de recursos de clientes. Para este resultado contribuiu a captação de 293,9 milhões de USD de depósitos à ordem (17,4% face a 2011).

Uma análise da composição das principais componentes de recursos de clientes por moeda revela um crescimento dos depósitos em moeda nacional, facto este que se verificou já no ano de 2011 e que confirma o processo de desdolarização da economia.

Estrutura de Depósitos por tipo e moeda Particulares e Negócios



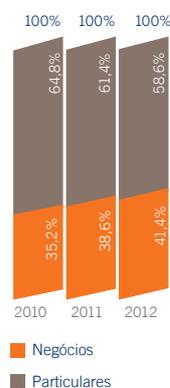
Desagregando o volume de recursos de clientes por segmento observa-se um incremento da importância relativa dos Clientes do segmento Negócios face aos Particulares, decorrente do movimento de migração de clientes particulares de maior carteira de recursos para a rede de Centros de Investimento e do crescimento de 15% observado nos recursos do segmento Negócios.

A significativa capacidade de captação de liquidez pelas redes comerciais reveste-se de grande importância, permitindo ao BFA cumprir os seus objectivos estratégicos e enfrentar os diferentes desafios que lhe sejam colocados.

Expansão Significativa do Crédito aos Segmentos de Particulares e de Negócios

Em 2012, o crescimento dos recursos no segmento de particulares e negócios foi também acompanhado por uma expansão da carteira de crédito, invertendo a redução verificada entre 2010 e 2011.

Recursos por Tipo de Cliente Particulares e Negócios



Crédito a Clientes Particulares e Negócios



O volume de crédito concedido aumentou 7,6% face a 2011, tendo-se cifrado em 416,8 milhões de USD. O crescimento da carteira de crédito verificou-se não só para clientes particulares como também para o segmento de negócios, tendo o crescimento no último sido mais expressivo, revelando um aumento da exposição e apoio do BFA ao tecido empresarial.

CENTROS DE INVESTIMENTO

EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – CENTROS DE INVESTIMENTO

	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Clientes (nº)	1.919	2.134	2.844	11,2%	33,3%
BFA Net (nº)	1.385	1.642	2.391	18,6%	45,6%
Cartões Débito (nº)	973	1.098	1.992	12,8%	81,4%
Cartões Crédito (nº)	1.105	1.212	1.657	9,7%	36,7%

CRESCIMENTO DA CARTEIRA E ESPECIALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Enfoque nas Necessidades dos Clientes

A rede de Centros de Investimento assume-se como um dos pilares do objectivo de segmentação e especialização levados a cabo pelo BFA, no sentido de desenvolver equipas especializadas e focadas no relacionamento personalizado com os seus clientes. Neste sentido, os Centros de Investimento foram estruturados, tendo como objectivo a captação e o desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades de clientes de elevado património ou como elevado potencial de acumulação patrimonial.

No sentido de consolidar a sua estratégia de crescimento e de melhorar continuamente a sua qualidade de atendimento, o BFA decidiu criar um Gabinete de Apoio à Rede de Centros de Investimento como o objectivo de apoio administrativo às estruturas comerciais da Direcção, libertando-as para um acompanhamento cada vez mais personalizado e atento às necessidades dos clientes.

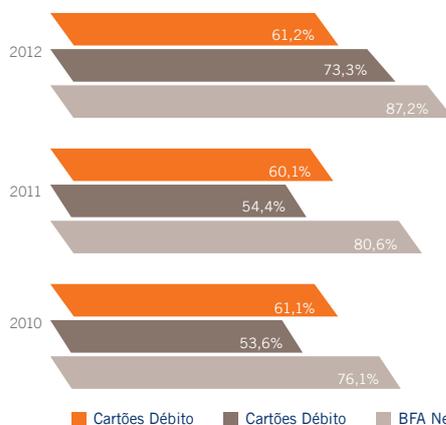
Crescimento Significativo da Base de Clientes e da Penetração de Serviços de Homebanking

Em 2012, o número de clientes acompanhados por esta rede aumentou de forma significativa (+33,3% face a 2011).

O número de clientes com acesso a serviços de Homebanking cresceu também de forma significativa, tendo atingido 2.391

utilizadores, o que representa uma expansão de 45,6% face ao ano 2011. Verificou-se ainda um aumento da colocação de cartões de débito e crédito em resultado das diversas campanhas de levadas a cabo pelas equipas comerciais dos Centros de Investimento. Este crescimento nos serviços de Homebanking e de banca automática encontram-se patentes na expressiva expansão das taxas de penetração, em particular do serviço BFA Net e de cartões de débito.

Taxa de Penetração BFA Net, Cartões de Débito e Cartões de crédito – Centros de Investimento



Crescimento Significativo dos Recursos de Clientes

Os recursos de clientes cresceram de forma expressiva ao longo de 2012, tendo o volume de depósitos à ordem aumentado aproximadamente 26,4% para 117 milhões de USD e os depósitos a prazo aumentado 22% para 1.402,5 milhões de USD.

RECURSOS DE CLIENTES – PARTICULARES E NEGÓCIOS

Milhões de USD

	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Recursos	1.049,5	1.243,3	1.520,9	18,5%	22,3%
Depósitos	1.048,2	1.242,4	1.519,9	18,5%	22,3%
Depósitos à Ordem	82,6	92,9	117,4	12,5%	26,4%
Depósitos a Prazo	965,6	1.149,4	1.402,5	19,0%	22,0%
Outros Recursos	1,3	1,0	0,9	-24,5%	-0,7%

A evolução temporal da estrutura da carteira de depósitos à ordem e a prazo por moeda sugere um aumento da importância relativa dos depósitos em moeda nacional. Esta alteração da estrutura dos recursos foi observada, em particular, para os depósitos à ordem fechando o ano de 2012 a representar cerca de 40% do total de depósitos à ordem de clientes do segmento de Centros de Investimento do BFA.

Estrutura de Depósitos por Moeda Centros de Investimento



Uma Inversão da Tendência e Expansão do Crédito Concedido

Após uma quebra da carteira de crédito em 2011, em 2012 verificou-se uma inversão dessa tendência com o volume de crédito concedido a ser aumentado em cerca de 14,1% para aproximadamente 151 milhões de USD.

Crédito a Clientes Centros de Investimento



EMPRESAS

A estrutura do Banco para servir este segmento está organizada nas seguintes áreas:

- Direcção de Empresas – rede especializada de Centros de Empresas responsável pelo acompanhamento comercial dos clientes deste segmento;
- Direcção de Financiamentos Estruturados – responsável pela estruturação de financiamentos de elevado valor e complexidade;
- Direcção de Operações Imobiliárias – com o objectivo de avaliar pedidos de financiamento e acompanhar a carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário;
- Direcção de Risco de Crédito – responsável pela avaliação das operações de crédito deste segmento bem como pelas acções de acompanhamento e recuperação de crédito.

DIRECÇÃO DE EMPRESAS

Em 2012 o BFA estendeu a sua rede comercial especializada no segmento de Empresas tendo criado um novo Centro de Empresas (Oil & Gas), encerrando o ano com um total de 15 Centros distribuídos pelas diversas províncias do País. O Banco continua desta forma a consolidação da sua estratégia de alargamento das redes comerciais, ambicionando níveis cada vez maiores de proximidade dos seus clientes.

O BFA investiu num aumento da especialização da sua oferta, provendo a sua estrutura comercial de equipas devidamente preparadas, especializadas e conhecedoras das características e necessidades transaccionais dos seus clientes.

CRIAÇÃO DA DIRECÇÃO APOIO OPERACIONAL E DINAMIZAÇÃO DE VENDAS (DAODV)

Sob a alçada da Direcção de Empresas, foi criada em 2012, a Direcção de Apoio Operacional e Dinamização de Vendas, com três grandes objectivos:

- Participar na definição e acompanhamento dos objectivos comerciais e estabelecer medidas de actuação para melhorar os resultados comerciais da Direcção de Empresas;
- Conceber, promover e assegurar a execução da coreografia comercial dos Centros de Empresas e a racionalização da acção comercial dos Centros de Empresas;
- Apoiar na gestão operacional da Direcção de Empresas.

Esta nova Direcção, permite assim, maximizar a performance das equipas a nível operacional, comercial e de vendas.

Aumento da Oferta e Penetração dos Serviços para o Segmento de Empresas

O número de clientes do segmento Empresas cresceu em 2012 a um ritmo superior ao do ano anterior, +4,4%.

Em 2012 o BFA procedeu a uma extensão importante dos seus canais de negócio remotos, através do desenvolvimento do serviço BFA Net Empresas com funcionalidades específicas para as Empresas. Este desenvolvimento permitiu um incremento de aproximadamente 10% no número de clientes aderentes ao serviço, o que se traduziu num incremento da taxa de penetração passando para 48,6%.

EVOLUÇÃO DA BASE DE CLIENTES E SERVIÇOS – BANCA DE EMPRESAS

	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Clientes (nº)	5.054	5.247	5.479	3,8%	4,4%
BFA Net (nº)	2.133	2.427	2.662	13,8%	9,7%

O BFA continua assim o seu investimento no desenvolvimento de soluções adequadas às necessidades de negócio dos seus clientes e que permitam a realização das suas operações bancárias com a máxima conveniência e comodidade.

Taxa de Penetração BFA Net Banca de Empresas

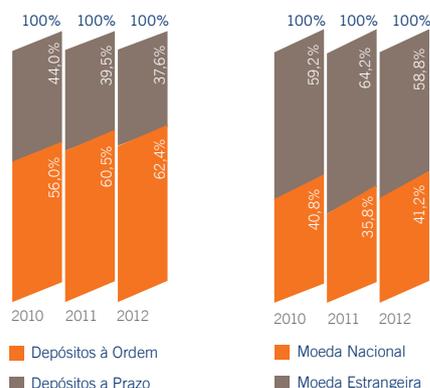


Crescimento dos Recursos de Clientes

Em 2012 os recursos de clientes do segmento de Banca de Empresas aumentaram de forma significativa, atingindo um total de aproximadamente 2.463 milhões de USD (11,9% face a 2011). Este crescimento foi sustentado primordialmente por um crescimento significativo no montante de depósitos à ordem em moeda estrangeira, traduzindo-se num volume adicional captado de 206,6 milhões de USD.

A evolução da estrutura das principais componentes de recursos de clientes por moeda evidencia um aumento significativo na importância dos depósitos à ordem em moeda estrangeira no total de depósitos à ordem acontecendo o oposto nos depósitos a prazo. Em termos agregados, contudo, o volume de depósitos em moeda nacional incrementou a sua importância, representando 41,2% do total em 2012 face a 35,8% em 2011.

Estrutura de Depósitos por Moeda Banca de Empresas



Expansão Significativa do Crédito ao Segmento de Empresas

No que concerne ao crédito a clientes do segmento Empresas, verificou-se um crescimento significativo face ao ano de 2011, tendo a carteira sido expandida cerca de 29,9%, atingindo um volume total de aproximadamente 1.279 milhões de USD. Demonstra-se desta forma o empenho do BFA em garantir apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial.

O crescimento evidenciado foi em grande medida suportado pelo crescimento do volume de Créditos Documentários (84,8% face a 2011) e Garantias Prestadas pelo BFA (159,7% face a 2011). Efectivamente, em 2012, o BFA desenvolveu esforços significativos no sentido de reforçar os conhecimentos dos colaboradores das redes comerciais em matéria de Operações Documentárias, dando resposta ao volume de operações executadas ao longo do ano.

CRÉDITO A CLIENTES – BANCA DE EMPRESAS

Milhões de USD

	2010	2011	2012	Δ% 10-11	Δ% 11-12
Crédito	1.305,2	985,1	1.279,3	-24,5%	29,9%
Empresas	1.305,1	985,1	1.279,3	-24,5%	29,9%
Crédito Sobre Clientes	1.055,6	812,9	874,8	-23,0%	7,6%
Crédito por Assinatura	249,5	172,2	404,5	-31,0%	134,9%
Cr. Doc. Importação	65,7	57,0	105,3	-13,2%	84,8%
Garantias Prestadas	183,8	115,2	299,3	-37,3%	159,7%
Outros	0,15	0,04	0,01	-74,7%	-82,0%

A estrutura da carteira de crédito releva uma elevada diversificação por sector de actividade, realçando uma equilibrada política de concessão de crédito por parte do Banco não apenas tendente a apoiar os diferentes sectores de actividade da economia mas também a diversificar a sua exposição aos riscos inerentes às operações.

ANGOLA INVESTE

O programa Angola Investe é um programa de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) ou Micro, Pequenos e Médios Empreendedores Singulares (MPMES) que permite financiar projectos de investimento e fundo de maneio, desde que em ligação ao investimento corpóreo.

Este programa disponibiliza dois importantes mecanismos para o incentivo da actividade económica, nomeadamente:

- Bonificação de taxas de juro;
- Mecanismo de Garantias Públicas.

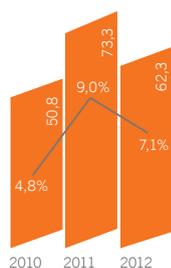
As principais vantagens são as taxas de juro bonificadas com um valor máximo de 5% e a possibilidade de recurso ao mecanismo de garantias públicas até 70% do montante total do financiamento.

O BFA foi o primeiro banco a lançar uma campanha no âmbito deste programa, denominada “Queremos ver Angola crescer”, tendo realizado um amplo programa de formação a todas a hierarquias comerciais e disponibilizado um vasto conjunto de informação na Intranet e no seu site público.

Robustez da Carteira de Crédito

O volume de crédito vencido do segmento de Banca de Empresas registou em 2012 uma melhoria significativa, caindo cerca de 15% para 62,3 milhões de USD. O rácio de cobertura por provisões passou de aproximadamente 96,6% em 2011 para 112,5% em 2012. Assinala-se assim uma melhoria importante na qualidade e na robustez da carteira de crédito.

Qualidade de Crédito Banca de Empresas



FINANCIAMENTOS ESTRUTURADOS

Esta área é responsável pela estruturação de financiamentos tailor made, com carácter de médio e longo prazo e com montagem jurídica complexa, designadamente:

- start-ups;
- grandes investimentos de projectos em risco corporate;
- fusões & aquisições;
- financiamentos estruturados ao Estado, a Organismos Públicos e/ou com garantia do Estado Angolano;
- reestruturação de passivos em grandes Grupos Empresariais, com reforço de garantias.

Intervém igualmente na montagem e estruturação de financiamentos de projectos com partilha de risco e/ou captação de funding, em Sindicatos Bancários ou com multilaterais públicas e privadas.

Em 2012, os principais sectores de actividade das operações de crédito analisadas foram a Distribuição Alimentar, Hotelaria, Televisão, Telecomunicações, Industria de Materiais de Construção, Ensino Superior, Agricultura, Saúde e Energia.

OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

A Direcção de Operações de Imobiliário tem como principal objectivo avaliar os pedidos de financiamento e acompanhar a carteira de crédito cujo risco assenta em activos imobiliários ou nos resultados das actividades comerciais no sector imobiliário. Dessas operações destacam-se os projectos de promoção imobiliária e os projectos hoteleiros, que constituem a carteira de crédito imobiliário.

Seguindo a tendência do ano anterior, o ano de 2012 continuou a ser particularmente exigente na concessão e acompanhamento das operações de financiamento à construção. Não obstante esta realidade, foram aprovadas novas operações imobiliárias destinadas à construção de três projectos diferenciados nas províncias da Huíla e Benguela.

CENTRO DE EMPRESAS OIL & GAS

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO, EFICIÊNCIA OPERACIONAL, SOLIDEZ E SEGURANÇA

A aprovação pela Assembleia Nacional da Lei Cambial (Lei nº 2/12) introduziu um desafio significativo no mercado bancário Angolano mas também e a par com a mesma, uma alteração substancial no funcionamento do mercado associado à exploração de petróleo, concretizando o objectivo do Executivo Angolano de internalizar os fluxos monetários gerados pela indústria petrolífera, fortalecendo o sistema bancário e economia.

As exigências da nova lei centram-se na alteração nos fluxos utilizados pelas empresas do sector petrolífero no que concerne aos pagamentos efectuados no âmbito da sua actividade em Angola. Efectivamente, é introduzida a obrigatoriedade das operadoras petrolíferas nacionais e estrangeiras bem como a Concessionaria Nacional realizarem os pagamentos de todos os encargos tributários e de bens e serviços fornecidos por entidades residentes e não residentes a partir de uma instituição financeira domiciliada em Angola, nomeadamente:

- Pagamento de bens e serviços a entidades residentes em moeda nacional;
- Pagamento de bens e serviços a entidades não residentes cambiais em moeda estrangeira; e
- Pagamento de encargos fiscais.

Esta alteração transpõe assim desafios significativos para o sistema bancário Angolano na medida em que se prevê um incremento significativo do volume de fluxos financeiros a serem operados pelos bancos angolanos, implicando uma solidez e capacidade financeira das Instituições Financeiras inquestionável, bem como a tempestividade da resposta operativa às necessidades deste segmento.

O BFA respondeu activamente a esta alteração de paradigma preparando e capacitando a sua estrutura no sentido de proporcionar uma oferta de produtos e serviços especializados. Para tal foi criado o Centro de Empresas Oil & Gas Operators como o objectivo de servir os clientes do sector petrolífero, assentando a sua actividade em três princípios

basilares: acompanhamento especializado, eficiência operacional, solidez e segurança.

Complementarmente, para acompanhar o segmento de prestadores de serviço às empresas do sector petrolífero, foi decidido criar um novo Centro de Empresas, Oil & Gas Vendors que deverá começar a sua actividade no início de 2013.

Acompanhamento especializado

O BFA dotou a sua estrutura com colaboradores dedicados exclusivamente ao segmento de Oil & Gas, confirmando o seu compromisso de uma grande disponibilidade e acompanhamento rigoroso às empresas do sector e ser o parceiro preferencial para a realização dos seus negócios.

Os clientes do sector têm assim à sua disposição no BFA uma equipa com dedicação exclusiva e com capacidade de apresentar soluções que respondam inteiramente às suas necessidades, cumprindo um objectivo de acompanhamento por equipas com profundo conhecimento das especificidades transaccionais do sector, bem como de maior rapidez no tratamento das suas instruções.

Eficiência operacional

Reconhecendo as necessidades transaccionais das empresas do sector, o BFA decidiu dotar a sua estrutura operacional de sistemas de processamento de pagamentos e transferências resilientes e capazes de realizar operações com as características necessárias pelas empresas do sector petrolífero.

Assim, tendo como desiderato o desenvolvimento de uma solução automatizada e privilegiando a eficiência e rapidez na execução das operações, em 2012 o BFA procedeu à implementação de um sistema automatizado straight-through-processing (STP) para o processamento de transacções em série, permitindo aos seus clientes a realização de transacções para uma multiplicidade de destinos e em múltiplas moedas, sem intervenção humana. Este sistema confirma a aposta do BFA no desenvolvimento de soluções cada vez mais robustas, mas também, o seu compromisso de apresentar às empresas do segmento petrolífero soluções totalmente adequadas às suas necessidades, em particular,

tendo em especial consideração as novas exigências introduzidas pela nova lei cambial.

O serviço BFA Net Empresas desenvolvido pelo BFA em 2012 permite ainda aos clientes deste segmento uma gestão financeira eficiente e totalmente segura, estando disponível um significativo de operações bancárias, nomeadamente:

- Realização de pagamento de salários a colaboradores;
- Realização de pagamentos a fornecedores;
- Realização de transferências entre contas BFA e interbancárias;
- Consulta de informação financeira e movimentos em contas e cartões de crédito;
- Requisição de cheques.

De forma a garantir uma comunicação directa entre a equipa do CE Oil & Gas e os seus clientes, o BFA disponibiliza ainda uma ligação via VPN, garantindo a transmissão e satisfação atempada das diferentes necessidades transaccionais.

Solidez e segurança

O elevado grau de solidez financeira do BFA faz do mesmo um parceiro ideal para as empresas do sector petrolífero.

A sólida estrutura de balanço garante uma total preparação do BFA para uma estreita colaboração com os seus clientes do segmento petrolífero, garantindo uma satisfação atempada das suas necessidades financeiras e operativas.

As soluções aplicacionais e tecnológicas desenvolvidas e disponibilizadas pelo BFA e pelo CE Oil & Gas Operators aos seus clientes, assentam em processos e tecnologias alinhadas com as melhores práticas do sector, garantindo toda a segurança, celeridade, eficiência e integridade no processamento das transacções. Em particular, o serviço BFA Net Empresas garante a confidencialidade e segurança total na realização das operações, assentando no uso de Chaves de Acesso e de Confirmação, e permitindo a criação de perfis de autorização diferenciados consoante a natureza das transacções a realizar.

UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

Uma Equipa Especializada com Aconselhamento de Excelência

A actuação da UBD assenta num esforço contínuo de identificação de oportunidades de investimento em Angola, em particular nos sectores com maior potencial de desenvolvimento. Este esforço de captação é efectuado, em paralelo, dentro e fora do território angolano, de forma a identificar os players que reúnam as melhores condições para promover as oportunidades identificadas.

Para tal, a UBD conta com uma equipa formada por profissionais angolanos e portugueses com significativa experiência e credenciais na actividade de banca de investimento e prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira.

Ao longo dos últimos anos, a equipa da UBD desenvolveu um intenso esforço de marketing institucional da “Angola’s Opportunity” em diferentes geografias. Entre outras iniciativas, realizaram-se diversos roadshows em diferentes países, onde se procurou identificar potenciais interessados em abraçar oportunidades de investimento em Angola. Esse esforço tem vindo a produzir bons resultados, através do apoio ao investimento em Angola por parte de empresas internacionais, cobrindo sectores como a agricultura e pescas, alimentação, bebidas, indústria transformadora, infra-estruturas, etc.

Na sequência de contactos exploratórios já desenvolvidos com alguns dos grandes players internacionais dos principais sectores críticos para o desenvolvimento económico de Angola e considerando a ampla experiência e know-how internacional do Grupo BPI no segmento da Banca de Investimento, a UBD está numa posição privilegiada para apoiar entidades Angolanas no processo de fazer acontecer o tão almejado desenvolvimento agrícola e industrial de Angola.

Crescimento Significativo da Actividade

O ano 2012 revela um crescimento significativo da actividade comercial da UBD, tendo sido realizados inúmeros contactos directos ou reuniões com potenciais investidores.

Na sequência desse esforço comercial e de contacto permanente com entidades/empresas Angolanas e estrangeiras, a UBD angariou diversos novos mandatos de prestação de serviços de assessoria financeira.

Crescimento Contínuo em Conjunto com os seus Clientes

Face às perspectivas de crescimento da economia Angolana em 2013, ao interesse crescente do investimento estrangeiro neste país e ao esforço que tem vindo a ser empreendido, por parte dos grupos e empresas presentes em Angola traduzidos numa maior profissionalização da sua gestão na reorganização e optimização das respectivas carteiras de negócios e activos, espera-se que a actividade da UBD continue a crescer de forma sustentada durante o exercício de 2013.

Inovação e Tecnologia

REFORÇO DA MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DO BFA

Continuação do Investimento na Modernização dos Sistemas

O BFA reconhece que o investimento no desenvolvimento e modernização dos seus sistemas informáticos e de transferências permitem melhorias significativas nos níveis de resposta e na capacidade de desenvolvimento da sua actividade. Adicionalmente, as necessidades transaccionais dos seus clientes implicam cada vez mais a existência de sistemas automatizados, desenvolvidos e assentes nas melhores práticas.

Em 2012, o investimento do BFA na área de tecnologia esteve focado:

- I. Na implementação do novo front-end de apoio à actividade comercial desenvolvido no âmbito do projecto eMudar@BFA;
- II. No aprofundamento da segurança e diminuição do risco operacional associado aos seus sistemas de informação;
- III. No aprofundamento do automatismo dos sistemas de pagamentos e transferências;
- IV. No desenvolvimento de sistemas de suporte ao crescimento do negócio e da orgânica do BFA.

I. Implementação do Projecto eMudar@BFA: Um Projecto Estruturante e Transversal à Actividade do BFA

Em 2012 iniciou-se a implementação do novo sistema informático de apoio à actividade comercial desenvolvido no âmbito do projecto eMudar@BFA. Este sistema consiste num novo front-end implementado nos Balcões, Centros Empresa e Centros de Investimento que introduzirá um mecanismo baseado em metodologias de workflow padronizado para o processamento das diversas actividades bancárias dos balcões, nomeadamente abertura e movimentação de contas, transferências, subscrição de cartões, movimentação de cheques, depósitos, levantamentos e outros serviços.

Este novo sistema revela-se estruturante para o desenvolvimento da actividade do BFA, na medida em que:

- Introduce procedimentos padronizados, tornando os processos mais simples e intuitivos;
- Assegura níveis de serviço e redução do tempo de tratamento dos processos;
- Permite a automatização dos processos, garantindo maiores níveis de segurança e uma maior celeridade nos canais regulares de aprovação;
- Permite a desmaterialização dos processos e documentos físicos, substituindo-os sempre que possível por documentos digitais, permitindo à posteriori a sua consulta descentralizada, monitorização e auditoria;
- Garante a uniformização de processos independentemente do canal de acesso (Rede Comercial, Serviços Centrais, Telefone, Internet);
- Assegura a compatibilidade com a base de dados de colaboradores, permitindo níveis de segurança elevados na gestão aplicacional;
- Permite uma redução significativa do risco operacional; e
- Permite a melhoria inequívoca da qualidade de serviço aos clientes.

Em paralelo com o novo front-end foi desenvolvida uma nova plataforma que permitirá a integração e uniformização dos sistemas do BFA bem como o futuro desenvolvimento e integração de aplicações e produtos.

A implementação deste novo sistema será desenvolvida em quatro fases, estando a decorrer o roll-out da primeira fase para toda a rede comercial.

AMBIENTE

O BFA deu início a um conjunto de iniciativas internas, no âmbito da responsabilidade ambiental, que contribuíram para a redução da emissão de papel e aumento da eficiência energética.

Iniciativa I – Através do projecto eMudar@BFA procedeu-se à desmaterialização dos processos e documentos físicos, substituindo-os por documentos digitais, reduzindo assim, a emissão de papel.

Iniciativa II – As novas Agências BFA estão a ser equipadas com um sistema de iluminação que proporciona uma eficiência energética e qualidade de energia.

II. Segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação

O BFA reconhece que a disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Foram reforçadas as políticas de segurança do BFA com a adopção de diversas iniciativas, nomeadamente:

- A criação de um novo Centro de Processamento de Dados, com recurso a tecnologias de ponta;
- Foi feito o upgrade na máquina de Alta Disponibilidade no Sistema Central, permitindo um incremento significativo dos níveis de redundância e uma redução da probabilidade de indisponibilidade dos sistemas informáticos;
- Foi aprofundada a estabilidade da rede de comunicações do BFA, com maiores níveis de redundância para as áreas comerciais assim como um reforço dos equipamentos e respectivo software;

III. Aprofundamento do automatismo dos Sistemas de Transferências e Pagamentos

O BFA investiu no aprofundamento do automatismo e modernização dos seus sistemas de pagamentos, apostando no desenvolvimento de soluções transaccionais completamente adaptadas às necessidades dos seus clientes.

Neste âmbito, foi implementado um novo sistema automatizado straight-through-processing para processamento de transacções em série multi-destino e multi-moeda, que permite aos seus clientes efectuarem múltiplas ordens de transferência a partir de um mesmo ficheiro, independentemente do destino e moeda.

Este serviço permite:

- Execução tempestiva das operações em virtude do automatismo que incorpora;
- A mitigação do risco operacional decorrente de erros, dada a ausência de intervenção manual por parte dos colaboradores do BFA.

IV. Apoio ao Crescimento do Negócio e Orgânica do BFA

Durante o ano de 2012, foram desenvolvidos diversos projectos de apoio directo ao crescimento do negócio e orgânica do BFA, sendo de destacar:

- A implementação do Serviço de Transferências a Crédito (STC) e respectiva integração de informação na EMIS;
- A definição das regras e requisitos para o desenvolvimento e implementação do Subsistema de Compensação de Cheques, tendo o BFA participado no Grupo de trabalho constituído pelo Banco Nacional de Angola, EMIS e outras instituições bancárias. Prevê-se que o novo subsistema conduza a uma redução do esforço e risco de processamento dos cheques;
- O início do desenvolvimento da aplicação que permite um suporte mais efectivo ao programa Angola Investe, prevendo-se a sua implementação ao longo do ano 2013.
- Reformulação dos front-ends dos sites transaccionais BFA Net e BFA Net Empresas que passaram adicionalmente a disponibilizar novas funcionalidades, nomeadamente versão bilingue; criação e gestão de lista de beneficiários; processo de login com recurso exclusivo ao teclado virtual e no caso do BFA Net Empresas o aumento dos critérios de validação de informação no processamento de ordens de transferência em bloco, com recurso aos ficheiros PS2.

SISTEMA DE PAGAMENTOS ANGOLANO – LANÇAMENTO DO SUBSISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS A CRÉDITO.

No âmbito da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCAA), foi lançado em Fevereiro de 2012, o Subsistema de Transferências a Crédito (STC).

Tratando-se de um sistema compensado, a liquidação financeira das operações passa assim a ser efectuada pela diferença entre os montantes recebidos e enviados, o que permitirá às Instituições participantes efectuar uma gestão mais eficiente das suas disponibilidades de tesouraria.

Este processo coordenado pela EMIS contou com uma participação activa do BFA e é mais um passo no sentido da modernização do Sistema de Pagamentos Angolano que fica, assim, mais próximo das melhores práticas a nível internacional.

Canais de Distribuição

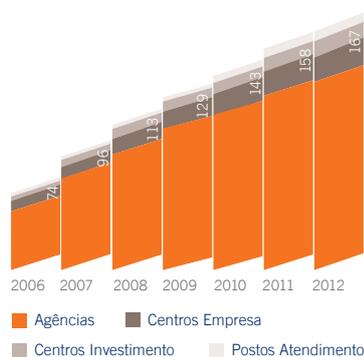
EXPANSÃO DA REDE COMERCIAL, MANUTENÇÃO DA LIDERANÇA DO BFA NA OFERTA DE SERVIÇOS E MEIOS DE PAGAMENTO

Expansão da Rede Comercial

Em 2012, a estratégia do BFA manteve-se no desenvolvimento da rede, garantindo uma maior proximidade e suporte ao crescimento da economia nacional. Assim, o Banco inaugurou 11 novos balcões, correspondendo à abertura de 10 Agências e 1 Centro Empresa e encerrou duas Agências, em Luanda e na Província de Malange, no âmbito do plano de requalificação da rede.

O BFA terminou o ano com 167 balcões de atendimento, representando um crescimento de 5,7% face a Dezembro de 2011.

Rede de Distribuição do BFA



Tendo como objectivo a melhoria contínua dos níveis de serviço, atendimento e conforto aos seus clientes, o BFA procedeu ainda à remodelação e alargamento de três balcões.

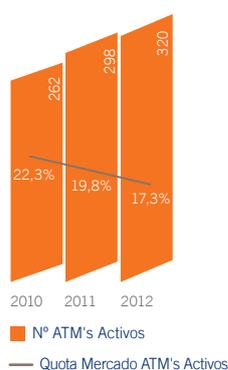
Expansão do Parque de ATM's e TPA's

Em 2012, o BFA continuou a investir no crescimento da sua rede de ATM's, reforçando os seus canais de banca automática como alicerce fundamental da sua estratégia comercial. Ao longo do ano houve um acréscimo de 22 ATM's activos, representando um crescimento de 7,4%, fechando o ano com um total de 320 ATM's activos.

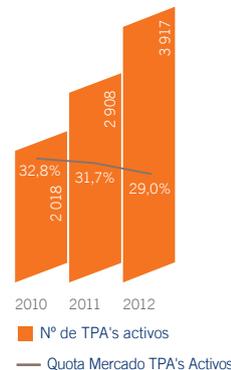
A colocação de TPA's manteve-se em 2012, como uma prioridade na actuação comercial junto dos clientes do

segmento de Empresas e Negócios. No final do ano, o número de TPA's cresceu aproximadamente 34,7% face a Dezembro de 2011, totalizando 3.917 terminais activos (+ 1.009) e permitindo ao BFA manter a sua posição de liderança com uma quota de mercado de 29%.

Evolução do Número de ATM's

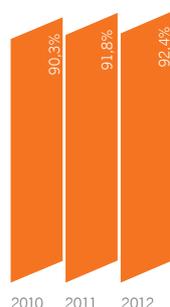


Evolução do Número de TPA's



Em 2012 registou-se ainda uma melhoria dos níveis de operacionalidade das máquinas ATM e de actividade dos TPA's, existindo um reforço no número de TPA's em actividade no total do parque de terminais de pagamento matriculados, reforçando a tendência já registada no ano de 2011 e evidenciando a eficiência e qualidade dos serviços disponibilizados pelo BFA.

Taxas Médias Anuais de Operacionalidade de ATM's



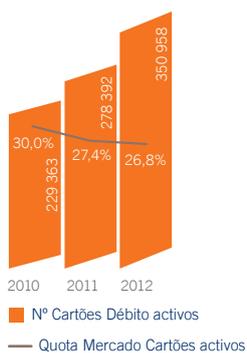
Nota: A Taxa de Operacionalidade é uma medida do grau de utilização de ATM's, sendo calculada da seguinte forma: Taxa Operacionalidade = 1 - (Nº Dias Inoperacional / Nº Dias Mês), considerando-se consequentemente uma ATM inoperativa quando não regista qualquer transacção ao longo do mês.

Reforço da Taxa de Penetração de Cartões de Débito e da Liderança de Mercado

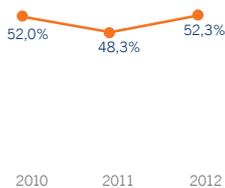
O BFA manteve a sua posição de liderança nos cartões de débito com uma quota de mercado de 26,8%. O número de cartões activos registou um crescimento importante (+26,1%) para 350.958 cartões.

O incremento do número de clientes com cartão de débito em 2012 conduziu a uma tendência de aumento da taxa de penetração do serviço de 48,3% em 2011 para 52,3% em 2012.

Evolução Número Cartões de Débito



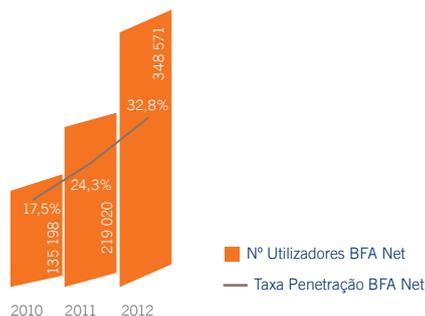
Clientes com Cartões de Débito



Sucesso do serviço de Homebanking do BFA junto dos seus Clientes

O número de clientes aderentes ao serviço BFA Net aumentou de forma expressiva em 2012, registando-se um crescimento de 59,2% face ao ano de 2011 (+129.551 clientes), confirmando o sucesso da solução de Homebanking desenvolvida pelo BFA. Aproximadamente 99% da contribuição para o crescimento foi registado no segmento de particulares e negócios, contudo, nos restantes segmentos, o número de clientes com acesso ao serviço denotou também um crescimento significativo (9,7% no segmento Empresas e 45,6% no segmento de Centros de Investimento).

Número de Utilizadores BFA Net e Taxa de Penetração BFA Net



Em consequência do crescimento do número de utilizadores verificou-se também um aumento importante da taxa de penetração do serviço para 32,8%.

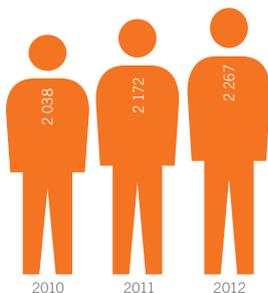
Recursos Humanos

CONTINUAÇÃO DO INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

Continuidade da Política de Captação de Talento

O BFA reconhece que a implementação da sua estratégia e ambição de servir melhor e chegar mais perto dos seus clientes exige uma forte aposta no capital humano. Assim, a sua prioridade em matéria de recursos humanos assentou no recrutamento e selecção de colaboradores de forma a suportar o crescimento da actividade do Banco, acompanhada de uma intensificação do esforço de formação.

Evolução do Efectivo

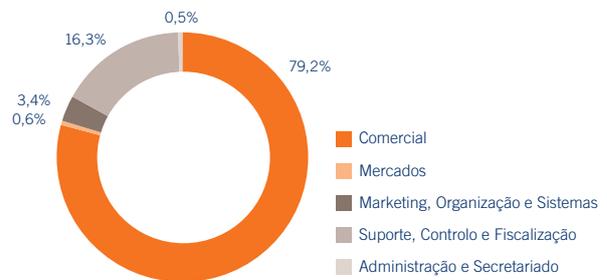


Em Dezembro de 2012, o número de colaboradores do BFA cifrava-se em 2.267, registando-se desta forma um crescimento de 95 novos colaboradores face a Dezembro de 2011 (+4,4%).

No sentido de recrutar profissionais com elevados níveis de qualificação, a Direcção de Recursos Humanos desloca-se regularmente a Feiras de Emprego em Universidades, sendo estas um importante foco de captação de novos colaboradores.

A distribuição do efectivo pelas diversas áreas de actividade revela uma importância significativa das áreas comerciais, cujo efectivo representa cerca de 79,2% do total do Banco, um resultado natural da estratégia de crescimento comercial e da proximidade com os clientes do BFA.

Distribuição do Efectivo por Área de Actividade em 2012

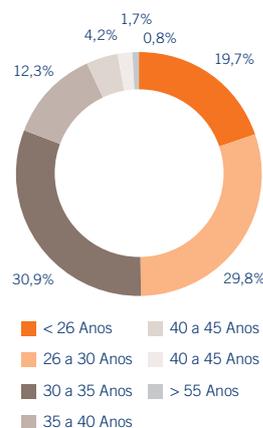


Ao longo de 2012 foi ainda colocado um especial enfoque no desenvolvimento de soluções para avaliação e melhoria da assiduidade e dos níveis de absentismo dos colaboradores. Neste âmbito, foi implementado um novo aplicativo que permitirá à Direcção de Recursos Humanos uma avaliação e monitorização mais eficiente destas métricas.

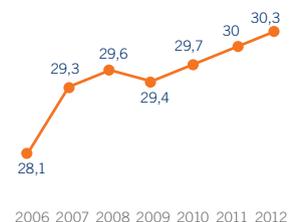
Uma Estrutura Jovem

A estrutura etária dos colaboradores espelha de forma muito fiel a política seguida pelo BFA de investimento numa estrutura orgânica jovem e com elevado potencial de progressão e desenvolvimento no Banco. Em Dezembro de 2012 aproximadamente 80% dos colaboradores tinham uma idade inferior a 35 anos.

Distribuição por Escalão Etário



Idade Média dos Colaboradores



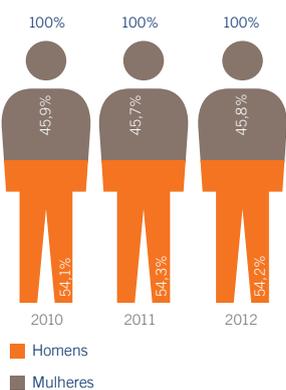
A distribuição dos colaboradores por género tem-se revelado particularmente estável, representando os colaboradores do sexo masculino aproximadamente 54% do total do efectivo nos últimos 3 anos, evidenciando uma estrutura orgânica equilibrada.

Uma Cultura de Investimento na Qualificação e Capacitação

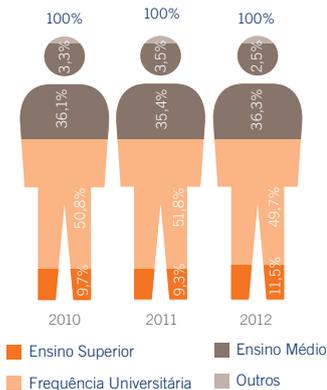
A qualificação e capacitação dos colaboradores é um dos principais pilares sobre o qual assenta o desenvolvimento da actividade do BFA. Privilegia o recrutamento de profissionais com níveis de qualificação assentes em elevados padrões de qualidade e aposta no seu desenvolvimento on-the-job através de acções de formação sobre as mais diversas áreas de negócio e actuação do Banco.

A distribuição dos colaboradores por nível e habilitações demonstra o aumento contínuo da proporção de colaboradores com curso superior ou em frequência universitária, representando estes em 2012 aproximadamente 61,2% do total do efectivo do Banco.

Distribuição do Efectivo por Género



Distribuição do Efectivo por Nível de Qualificação



UMA NOVA DINÂMICA NO IFBA

No âmbito de uma profunda reestruturação do Instituto de Formação Bancária de Angola (IFBA), centrado num novo modelo de gestão e em novos objectivos decorrente da entrega da gestão do IFBA aos Bancos com a saída do BNA, decorreu uma Assembleia Geral no dia 21 de Março de 2013 na qual foram eleitos os novos Órgãos Sociais.

No âmbito deste processo, o BFA foi eleito para o cargo de Presidente da Direcção do IFBA, tendo indicado o seu administrador executivo, Dr. António Matias, para assumir o cargo, estando a posse prevista para o dia 25 de Abril de 2013.

Em 2012 o BFA continuou a investir na qualificação e especialização dos seus recursos humanos, privilegiando a formação em cinco eixos:

- Operacional – principalmente relacionada com o projecto eMudar@BFA e com a plataforma operacional, pretendendo garantir a preparação dos colaboradores para o uso do novo front-end. Em simultâneo foi reforçada a formação relacionada com os processos desenhados no novo front-end, tendo na primeira fase sido dado enfoque aos processos de abertura e alteração de dados de Clientes e contas.
- Produtos e Serviços – formação especializada sobre a oferta de produtos e serviços do banco, com especial enfoque nos produtos de crédito;
- Sistemas Informáticos – maioritariamente aplicações do Office que são a base de apoio às tarefas diárias;
- Comportamental – no âmbito do atendimento ao Cliente e da Formação de Formadores;
- Académica – Aposta na qualificação avançada de recursos com elevado potencial nomeadamente com a inscrição de colaboradores nas seguintes pós-graduações:
 - MBA Atlântico – realizado entre as Universidades Católicas de Luanda, São Paulo e Porto, com a duração de 12 meses;

- Branqueamento de Capitais – realizado na Universidade Agostinho Neto, com a duração de 8 meses;
- Finanças e Contabilidade – realizada na Universidade Católica de Angola, com a duração de 9 meses.

No total foram realizadas 148 acções de formação que abrangeram um total de 1.483 colaboradores. O esforço de formação, medido pelo número total de dias passado em formação pela totalidade dos colaboradores abrangidos somou 4.365 dias.

MBA ATLÂNTICO

A missão do MBA Atlântico é formar gestores de topo vocacionados para a internacionalização através do espaço da Língua Portuguesa.

O período lectivo é repartido em três trimestres, os quais são leccionados em cada uma das Universidades Católicas das três cidades: Luanda, São Paulo e Porto.

Os alunos frequentam o programa em regime de full time, residindo um trimestre em cada um dos países, beneficiando de uma formação mais abrangente, incidindo sobre a realidade social e cultural local, para além das características inerentes à actividade empresarial.

Para além de ser um dos patrocinadores oficiais do programa, o BFA tem garantido a presença de um colaborador em cada uma das três edições do MBA Atlântico realizadas até à data.

Comunicação

À semelhança dos anos anteriores, a política de comunicação do BFA, esteve centrada em campanhas de produtos e serviços, em patrocínios, na participação e organização de eventos e, no desenvolvimento de acções de responsabilidade social.

CAMPANHAS

Em 2012, as campanhas e os métodos de comunicação utilizados tiveram como objectivo reforçar o posicionamento da Marca BFA e a captação de novos clientes.



Sou 1 em 800 mil, mas tratam-me como se fosse único

Com a campanha 800 mil clientes, o BFA pretendeu reforçar o seu posicionamento enquanto Banco Líder de mercado em experiência, inovação e solidez. O mote da campanha “Sou 1 em 800 mil, mas tratam-me como se fosse único” reforça o empenho do BFA relativamente à qualidade de serviço e ao seu comprometimento com o desenvolvimento de Angola e dos angolanos.



O seu Banco por SMS

A campanha “O seu Banco por SMS” teve como objectivo a divulgação do serviço de SMS Banking, que permite aos clientes efectuar consultas de operações via telemóvel. Através do BFA SMS, o cliente passou a aceder à sua conta 24h por dia, em qualquer lugar, com total segurança, comodidade, flexibilidade e rapidez.



Queremos ver Angola crescer

No âmbito do Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) denominado “Angola Investe”, o BFA lança a campanha “Queremos ver Angola crescer” com o objectivo de comunicar aos seus clientes dois mecanismos para o crescimento da actividade económica privada: o primeiro permitirá disponibilizar uma linha de financiamento com taxas bonificadas; e o segundo estabelece as condições de operacionalização do Mecanismo de Garantias Públicas para MPME.

PATROCÍNIOS

O BFA tem apostado fortemente no patrocínio de diferentes acções, actividades, eventos e instituições, com o objectivo de fomentar a proximidade da Marca BFA com a comunidade e, de apoiar o crescimento de Angola.

Clube Desportivo 1º de Agosto

Pelo terceiro ano consecutivo, o BFA patrocina a equipa de Futebol Sénior do Clube 1º de Agosto. O patrocínio abrange todas as competições em que o 1º de Agosto está envolvido, nomeadamente, o Girabola e a Taça de Angola. Esta acção enquadra-se na estratégia do BFA em apoiar projectos desportivos com grande impacto junto da comunidade.



Carnaval de Luanda

O BFA esteve mais uma vez na Nova Marginal para celebrar o Carnaval de Luanda com milhares de angolanos. O simbolismo e a tradição do Carnaval continuam a ser dois factores importantes para a presença do Banco nesta grande festa. A Tribuna do BFA teve à semelhança dos anos anteriores várias atracções como pinturas faciais, modelação de balões e animadores.



Miss Angola

Concebido no âmbito da promoção e desenvolvimento da mulher angolana, o Miss Angola, é o maior concurso de beleza e também o mais mediático realizado no país. Assistido por milhões de pessoas através da TPA, RTP-África e RTP Internacional, o Miss Angola elege todos os anos a Rainha de beleza que representa Angola no Miss Universo. O BFA foi em 2012, mais uma vez, um dos principais patrocinadores.



Raid Cacimbo BFA

O BFA patrocina com exclusividade sectorial o Raid Cacimbo desde 2007, sendo patrocinador oficial há quatro anos. O programa do Raid Cacimbo BFA contempla visitas aos Balcões do Banco localizadas nos principais pontos de passagem da expedição. É uma iniciativa que pretende aliar o prazer da condução todo-o-terreno à aventura, ao campismo e ao turismo ecológico, fomentando, simultaneamente, o conhecimento pela História e geografia de Angola e, o convívio entre os participantes.



Corrida de S. Silvestre

No âmbito da política de apoio à Cultura e Desporto em Angola, o BFA patrocinou pela sétima vez consecutiva a realização da Corrida S. Silvestre, que ocorre sempre no último dia do ano.

A Corrida de S. Silvestre tem a participação de atletas nacionais e internacionais, profissionais e amadores e, ocorre em algumas das principais artérias da cidade de Luanda.

FestiSumbe

Durante dois dias, a cidade do Sumbe recebe um dos mais importantes festivais de música, que reúne bandas nacionais e internacionais. O BFA é um dos patrocinadores oficiais do FestiSumbe. De destacar em 2012 a presença de Jorge Neto, ex-vocalista da banda Livity e de Jacob Desvarieux dos Kassav.

EVENTOS

Workshop – Oil & Gas

Na sequência da aprovação do novo regime cambial aplicável ao sector petrolífero, o BFA realizou em Julho 2012, na cidade de Luanda, o Workshop denominado “Os desafios da Nova Lei cambial para o Sector Petrolífero”. O objectivo foi apresentar a resposta estrutural do BFA aos desafios colocados aos seus Clientes do sector petrolífero, decorrentes da aplicação da Nova Lei Cambial.



FILDA

No âmbito da estratégia de evolução do negócio e promoção da Marca, o BFA participou mais uma vez na Feira Internacional de Luanda (FILDA) com dois stands, um no Pavilhão Principal e, outro, no Pavilhão de Portugal. Para além da habitual dinamização comercial focada na oferta de produtos e serviços financeiros, o BFA teve o privilégio da presença da equipa do 1º de Agosto, que proporcionou uma sessão de autógrafos e de fotografias aos colaboradores, clientes e potenciais clientes BFA.



Expo Huíla

Realizada anualmente, a Expo Huíla é o evento com maior destaque no calendário das festas de aniversário da cidade de Lubango. O BFA apoia esta iniciativa, que reúne a presença de expositores de diversos Países.

Aniversário BFA

Cerca de 900 colaboradores juntaram-se no Centro Cultural Paz Flor para comemorar o 19º Aniversário do BFA. O tema “Nação BFA” foi o pontapé de saída para uma noite em tons de branco e laranja, pautada pela animação das equipas e dos artistas convidados. Um dos momentos emotivos da noite, foi a entrega de relógios aos colaboradores que celebraram dez anos no BFA. A Administração agradeceu o empenho e dedicação de uma década, apagou as velas e demonstrou a sua satisfação para com os colaboradores BFA.



Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social está intimamente ligada aos valores do BFA e ao seu compromisso com a comunidade angolana.

Diversos projectos têm dado corpo ao percurso do BFA, reflectindo uma efectiva preocupação social. O BFA, através do Fundo Social, tem desenvolvido diferentes actividades em torno de três grandes eixos: Educação, Saúde e Solidariedade Social, destacando-se em 2012 a Educação e a Solidariedade Social.

EDUCAÇÃO

No âmbito da Educação privilegiaram-se as parcerias com instituições de referência, com o objectivo de apostar em projectos de formação e investigação. Neste âmbito, são de destacar:

Universidade Católica de Angola



No âmbito da sua política de apoio à educação e formação de quadros especializados, o BFA estabeleceu uma estreita parceria com a Universidade Católica, que se traduz na atribuição anual de prémios aos melhores alunos da Faculdade de Economia e Gestão e no patrocínio do MBA Atlântico.

Em 2012, o BFA participou pela quinta vez consecutiva, na cerimónia de entrega de prémios aos melhores alunos da Universidade Católica de Angola. O Banco distinguiu seis

alunos da Faculdade de Economia e Gestão, na cerimónia que teve lugar nas instalações da Universidade Católica.

O patrocínio do MBA Atlântico ocorre pela terceira vez consecutiva em 2012 e contou já com a participação de 1 colaborador BFA em cada edição. O MBA Atlântico diferencia-se pelo seu carácter internacional, realizado em parceria com as Universidades Católicas de Angola, Porto e São Paulo.

MBAatlântico
LuandaSãoPauloPorto



Sociedade Portuguesa de Inovação

O BFA é parceiro da Sociedade Portuguesa de Inovação e da Universidade Católica de Angola, na realização do maior estudo independente de empreendedorismo. O projecto GEM, em como principal objectivo analisar a relação entre o nível de empreendedorismo e o nível de crescimento económico, bem como, determinar as condições que estimulam e travam as dinâmicas empreendedoras em cada país participante.



SOLIDARIEDADE SOCIAL

Projecto social de Oshivambi, no município de Môngua, Cunene

O BFA contribuiu para este projecto que beneficiou uma Escola, de ensino primário, com quatro salas de aulas, através de equipamento mobiliário diverso, uniformes escolares e diversos meios de apoio ao ensino.

Projecto Social Kandimbas de Santa Cecília

Kandimbas de Santa Cecília é um grupo de leigos da Paróquia das Dores na Província da Huíla. O grupo distribui, todos os anos, uma cesta básica de Natal para todos os idosos necessitados. O BFA tem apoiado esta iniciativa ao longo dos últimos cinco anos.

Prémios

Em 2012, as publicações internacionais The Bankers e EMEA Finance reconheceram a excelência do BFA no mercado angolano, ao atribuírem à instituição as distinções de “Banco do Ano” e “Melhor Banco”, respectivamente.



Banco do Ano

A revista The Banker é uma publicação do grupo Financial Times, sendo uma das maiores referências mundiais no sector bancário. The Banker considerou o BFA como o “Banco do Ano” em Angola na edição de 2012 do “Bank of the Year Awards”. Esta distinção é atribuída a um único banco em cada País e o BFA foi escolhido pela primeira vez, pelo seu desempenho e credibilidade no mercado angolano.



Melhor Banco

Dirigida à comunidade financeira da Europa, Médio Oriente e África, a Revista EMEA Finance analisa e classifica o desempenho dos principais bancos em cada País.

A EMEA Finance distinguiu pela terceira vez o BFA com o prémio de “Melhor Banco” em Angola, pelo seu desempenho e consistência nos resultados. A publicação reconhece, desde 2009, o crescimento sólido do BFA, conforme os prémios atribuídos em anos anteriores: “Melhor Banco” em Angola (2009 e 2011) e “Banco Mais Inovador” (2010).



Straight Through Processing

O BFA foi distinguido pelo décimo primeiro ano consecutivo pelo Deutsche Bank com o Prémio STP (Straight Through Processing) resultado do elevado sucesso no índice de processamento automático das operações sobre o estrangeiro, realizadas em 2012, com uma taxa de 99,62%.



**GESTÃO
DE RISCO**

70	Governança e Organização da Gestão dos Riscos
71	Risco de Crédito
75	Riscos de Liquidez e de Mercado
79	Risco Operacional
82	Riscos Legais

Governança e Organização da Gestão dos Riscos

ORGANIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA O CONTROLO E GESTÃO DOS RISCOS

O acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração e está subordinado às regras estabelecidas no Aviso nº 2/06 de 10 de Março sobre os procedimentos de Controlo Interno. A sua gestão e controlo estão distribuídos pelas respectivas direcções do Banco, referidas nos pontos seguintes.

Ao nível organizacional, é de salientar em 2012, a criação da Direcção de Compliance, na sequência da publicação do Aviso nº 22/12 de 25 de Abril, a qual vem reforçar os procedimentos na área de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo. Esta nova estrutura integra parte das responsabilidades anteriormente sob alçada da Direcção de Auditoria, Inspeção e Segurança.

A estratégia de actuação do Banco é traduzida no Orçamento Anual e em Planos de Acção aprovados pelo Conselho de Administração sob proposta da Comissão Executiva.

A Direcção de Contabilidade e Planeamento (DCP), produz mensalmente um relatório detalhado, contendo as contas mensais, o controlo orçamental e indicadores de gestão, de solvabilidade e de rentabilidade, o qual é analisado no Conselho de Administração e na Comissão Executiva do Conselho de Administração. As principais variações são justificadas e fundamentadas com detalhe.

Esta informação é complementada com outros relatórios produzidos pelas Direcções de Risco de Crédito (DRC e DCPN), pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) e pela Direcção de Marketing (DMK). Em geral, a fonte de informação destes relatórios é a Área de Informação de Gestão a quem está incumbida a responsabilidade de recolha, sistematização e divulgação de informação.

Os principais riscos da actividade para os quais o banco dedica um maior esforço de identificação, avaliação, monitorização e controlo são detalhados ao longo das secções seguintes.

Riscos de Crédito

Riscos de Liquidez e de Mercado

Risco Operacional

Riscos Legais

Risco de Crédito

CONTROLO DE RISCO E MELHORIA DA QUALIDADE DO CRÉDITO

Uma estratégia definida e estruturada para o reforço dos procedimentos de avaliação de risco.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito, no Manual de Procedimentos de Crédito e em Fichas de Produto.

A apreciação das propostas de crédito pressupõe uma análise rigorosa, enquadrada por parâmetros que se resumem de seguida:

Procedimentos de análise de risco de crédito

- Nenhuma operação de crédito é aprovada sem uma prévia recolha, verificação e análise crítica de informação relevante relativamente ao proponente da operação e à sua situação económica e financeira, à operação objecto de financiamento e às garantias oferecidas.
- As propostas de operações de crédito ou garantias a submeter à apreciação dos órgãos competentes respeitam os seguintes princípios:
 - encontrar-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
 - respeitar a ficha de produto respectiva, quando for o caso;
 - ser acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada;
 - conter as assinaturas dos órgãos proponentes respectivos.
- No caso de empresas ou grupos de empresas com contas dispersas por vários Centros de Empresa ou Agências do BFA, as operações serão analisadas pelo órgão responsável do acompanhamento da empresa ou do grupo.

- Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra nos termos da legislação aplicável em cada momento.

Análise e ponderação de garantias

- Todas as operações de crédito têm associadas garantias adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, devendo a proposta de crédito ser devidamente fundamentada no que toca à suficiência e liquidez das garantias.
- As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito.

De acordo com o definido pelo BNA no aviso Aviso nº 03/2012 de 28 de Março, aquando da concessão, as operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco. O BFA tem definidos os seguintes critérios de classificação nos respectivos níveis de risco:

- Nível A – créditos garantidos por contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central) iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Nível B - Créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades;
- Os restantes créditos são classificados no nível de Risco C;

Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares classificado nos níveis de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

Filtro de rejeição por incumprimento ou incidentes materiais

- O Banco não concederá crédito a clientes que registem incidentes materiais ou que estejam em incumprimento para com o Banco nem a outras empresas que constituam grupo com clientes que estejam nessas situações:
 - o atraso na realização de quaisquer pagamentos de capital ou juros devidos a qualquer instituição financeira por período superior a 45 dias,
 - a utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade,
 - a pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade, desde que se considere que o resultado dessa acção pode ter um efeito materialmente adverso na respectiva situação económica ou financeira.

Deliberações dos órgãos de decisão

- As deliberações de cada órgão de decisão constituem decisões colegiais dos membros que as compõem, ficando registadas em Acta, a qual é assinada por todos os participantes.
- As decisões são tomadas por unanimidade. No caso de não haver unanimidade, a proposta é submetida ao órgão de decisão de nível imediatamente superior.
- Ficam impedidos de participar na discussão e decisão de qualquer operação, os membros de um órgão de decisão que nela tenham um interesse, directo ou indirecto, sendo tais operações obrigatoriamente submetidas ao nível superior.

Validade das decisões

- As decisões sobre matéria de crédito têm validade (para formalização) de 90 dias, a qual deverá ser sempre comunicada ao cliente.

- Todas as decisões prevêem um prazo máximo para a utilização do crédito ou para a emissão da garantia, o qual, em caso de omissão, se considera ser de 30 dias após a assinatura do contrato.

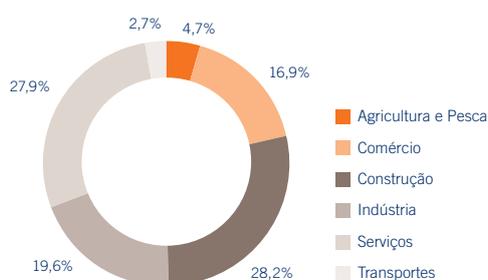
Foi intensificada a formação dos colaboradores das redes comerciais tendo sido desenvolvido, um programa específico de formação, que abrangeu todas as fases inerentes ao processo de crédito, nomeadamente análise, concessão e recuperação de operações em incumprimento.

A consolidação da Central de Informação e Risco de Crédito do Banco Nacional de Angola, foi um factor de elevada relevância durante este período, permitindo uma avaliação mais abrangente e completa das responsabilidades dos clientes junto do sistema bancário e contribuindo para uma tomada de decisão mais informada por parte do BFA, uma vez que passou a fazer parte integrante dos elementos de análise de uma operação de crédito.

Carteira diversificada e com aumento nas classe de menor risco

A carteira de crédito a empresas apresenta um grau de diversificação sectorial equilibrado face aos principais sectores de actividade económica.

Diversificação da Carteira de Crédito a Empresas por sector actividade - 2012



A composição da carteira de crédito por classes de risco, definidas no Aviso nº 03/2012 de 28 de Março, evidencia que a par do aumento do crédito concedido, se verificou uma expansão do mesmo nas classes de menor risco.

CARTEIRA DE CRÉDITO POR CLASSE DE RISCO

Classe	Total Operações Crédito		
	2010	2011	2012
A – Nulo	6,9%	7,2%	21,0%
B – Muito Reduzido	0,2%	0,1%	0,1%
C – Reduzido	85,0%	84,6%	71,4%
D – Moderado	1,0%	0,4%	1,7%
E – Elevado	2,5%	1,6%	1,7%
F – Muito Elevado	3,5%	5,0%	3,1%
G – Perda	0,9%	1,1%	1,0%
Total	100%	100%	100%

Nota: Total de Operações de Crédito inclui operações de crédito com e sem incumprimento.

No seu conjunto, as classes de risco mais baixo (A, B e C) representam 92.4% do total da carteira.

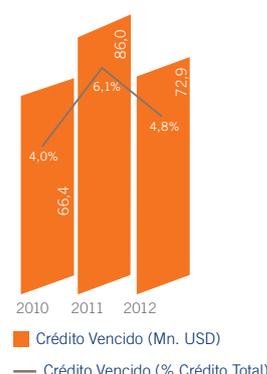
Melhoria significativa da qualidade do crédito

A política de análise e gestão de risco de crédito do BFA, incluindo a política de write-offs, conduziu a uma importante melhoria da qualidade da sua carteira de crédito, tendo resultado numa redução significativa do crédito vencido no ano 2012.

Efectivamente, o total de crédito vencido em carteira foi reduzido em cerca de 13 milhões de USD, traduzindo-se num decréscimo de 15,3% face ao exercício anterior, contribuindo

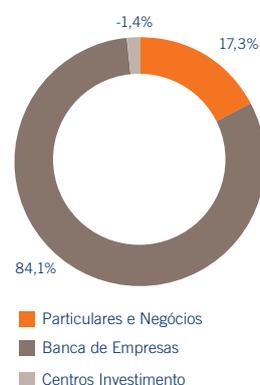
ainda para uma redução do rácio de crédito vencido de 6,1% em 2011 para 4,8% em 2012. Esta redução foi proporcionada por uma melhoria significativa da qualidade da carteira no segmento de Banca de Empresas que foi responsável por cerca de 84% da redução total do crédito vencido.

Crédito vencido (% do Crédito Total)



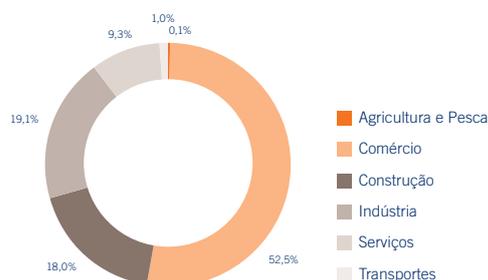
Nota: Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

Contribuição para Redução do Crédito Vencido por Segmento - 2012



Tendo em consideração o comportamento do segmento empresarial, apresentamos de seguida a composição do crédito vencido por sector de actividade. O sector do Comércio representa cerca de 52% do total de crédito vencido, seguido dos sectores Industrial e de Construção.

Concentração do Crédito Vencido de Empresas e Negócios por sector actividade - 2012



Em virtude da significativa redução do crédito vencido, o seu rácio de cobertura por provisões aumentou em 2012 para 143%, mantendo-se em níveis claramente confortáveis, e evidenciando uma política de gestão de risco particularmente prudente.

PROVISÕES E RÁCIO DE COBERTURA

Milhões de USD

	2010	2011	2012
Provisões	111,4	105,1	104,3
Rácio Cobertura Carteira Crédito	7,0%	7,9%	7,2%
Rácio Cobertura Crédito Vencido	168%	122%	143%

Nota: Volume de crédito total excluindo crédito por assinatura.

Em 2012, foi adicionalmente realizado um exercício de cálculo do valor de perdas esperadas na carteira de crédito do segmento de Médias e Grandes Empresas (acompanhadas pela Direcção de Empresas). O valor de imparidades económicas estimado fixou-se em 45,5 milhões de USD o que, comparado com o valor de provisões específicas do segmento de Banca de Empresas de 70 milhões de USD, e um correspondente rácio de cobertura de 153,8%, reflecte um confortável provisionamento e um nível de risco devidamente controlado.

IMPARIDADES ECONÓMICAS BANCA DE EMPRESAS

Milhões de USD

	2012
Total Imparidades Económicas	45,5
Provisões Banca Empresas	70,0
Provisões Totais Banco	104,3
Cobertura por Provisões Banca Empresas	153,8%

Reforço na recuperação de crédito com importantes resultados

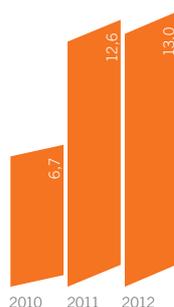
Ao longo do ano 2012, e à semelhança da estratégia seguida ao longo de 2011, o BFA intensificou a sua actividade de recuperação de crédito, reforçando o número de efectivos que desempenham estas actividades. A política seguida, assenta numa estratégia de resolução e recuperação do crédito em incumprimento por via extra-judicial, contudo, o BFA deu

continuidade à política de resolução judicial sempre que tal se revelou necessário.

Para tal, as Áreas de Recuperação de Crédito passaram a ter a responsabilidade do contencioso de crédito, tarefa até então assumida pela Direcção Jurídica.

Foram interpostas até ao momento, 261 acções executivas junto das entidades judiciais competentes para recuperação de crédito em incumprimento cuja resolução por via extra-judicial com os clientes se revelou não ter sucesso.

Volume de Crédito Recuperado por Ano



A intensificação desta actividade conduziu ao incremento sustentado do volume de crédito recuperado e já registado como perda efectiva (write-off), tendo atingido os 32 milhões USD nos últimos três anos, justificando claramente a aposta do Banco.

Este esforço permitirá ao BFA fortalecer a sua estratégia de apoiar de forma sustentada e duradoura o desenvolvimento da economia e os seus agentes económicos.

Riscos de Liquidez e de Mercado

As regras de gestão financeira e os limites dos riscos de liquidez, de taxa de juro e cambial constam do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional.

A prática da gestão financeira do BFA assenta no debate e reflexão sobre as questões da economia interna do Banco e os seus rumos visando uma gestão transparente para uma correcta avaliação dos riscos.

A gestão financeira do BFA é suportada num conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão:

- Informação diária: resume as principais informações dos mercados doméstico e internacional, os principais movimentos e operações verificados no dia, designadamente no mercado cambial e monetário e o cumprimento das Reservas Obrigatórias;
- Documentação para o Comité Financeiro, com resumo retrospectivo dos principais mercados nacionais e internacionais;
- Dossier Mensal de Gestão de Riscos: documento produzido pela Área de Informação de Gestão que cobre os principais indicadores e limites de risco.

O modelo de organização e de tomada de decisão é o seguinte:

- Ao nível do Conselho de Administração é feita a Análise do Mercado Monetário e do Mercado Cambial, o Dossier de Gestão de Riscos, a evolução das quotas de mercado e análise da concorrência. O Conselho de Administração,

por proposta da CECA toma as decisões mais relevantes quanto a operações com risco Estado angolano, limites de contraparte, e taxas de juro de depósitos e crédito;

- A Comissão Executiva, para além das análises diárias e semanais dos mercados, acompanha em permanência o cumprimento das decisões do Conselho de Administração e o cumprimento de todos os limites regulamentares e internos;
- O Comité Financeiro, reúne semanalmente com documentação e informação em dossier próprio, operacionaliza as decisões e propõe actuações caso tal se revele necessário.

Na sequência da publicação do Aviso nº13/2011, referente ao Código de Conduta dos Mercados, o BFA criou a nível da DFI uma nova área, a Área de Controlo que assegura o reporting diário, bem como o cumprimento dos limites legais a que o BFA está obrigado e dos limites internos previstos no Manual de Limites e Procedimentos da DFI.

A DFI está deste modo, estruturada em 4 áreas, garantindo a segregação de funções, de acordo com o seguinte:

- Área de Mercados e Internacional
- Área de Clientes
- Área de Back Office
- Área de Controlo.

RISCO DE LIQUIDEZ

PRUDÊNCIA E ROBUSTEZ DO BALANÇO

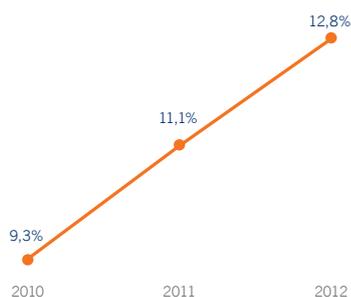
Capacidade de liquidez para dar resposta a necessidades dos clientes e a oportunidades de negócio para o Banco

O BFA conduz uma gestão particularmente prudente dos seus níveis de liquidez, gozando, em consequência, de uma condição privilegiada no que concerne ao financiamento da sua actividade.

A par das Reservas Obrigatórias definidas pelo BNA, o Banco estabeleceu um limite adicional de liquidez disponível para a moeda estrangeira que representa uma importante almofada no balanço para fazer face a potenciais riscos decorrentes de alterações de mercado.

Na sua actuação, o BFA procura assegurar a estabilidade dos recursos de clientes bem como das restantes fontes de financiamento, garantindo o suprimento atempado das necessidades de funding e de tesouraria. Em particular, a excelente capacidade de atrair depósitos de clientes, atestada por uma taxa de crescimento crescente dos Depósitos de Clientes que em 2012 se cifrou em 12,8%.

Taxa de Crescimento de Depósitos de Clientes



Face a esta dinâmica, o Balanço do BFA tem demonstrado uma estrutura particularmente sólida e robusta. Especificamente, o volume de Depósitos de Clientes permite financiar grande parte da actividade do BFA (representando aproximadamente 87,9% do Activo). Ainda, quando combinado com o total de Fundos Próprios e Equiparados do BFA permitem financiar quase totalmente (aproximadamente 97,7%) as operações do Banco.

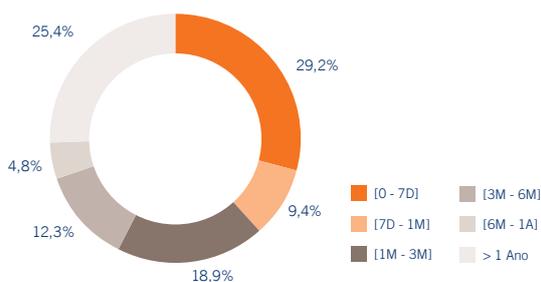
Estrutura do Balanço a 31 Dezembro 2012



No âmbito da política de gestão da liquidez, o BFA procura proceder à devida rentabilização da mesma, garantindo uma adequada política de investimento. Assim o BFA procura aplicar os excedentes de liquidez, não canalizados para crédito, em diversas classes de activos bem como em perfis de maturidades. A selecção das maturidades de investimento tem subjacente um princípio de diversificação e adequação, garantindo uma gestão eficiente ao longo do tempo bem como, a garantia de satisfação das necessidades de liquidez de curto prazo.

A desagregação dos Activos Financeiros do BFA por maturidade revela uma elevada diversificação quanto ao perfil de maturidades, contudo, verifica-se a elevada predominância por aplicações com maturidade inferior a 1 ano (74,6% no total), correspondendo 29,2% a instrumentos financeiros com maturidade até 7 dias, garantindo a possibilidade de mobilização e utilização num curto espaço de tempo.

Perfil de Maturidades dos Activos Financeiros a 31 Dezembro 2012



PERFIL DE MATURIDADES DOS ACTIVOS FINANCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	Total (MU\$)	[0 - 7D]	[7D - 1M]	[1M - 3M]	[3M - 6M]	[6M - 1A]	> 1 Ano	Total (%)
Disponibilidades	1 491,1	23,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,4%
Aplicações em IC's	1 617,7	5,6%	8,0%	11,8%	0,0%	0,0%	0,0%	25,4%
Títulos de Curto Prazo	1 254,2	0,2%	1,4%	7,0%	7,2%	3,9%	0,0%	19,7%
Títulos de Longo Prazo	2 008,2	0,0%	0,0%	0,1%	5,1%	0,9%	25,4%	31,5%
Total	6 371,2	29,2%	9,4%	18,9%	12,3%	4,8%	25,4%	100%

É elucidativo deste posicionamento do BFA a evolução da quota de mercado do Banco em leilões de títulos de curto-prazo do Banco Nacional de Angola, tendo em 2012, 34,9% vs 32% em 2011.

Quota de Mercado Leilões de Títulos de Curto-Prazo (TBC e BT)



Adicionalmente, a quota do BFA no mercado de títulos releva o importante papel do mesmo como fornecedor de liquidez.

De entre os desafios previsíveis para o ano de 2013 coloca-se o novo regime cambial para o sector petrolífero e, conseqüentemente, a necessidade das empresas do sector de Oil & Gas depositarem e movimentarem avultados montantes referentes à sua actividade regular.

A dimensão e estrutura robusta do balanço a par com os elevados níveis de liquidez do BFA constituem uma garantia acrescida de uma resposta imediata às instruções dadas pelos seus clientes, a qualquer momento que ocorram.

RISCO CAMBIAL

Gestão Prudente da Posição Cambial

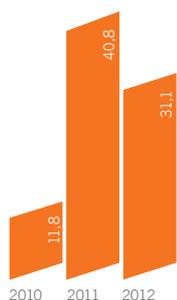
O BFA realiza uma gestão particularmente rigorosa da sua exposição cambial, que surge em resultado de posições estruturais detidas nas várias moedas ou de necessidades transaccionais dos seus clientes, procurando de forma activa controlar o seu risco, mantendo para cada moeda as suas posições activas e passivas niveladas.

Como critério base, a exposição ao risco cambial do BFA deve ser tendencialmente nula, admitindo-se que possa ter oscilações temporárias em posições curtas ou longas.

No âmbito da sua actividade, o BFA opera maioritariamente com Dólares Norte-Americanos, mantendo as posições noutras moedas em níveis residuais, tornando o processo de gestão da sua posição cambial simplificado. De forma a garantir a satisfação atempada e tempestiva das necessidades de divisas dos seus clientes, o BFA recorre à compra de divisas no mercado primário através do mecanismo dos leilões de divisas do BNA e a compras a Clientes.

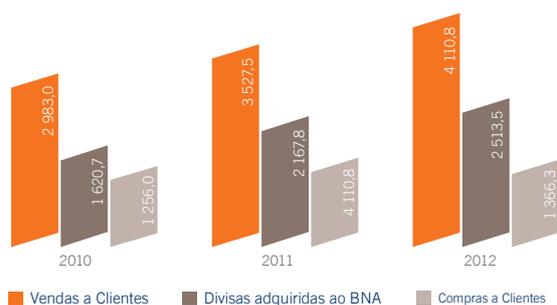
Em 2012, o BFA encerrou o ano com uma posição cambial avaliada em cerca de 31,1 milhões de USD, representando um decréscimo de aproximadamente 23,8% face a 31 de Dezembro de 2011.

Evolução Posição Cambial (MU\$)



Em 2012, o BFA aumentou o volume de transacções de divisas com os seus clientes em 11,1% que totalizaram a 31 de Dezembro 5.477,1 milhões USD.

Transacções de Divisas (MU\$)



Do total de transacções, 4.110,8 milhões USD dizem respeito a vendas de divisas a clientes. Para satisfazer tal procura, o BFA adquiriu em leilões do Banco Nacional de Angola cerca de 2.513,5 milhões de USD e a clientes cerca de 1.366,3 milhões USD. A restante procura foi absorvida através do recurso ao consumo de posições contabilísticas longas adquiridas ao longo do ano.

Apesar do volume de compras ao Banco Nacional de Angola ter aumentado cerca de 15,9% entre 2011 e 2012, a quota do BFA neste mercado sofreu uma redução em virtude da regra de participação nestes leilões, que limita a capacidade de aquisição de divisas por parte do BFA.

Risco Operacional

APROFUNDAMENTO E ENRAIZAMENTO DA GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

Enraizamento da Cultura de Gestão do Risco Operacional no BFA

O BFA reconhece a importância da gestão dos riscos operacionais inerentes à actividade bancária e aprofundou o seu conhecimento relativo à identificação e mitigação de eventuais falhas em resultado de procedimentos inadequados, erros operacionais ou nos sistemas de informação, fraudes internas ou externas, ou comportamento inadequado dos colaboradores no desempenho das suas funções. 2012 foi um ano ao longo do qual foi atribuída importância acrescida a esta natureza de riscos com um claro reforço dos controlos inerentes à sua mitigação. Foram igualmente implementados projectos estruturantes com impacto directo no robustecimento da operativa do Banco.

Por regra, os procedimentos operacionais, de actuação e a atribuição de responsabilidades no BFA têm as seguintes características:

- São escritos e acessíveis a todos os Colaboradores através da intranet;
- Os normativos internos são numerados, têm uma data de entrada em vigor, e estão organizados quer em termos do seu carácter na hierarquia de normas quer por temas agregadores relevantes;

A responsabilidade da produção de normativos e da sua difusão pelo Banco é da responsabilidade da Direcção de Organização e Formação (DOF), a qual tem em perspectiva as necessidades internas bem como a integração de novas regras legais ou regulamentares.

O BFA mantém actualizado na sua intranet um sítio para a regulamentação externa, que consiste no repositório de todos os normativos do BNA e dos principais diplomas legais que afectam ou condicionam a actividade bancária.

Os membros dos órgãos de gestão e colaboradores estão ainda sujeitos ao Código de Conduta do BFA aprovado no Conselho de Administração.

A função de auditoria interna, que garante a avaliação do cumprimento dos normativos internos e do Código de Conduta é da responsabilidade da Direcção de Auditoria, Inspeção e Segurança (DAIS). Numa primeira vertente, procura garantir-se a auditoria das actividades relacionadas com as Unidades de Negócio e Serviços Centrais, de forma a salvaguardar a integridade e segurança dos activos do Banco e dos Clientes. Esta actividade é complementada por intervenções de auditoria temática a cargo de auditor externo ou auditor contratado para o efeito.

A DAIS organiza os seus trabalhos de auditoria através de intervenções com diferentes graus de amplitude e complexidade:

- Auditorias Completas às unidades de negócio ou serviços centrais;
- Auditorias Reduzidas: intervenção casuística para verificação dos saldos de cofre e caixa e dos procedimentos associados;
- Auditorias à Distância: análise de determinadas transacções sem a presença física das equipas da DAIS;
- Auditorias de Alertas: análise de transacções através de um conjunto de alertas tipificados.

A Área de Auditoria no ano de 2012 fez 194 intervenções

Na vertente de inspecção, a DAIS conduz investigações primordialmente resultantes de reclamações apresentadas pelos clientes do BFA que possam ter consequência patrimonial ou na sequência de deliberações produzidas pelos órgãos de decisão do Banco, analisando indícios de irregularidades e identificando os seus responsáveis.

Na vertente de segurança, a acção da DAIS tem por objectivo salvaguardar o cumprimento dos requisitos de segurança relativos à integridade de pessoas, bens e valores e acessos nas instalações do Banco.

Todos os Relatórios de Auditoria e as Informações da Inspeção são analisados em reunião da CECA, decidindo-se sobre a imputação de responsabilidades, forma de regularização e eventuais consequências disciplinares ou criminais.

Trimestralmente a DAIS reporta um Mapa de Risco Operacional no qual se reportam todas as intervenções da Inspeção classificando os casos pela sua natureza e as eventuais perdas patrimoniais assumidas. No ano de 2012 foram efectuadas 135 intervenções da Área de Inspeção.

Anualmente, a DAIS produz um relatório completo de todas as suas actividades que é analisado no Conselho de Administração e na Comissão Executiva e constitui parte integrante do Relatório de Controlo Interno.

Investimento em medidas correctivas de carácter estruturante

Em 2012 iniciou-se a implementação faseada do projecto eMudar@BFA. Este projecto consiste num novo front-end a ser utilizado pela rede de Balcões, Centros de Investimento e Centros Empresa que, através de um aplicativo assente nas melhores práticas, introduzirá mecanismos e procedimentos padronizados para a realização das operações bancárias, por exemplo, abertura e movimentação de contas, transferências, concessão de crédito, subscrição de cartões e outros serviços, etc. O BFA dotou ainda a sua estrutura de uma área de back-office que procede à validação física de toda a documentação digital remetida para instrução dos processos através do novo aplicativo bem como a validação do arquivo físico centralizado dos processos, reduzindo significativamente o risco de fraude.

Investimento em melhorias significativas da operativa do BFA

O actual Centro de Processamento de Dados tem redundância total para todos os seus sistemas (tanto no sistema central como nas aplicações de suporte). Estes sistemas são mantidos num ambiente de Alta Disponibilidade através do clustering das aplicações e serviços e pela replicação entre sistemas quando não é possível o clustering.

Este sistema de Alta Disponibilidade é sujeito a testes permanentes e a validações. Durante o ano de 2012 foram

executados com pleno sucesso 3 role switch entre a máquina de produção e a máquina de Alta Disponibilidade.

Adicionalmente, o BFA cumpre com as melhores práticas internacionais quanto à sua política de backups que garante a disponibilidade e acesso a dados até 10 anos.

O BFA investiu significativamente na redução do risco de falha dos seus sistemas e infra-estruturas tecnológicas, e a consequente emergência de riscos para a continuidade do seu negócio, nomeadamente:

- Foi aprovada a instalação de um novo Centro de Processamento de Dados a ser implementado em 2013;
- Foi feito um significativo up-grade na máquina de Alta Disponibilidade no Sistema Central, permitindo um incremento significativo dos níveis de redundância;
- Foi aprofundada a estabilidade da rede de comunicações do BFA, com maiores níveis de redundância para as áreas comerciais assim como um reforço dos equipamentos;
- Foram reforçadas as políticas de segurança do BFA em matéria de sistemas de informação;
- Foi realizado um reforço dos controlos de acessos ao sistema e de tentativas de penetração indevidas através do upgrade dos sistemas de firewall e anti-virus.

Anualmente é contratado a uma empresa externa um trabalho de revisão de procedimentos ao nível de controlos gerais informáticos com o objectivo de identificar eventuais vulnerabilidades ou áreas que requerem reforço de intervenção.

Tendo em consideração o expectável incremento do volume de transacções realizadas no seguimento da entrada em vigor das principais exigências da nova lei cambial, o BFA realizou um investimento significativo na criação de automatismos dos seus sistemas de processamento de transferências, tendo desenvolvido ao longo de 2012 um novo sistema automatizado straight-through-processing para processamento de transacções em série multi-destino e multi-moeda. Este novo sistema assume uma

importância significativa, na medida em que assenta nas melhores práticas internacionais e aprofunda a já internacionalmente reconhecida estrutura de pagamentos do Banco. Adicionalmente, permite uma implementação efectiva da estratégia de aposta no desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades específicas das empresas do segmento Oil & Gas.

Reclamações – A Importância da Voz do Cliente na Aferição do Correcto Funcionamento dos Processos Internos

Tendo em consideração a importância que as reclamações de clientes assumem na detecção de incumprimentos e incidências em matéria de risco operacional, foi criada em 2012 a Área de Tratamento de Reclamações, dando cumprimento cabal ao normativo estabelecido pelo Aviso nº 02/2011 do BNA e reforçando os alicerces sobre os quais o BFA se encontra edificado em matéria de boas práticas na prestação de serviços aos seus clientes. O BFA reconhece ainda que o eficiente e diligente tratamento das reclamações remetidas pelos clientes permite uma gestão mais adequada do risco reputacional em que o Banco incorre no exercício da sua actividade.

Foi assim criado o normativo interno que estabelece o circuito de recepção, tratamento e acompanhamento das reclamações do Banco, garantindo o tratamento adequado das comunicações remetidas. O reduzido tempo de resposta às reclamações apresentadas por clientes é um indicador de referência importante do empenho do Banco na mitigação do risco e na melhoria do serviço prestado aos seus clientes.

Reclamações



Indicadores de Eficiência de Resposta



Nota: O Tempo Médio de Resposta a reclamações tratadas no mês, refere-se a reclamações cuja resposta foi remetida ao cliente num determinado mês, independentemente da data de recepção da mesma. O Tempo Médio de Resposta a reclamações recebidas e tratadas no mês, refere-se a reclamações cuja resposta foi remetida ao cliente no mesmo mês de recepção da mesma.

Um continuado enfoque na formação e melhoria da qualidade de atendimento

Em 2012 foi dada continuidade às acções de formação dirigidas às equipas da Rede Comercial e Serviços Centrais, com enfoque na melhoria da qualidade de atendimento, operações bancárias gerais e respectivos riscos e problemas associados. Neste âmbito, o programa de avaliação de desempenho desenvolvido pela Direcção de Particulares e Negócios deve ser relevado, tendo como principal objectivo o aperfeiçoamento do comportamento e qualidade de atendimento dos seus colaboradores.

Riscos Legais

IMPORTANTE REFORÇO DA ESTRUTURA DE CONTROLO INTERNO PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DOS NORMATIVOS EM VIGOR

Um importante instrumento de gestão do risco reputacional

Os riscos legais emergem de forma transversal à estrutura do Banco bem como ao seu negócio na medida em que o mesmo se pauta e regula por normas, leis, procedimentos e acordos emitidos pelas diversas entidades de tutela e supervisão, e assinados com parceiros de negócio e seus clientes.

Na medida em que as normas, regulamentos e acordos sob os quais o Banco opera constituem um dos seus principais alicerces, a correcta detecção, gestão e mitigação dos riscos que derivam da falta de cumprimento dos mesmos revela-se um importante instrumento de gestão do risco reputacional.

Uma renovação dos instrumentos de detecção e gestão do risco

A gestão dos riscos legais mereceu uma atenção renovada no BFA ao longo do ano de 2012. Em Julho foi criada a Direcção de Compliance, dando cumprimento ao disposto no Aviso Nº 22/2012 de 25 de Abril do Banco Nacional de Angola. A nova Direcção autonomizou um conjunto de importantes funções de controlo interno e de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, até então desenvolvidas pela Direcção de Auditoria, Inspeção e Segurança, tendo sido elaborado um roadmap para a efectiva implementação da estrutura e funções da Direcção, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Em particular, nos termos da legislação referida são funções da Direcção de Compliance, nomeadamente:

- A monitorização do cumprimento das políticas definidas para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A gestão e monitorização da implementação de um sistema de controlo interno relativo à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A comunicação de operações susceptíveis de configurar a prática do crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo às autoridades competentes;
- Servir de ponto de contacto entre o BFA e as autoridades de tutela em todas as matérias relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- A centralização, análise e gestão das diversas comunicações recebidas pelo BFA em matéria de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A Direcção Jurídica do BFA detém ainda importantes funções neste âmbito, sendo responsável pela análise e divulgação dos normativos externos que apresentam impacto na actividade do Banco

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



**ANÁLISE
FINANCEIRA**

86	Análise Financeira
96	Proposta de Aplicação de Resultados

Análise Financeira

Acompanhando o Crescimento da Economia Angolana

Em 2012 a economia Angolana continuou a trilhar um caminho de recuperação e expansão económica, registando um dinamismo assinalável com um crescimento esperado de 7,4% do Produto Interno Bruto face a 3,9% em 2011, em virtude não apenas da reanimação do crescimento do sector petrolífero mas também com um contributo muito importante dos restantes sectores de actividade.

Neste contexto, o desempenho financeiro do BFA consolidou a preparação para o período de expansão agora iniciado pela economia. O Activo total do BFA cresceu cerca de 12,3% para 7.930 milhões de USD, reforçando a sólida estrutura financeira já evidenciada em anos recentes.

Os depósitos de clientes registaram também um crescimento assinalável, passando de 6.181,8 milhões de USD para 6.972,2 milhões de USD (+12,8%), em grande medida devido ao incremento significativo dos depósitos em moeda nacional e à ordem. Os níveis de liquidez e solidez do BFA registaram assim novamente um crescimento importante.

A margem financeira registou uma redução, passando de 269,1 milhões de USD em 2011 para 227,5 milhões de USD em 2012, sendo negativamente impactada pela redução registada nas taxas de juro, apenas parcialmente compensada pela redução dos custos com a remuneração dos depósitos.

A evolução da carteira de crédito foi também insuficiente para gerar um contributo mais positivo para a evolução da margem.

O Lucro Líquido fixou-se em 219,8 milhões de USD, correspondendo a uma redução de 13,1% face ao valor registado em igual período do ano de 2011. A contribuir para este resultado, para além da redução da margem financeira, esteve um aumento ligeiro dos custos operacionais, reflectindo os custos com o crescimento do quadro de pessoal e da rede de balcões.

Um Balanço sólido e preparado para os desafios emergentes

Em 2012 o Activo Líquido do BFA registou um crescimento de 12,3% face ao mesmo período de 2011, atingindo em Dezembro, 7.930 milhões de USD. Este crescimento é evidenciado pela continuação do crescimento do volume de aplicações em Instituições de Crédito em resultado do aumento nos depósitos de clientes, à semelhança do já verificado em 2011.

No entanto, ao contrário do registado em Dezembro de 2011, no ano de 2012 o crescimento do Activo Total do BFA ficou a dever-se também à expansão da carteira de crédito, verificando-se uma inversão da tendência em matéria de concessão de crédito.

BALANÇO DO BFA DE 2010 A 2012

Valores em Milhões

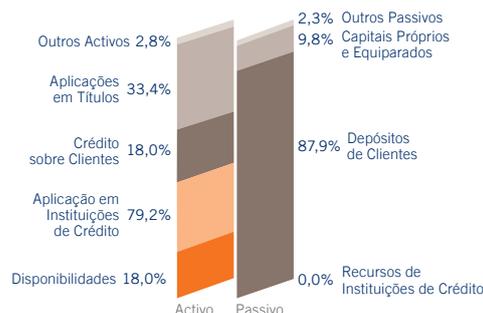
	2010		2011		2012		Δ% 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Activo Líquido							
Disponibilidades	116 661,4	1 259,3	121 846,5	1 278,8	142 881,8	1 491,1	16,6%
Aplicações totais	463 180,4	4 999,6	530 127,0	5 563,8	595 988,5	6 219,5	11,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	57 780,2	623,7	132 603,3	1 391,7	205 062,6	2 139,9	53,8%
Crédito sobre Clientes	145 913,2	1 575,0	125 869,9	1 321,0	136 776,8	1 427,3	8,0%
Aplicações em Títulos	259 487,0	2 800,9	271 653,8	2 851,1	254 149,2	2 652,2	-7,0%
Imobilizado Líquido	14 389,6	155,3	16 008,1	168,0	16 956,5	177,0	5,4%
Outros Activos	3 343,8	36,1	4 939,6	51,8	4 075,2	42,5	-18,0%
Total do Activo	597 575,2	6 450,3	672 921,1	7 062,4	759 902,1	7 930,0	12,3%
Passivo							
Recursos de Instituições de Crédito	8 767,2	94,6	4,4	0,0	4,4	0,0	-2,5%
Depósitos de Clientes	515 686,0	5 566,4	589 013,7	6 181,8	668 113,3	6 972,2	12,8%
Outros Passivos	6 547,3	70,7	8 355,7	87,7	11 780,1	122,9	40,1%
Provisões para Riscos e Encargos	5 841,4	63,1	6 711,7	70,4	5 628,3	58,7	-16,6%
Capitais Próprios e Equiparados	60 733,2	655,6	68 835,5	722,4	74 376,0	776,2	7,4%
Total do Passivo e Capital	597 575,2	6 450,3	672 921,1	7 062,4	759 902,1	7 930,0	12,3%

A evolução do Passivo do BFA ficou a dever-se ao significativo crescimento do volume de depósitos de clientes, evidenciando um ritmo de crescimento superior ao registado em 2011. Para tal contribuiu a expansão da rede comercial do BFA com a abertura de novos balcões em 2012 como também, ao esforço empreendido pelo BFA de implementação da sua política de proximidade dos clientes.

Os capitais próprios e equiparados passaram de 722,4 milhões de USD para 776,2 milhões de USD em 2012, um incremento de aproximadamente 53,7 milhões de USD considerando o crescimento das Reservas por Incorporação dos Resultados apurados em 2011.

A análise à estrutura de Balanço do BFA em 2012 permite identificar os elevados níveis de liquidez, e uma estrutura de activo quase integralmente financiada por capitais próprios e depósitos de clientes.

Estrutura do Balanço do BFA em Dezembro 2012



O peso do montante de crédito concedido no total do Activo diminuiu de 18,7% em 2011 para 18% em 2012 apesar da expansão do crédito concedido. Esta redução é resultado de um aumento na concessão de crédito mais “lento” do que a captação de depósitos, sendo grande parte dos recursos aplicados em Instituições de Crédito.

CARTEIRA DE TÍTULOS

Valores em Milhões

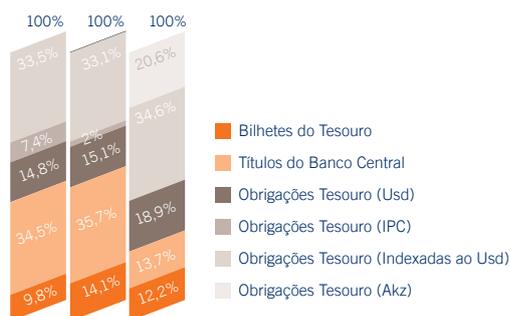
	2010		2011		2012		Δ 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Carteira de Negociação	8 944,0	96,5	1 410,5	14,8	19 430,5	202,8	187,9
Bilhetes do Tesouro	8 921,4	96,3	1 376,9	14,5	11 427,3	119,3	104,8
Títulos do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	7 952,8	83,0	83,0
Outros	22,7	0,2	33,6	0,4	50,5	0,5	0,1
Carteira de Detidos até ao Vencimento	250 543,0	2 704,4	270 243,3	2 836,2	234 718,7	2 449,4	-386,9
Bilhetes do Tesouro	16 409,0	177,1	36 967,4	388,0	19 600,1	204,5	-183,5
Títulos do Banco Central	89 387,7	964,9	96 722,7	1 015,1	26 572,0	277,3	-737,8
Obrigações Tesouro (Usd)	38 409,3	414,6	41 114,9	431,5	48 136,2	502,3	70,8
Obrigações Tesouro (IPC)	19 302,9	208,4	5 409,7	56,8	0,0	0,0	-56,8
Obrigações Tesouro (Indexadas ao Usd)	87 034,1	939,5	90 028,5	944,9	88 005,5	918,4	-26,5
Obrigações Tesouro (Akz)	0,0	0,0	0,0	0,0	52 404,9	546,9	546,9
Total	259 487,0	2 800,9	271 653,8	2 851,1	254 149,2	2 652,2	-199,0

Transformação da composição da Carteira de Títulos

Em 2012 o volume total de títulos em carteira foi reduzido em cerca de 198,9 milhões de USD em resultado de menor oferta de títulos de curto-prazo, nomeadamente de TBC's. A redução evidenciada na carteira de títulos de maturidade mais reduzida foi parcialmente compensada por um lado através do aumento do investimento em títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro) denominados em moeda nacional, registando-se neste âmbito um crescimento da carteira de investimento em aproximadamente 546,9 milhões de USD, e por outro através de aplicações junto do Banco Central no qual o Banco aplicou mais 387 milhões de USD em 2012.

A estrutura da carteira de títulos (negociação e investimento) sofreu desta forma uma mutação na sua composição, com uma redução considerável da proporção de títulos de curto-prazo e o inverso a acontecer nos títulos de maturidade mais longa.

Estrutura da Carteira de Títulos em Dezembro 2012



Expansão e Melhoria da Carteira de Crédito

Ao contrário do que foi verificado em 2011, ao longo do ano em análise o BFA expandiu o volume de crédito sobre clientes em 115,7 milhões de USD (8,7% face a 2011), proporcionado por um crescimento de aproximadamente 96,8% do crédito concedido em moeda nacional, que passou de 447,4 milhões de USD para 880,6 milhões de USD em 2012 e uma contracção de cerca de 35,8% do crédito concedido em moeda estrangeira para aproximadamente 570 milhões de USD em Dezembro de 2012.

Em 2012 o volume de Crédito por Assinatura atingiu 419 milhões de USD, em grande parte devido ao aumento do volume das Garantias Prestadas.

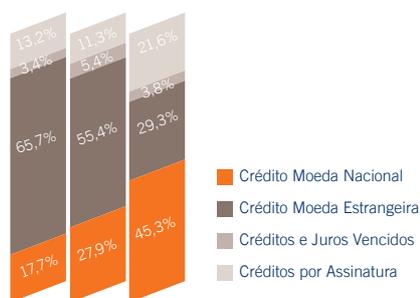
A estrutura da carteira de crédito do BFA coloca em evidência um aumento da importância do crédito concedido a clientes em moeda nacional, passando a sua importância relativa de cerca de 27,9% para 45,3% do total da carteira. Ainda, o crédito por assinatura revelou um crescimento substancial em 2012, incrementando desta forma a sua importância relativa na composição da carteira de crédito de 11,3% para 21,6%, em virtude do crescimento do volume de Créditos Documentários à Importação concedidos pelo Banco.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A CLIENTES

Valores em Milhões

	2010		2011		2012		Δ% 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Crédito Total	179 262,5	1 935,0	152 675,0	1 602,3	186 137,1	1 942,4	21,2%
1.1 Crédito sobre Clientes	149 411,6	1 612,8	127 193,0	1 334,9	139 007,7	1 450,6	8,7%
Crédito Moeda Nacional	31 759,3	342,8	42 626,9	447,4	84 386,7	880,6	96,8%
Crédito Moeda Estrangeira	117 652,3	1 270,0	84 566,1	887,5	54 621,0	570,0	-35,8%
1.2 Créditos e Juros Vencidos	6 153,0	66,4	8 191,0	86,0	6 981,1	72,9	-15,2%
1.3 Créditos por Assinatura	23 697,9	255,8	17 291,0	181,5	40 148,3	419,0	130,9%
2. Provisões Totais de Crédito	10 320,1	111,4	10 013,5	105,1	9 992,1	104,3	-0,9%
2.1 Provisões Específicas	9 651,4	104,2	9 514,1	99,9	9 212,0	96,1	-3,8%
Para Crédito e Juros Vencidos	2 862,1	30,9	3 986,6	41,8	3 168,1	33,1	-20,8%
2.2 Para Riscos Gerais de Crédito	668,6	7,2	499,4	5,2	780,1	8,1	55,8%
3. Crédito Líquido de Provisões	145 913,1	1 575,0	125 869,9	1 321,0	136 776,8	1 427,3	8,0%
Do qual: Crédito e Juros Vencidos	3 290,9	34,5	4 204,4	34,5	3 812,9	39,8	15,3%
4. Qualidade do Crédito							
Crédito Vencido (% Crédito Total)	4,0%		6,1%		4,8%		-1,3 p.p.
Cobertura por Provisões Totais	167,7%		122,2%		143,1%		20,9 p.p.

Estrutura da Carteira de Crédito



A qualidade da carteira de crédito do BFA registou uma melhoria notória em 2012 em particular por via da redução do crédito vencido. Aprofundando esta dimensão concluímos que o rácio de Crédito Vencido há mais de 30 dias em percentagem do crédito total caiu 1,3% em relação ao valor registado em 2011, cifrando-se em 4,8% em Dezembro de 2012, reflectindo não apenas a redução do crédito e juros vencidos como também a expansão da carteira de crédito do BFA.

O rácio de cobertura do crédito e juros vencidos pelo total de provisões (genéricas e específicas) registou um aumento para aproximadamente 143,1% em 2012 o que compara com 122,2% em 2011, em virtude da redução dos montantes vencidos há mais de 30 dias, notando-se contudo, ainda que de menor montante, uma redução de provisões registadas para o efeito.

Crescimento do volume de Aplicações em Instituições de Crédito

As aplicações em instituições de crédito aumentaram de forma expressiva em 2012, tendo-se cifrado no final de 2012 em 2.139,9 milhões de USD, implicando um crescimento total de aproximadamente 53,8% quando comparado com igual período do ano 2011. Este resultado surge em consequência de um aumento do volume de aplicações em instituições sediadas no estrangeiro, no que diz respeito à moeda estrangeira e junto do Banco Nacional de Angola no que diz respeito à moeda nacional através de aplicações na facilidade de absorção e de operações de repos.

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Valores em Milhões

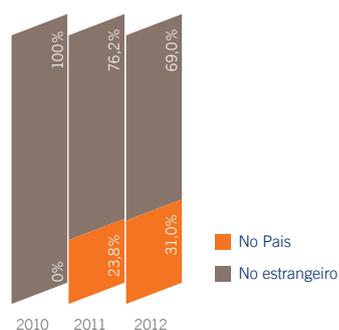
	2010		2011		2012		Var.
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Aplicações em IC's	57 780,2	623,7	132 603,3	1 391,7	205 062,6	2 139,9	53,8%
No País	0,0	0,0	31 542,7	331,0	63 636,2	664,1	100,6%
No estrangeiro	57 780,2	623,7	101 060,7	1 060,6	141 426,3	1 475,9	39,2%
Total	57 780,2	623,7	132 603,3	1 391,7	205 062,6	2 139,9	53,8%

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE CLIENTES

Valores em Milhões

	2010		2011		2012		Var.
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Depósitos à Ordem	246 619,2	2 662,0	296 609,0	3 113,0	355 290,8	3 707,7	19,1%
Moeda Nacional	104 488,9	1 127,9	133 060,4	1 396,5	158 773,6	1 656,9	18,6%
Moeda Estrangeira	142 130,3	1 534,2	163 548,6	1 716,5	196 517,1	2 050,8	19,5%
Depósitos a Prazo	269 066,9	2 904,3	292 404,4	3 068,8	312 814,8	3 264,5	6,4%
Moeda Nacional	70 047,7	756,1	77 896,5	817,5	108 183,9	1 129,0	38,1%
Moeda Estrangeira	199 019,1	2 148,2	214 507,9	2 251,3	204 630,9	2 135,5	-5,1%
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Total	515 686,0	5 566,4	589 013,7	6 181,8	668 105,8	6 972,2	12,8%

Composição Aplicações em Instituições de Crédito

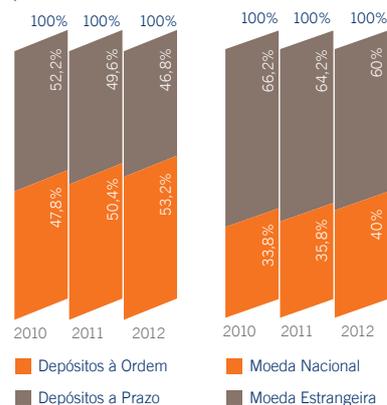


Crescimento expressivo dos Recursos de Clientes e Redução do Rácio de Transformação

A carteira de recursos de clientes registou um aumento de 12,8% para 6.972,2 milhões de USD em comparação com o ano anterior, principalmente em resultado da evolução do volume de recursos constituídos sob a forma de depósitos à ordem. O volume de depósitos a prazo registou um crescimento, totalizando no final de 2012, 3.264,5 milhões de USD contra os 3.068,8 milhões de USD obtidos em 2011.

A composição da carteira de recursos evidencia o crescimento da importância relativa dos depósitos em moeda nacional bem como dos depósitos à ordem, tendência já verificada desde o ano 2010.

Composição dos Depósitos de Clientes por Produto e Moeda



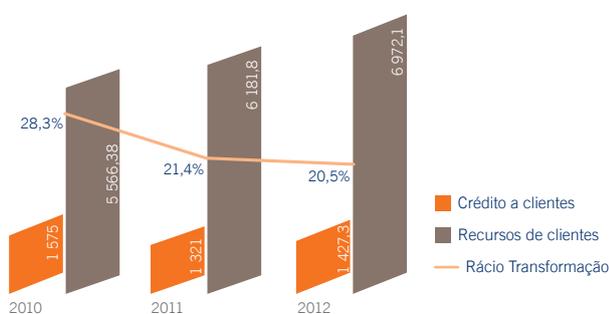
Apesar da expansão verificada na carteira de crédito do BFA, em Dezembro de 2012 o rácio de transformação registou uma redução de 21,4% para 20,5% em 2012, em consequência do significativo aumento dos recursos totais de clientes.

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Valores em Milhões

	2010		2011		2012		Δ% 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Margem Financeira [MF]=[P-C]	25 123,1	273,2	25 261,4	269,1	21 704,9	227,5	-15,5%
2. Margem Complementar [MC]	13 879,1	150,9	14 666,1	156,1	15 847,3	166,0	6,3%
3. Produto Bancário [PB]=[MF+MC]	39 002,2	424,0	39 927,5	425,2	37 552,2	393,5	-7,5%
4. Encargos Administrativos [EA]	10 986,3	119,4	12 690,6	135,2	13 481,1	141,3	4,5%
5. Cash Flow Exploração [PB-EA]	28 015,9	304,6	27 236,9	290,0	24 071,1	252,2	-13,0%
6. Resultados Extraordinários [RX]=[G-P]	-110,5	-1,2	-25,4	-0,1	255,6	2,7	-
7. Resultado de Exploração [RE]=[PB-EA+RX]	27 905,4	303,4	27 211,5	289,9	24 326,7	254,9	-12,1%
8. Provisões e Amortizações [PA]	4 767,2	51,7	3 465,1	36,9	3 351,0	35,1	-4,9%
9. Resultados antes de Impostos [RA]=[RE-PA]	23 138,2	251,8	23 746,4	253,0	20 975,6	219,8	-13,1%
10. Impostos s/Lucros [IL]	-929,6	-10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
11. Resultado do Exercício [RE]=[RA-IL]	24 067,8	261,8	23 746,4	253,0	20 975,6	219,8	-13,1%
12. Cash Flow do Exercício [CF]=[RE+PA]	28 835,0	313,5	27 211,5	289,9	24 326,7	254,9	-12,1%

Rácio de Transformação



Demonstração de Resultados e Rentabilidade

O BFA encerrou o ano de 2012 com um resultado líquido de 219,8 milhões de USD, registando uma redução de 13,1% face ao período homólogo onde o Banco tinha alcançado lucros líquidos de 253 milhões de USD.

Destaca-se da análise da conta de exploração o aumento dos Encargos Administrativos, em resultado do incremento dos custos com pessoal, considerando o contínuo investimento no crescimento da estrutura orgânica do Banco. A redução evidenciada no resultado do exercício deveu-se contudo em grande medida à contracção da margem financeira do

BFA, em resultado do ajustamento descendente das taxas de juro de mercado.

A redução da margem financeira evidenciada em 2012 condicionou de forma particular a evolução da rentabilidade dos capitais, tendo sido o factor que maior contribuição teve para a diminuição do ROE, que passou de 37,4% em 2011 para 30,3% em 2012.

DECOMPOSIÇÃO DA RENTABILIDADE

Valores em % do activo total médio

ROA e ROE	2011	2012
Taxa da margem financeira	4,0%	3,1%
Lucros em Op. Financeiras	1,3%	1,3%
Comissões e outros proveitos	1,0%	0,9%
Produto Bancário	6,3%	5,3%
Encargos Administrativos	2,0%	1,9%
Resultado de exploração	4,3%	3,4%
Provisões e amortizações	0,5%	0,5%
Resultados extraordinários	0,0%	0,0%
Resultado antes de impostos	3,7%	3,0%
impostos sobre lucros	0,0%	0,0%
Res. Liq. (ROA)	3,7%	3,0%
Multiplicador (ATM/FPM)	10,0	10,2
Res. Liq. atribuível aos accionistas (ROE)	37,4%	30,3%

EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Valores em Milhões

	2010		2011		2012		Var. 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Proveitos	41 476,1	450,9	40 588,1	432,6	32 628,1	341,9	-90,7
Disponibilidades	4,5	0,0	6,9	0,1	3,0	0,0	0,0
Aplicações em IC's no País	275,8	3,0	415,1	4,4	263,3	2,8	-1,7
Aplicações em IC's no Estrangeiro	139,3	1,5	740,0	7,9	815,4	8,5	0,7
Repos	0,0	0,0	1 755,9	18,6	2 446,2	25,6	-
Crédito	16 393,0	178,2	14 719,5	156,7	13 636,5	142,9	-13,8
Títulos (OT's)	11 318,5	123,1	8 541,4	91,1	9 844,6	103,1	12,1
Títulos (BT's)	1 081,7	11,9	6 139,4	65,4	1 711,9	17,9	-47,4
Títulos (TBC's)	12 232,1	132,9	8 270,0	88,4	3 907,3	41,0	-47,5
Outros	31,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Custos	16 353,0	177,7	15 326,9	163,5	10 923,1	114,5	-49,0
Recursos de IC's no País	23,8	0,3	24,5	0,3	3,2	0,0	-0,2
Recursos de IC's no Estrangeiro	298,9	3,2	147,4	1,6	0,0	0,0	-1,6
Depósitos de Clientes	16 030,4	174,2	15 154,9	161,6	10 919,9	114,4	-47,2
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Margem Financeira	25 123,1	273,2	25 261,3	269,1	21 704,9	227,5	-41,7

Redução da remuneração dos Activos condicionam evolução da Margem Financeira

A margem financeira do BFA totalizou em Dezembro de 2012 227,5 milhões de USD, evidenciando uma redução de aproximadamente 41,7 milhões de USD contra os 269,1 milhões de USD contabilizados em 2011.

A redução evidenciada é primordialmente resultado da redução das taxas de juro dos títulos em carteira que se foi registando desde 2011. O forte aumento do volume de crédito concedido em moeda nacional (96,8% em relação a 2011) foi também acompanhado de um rápido ajustamento descendente das taxas de juro do crédito na mesma moeda, gerando uma pressão adicional para diminuição dos proveitos gerados pela actividade.

A pressão negativa do lado dos proveitos em resultado da redução da remuneração das actividades de investimento e de crédito foi apenas parcialmente compensada pela descida da remuneração dos depósitos de clientes. Os custos com depósitos de clientes foram reduzidos em cerca de 47,2 milhões de USD, implicando um corte de aproximadamente

29,2% contra os custos registados em 2011, derivado do efeito líquido entre o ajustamento das taxas de juro de mercado e o crescimento dos montantes captados.

A decomposição da variação da margem financeira do BFA pela variação do volume de negócio e de spread (efeito preço) reflecte esta realidade, revelando que a margem financeira foi penalizada em termos líquidos principalmente pela redução da remuneração dos activos, não acompanhada por uma redução equivalente da remuneração dos recursos de clientes. Contudo, regista-se também um efeito negativo por via de volume, em resultado da redução significativa da carteira de títulos do BFA, nomeadamente, Bilhetes do Tesouro.

Margem Complementar contribui positivamente para Produto Bancário

A Margem Complementar do BFA apresentou um crescimento moderado em 2012, registando um aumento de 6,3% para cerca de 166,0 milhões de USD.

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

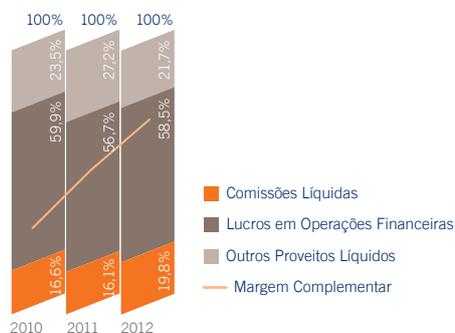
Valores em Milhões

	Efeito Volume	Efeito Taxa	Δ
Activos Remunerados	14,7	-105,4	-90,7
Passivos Remunerados	17,1	-66,1	-49
Δ Margem Financeira	-2,4	-39,3	-41,7

Os Lucros em Operações Financeiras continuam a representar a maior componente da Margem Complementar (aproximadamente 58,5%), tendo passado de 88,5 milhões e USD em 2011 para 97,2 milhões de USD em 2012, em resultado de um aumento da capacidade de negócio por parte do BFA e apesar da menor desvalorização da Moeda Nacional face ao USD.

Registou-se ainda o crescimento de aproximadamente 7,8 milhões de USD no volume de Comissões Líquidas em virtude do aumento das comissões auferidas sobre operações de estrangeiro no seguimento do significativo incremento desta actividade ao longo do ano.

Composição e Evolução da Margem Complementar



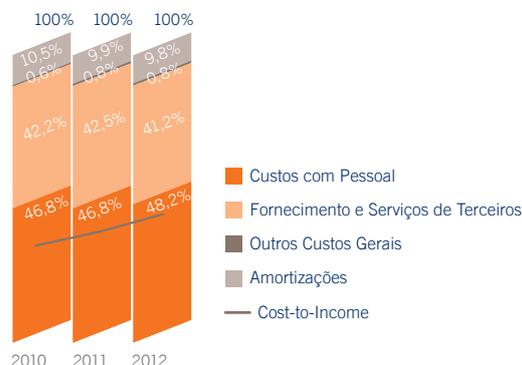
Nota: Margem Complementar em milhões de USD, apresentada na escala direita, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na Escala esquerda.

Custos de Estrutura acompanham crescimento da Orgânica do BFA

O total de custos de estrutura evoluiu com uma tendência ascendente em 2012, passando de 157,8 milhões de USD em 2011 para aproximadamente 165 milhões de USD no ano em análise. Aproximadamente 78% deste aumento absoluto é explicado pelo crescimento dos Custos com Pessoal em resultado do desenvolvimento orgânico do BFA, revelando os efeitos do esforço de recrutamento empreendido pelo Banco em 2012, subindo esta componente aproximadamente 5,6 milhões de USD face ao ano anterior.

Conjugado com a redução do Produto Bancário, o crescimento dos Custos de Estrutura implicaram um incremento do rácio Cost-to-Income do BFA para 41,9% em 2012.

Evolução dos Custos de Estrutura



Nota: Custos de Estrutura em milhões de USD, apresentada na escala direita, estando as restantes rubricas em percentagem e apresentadas na Escala esquerda.

EVOLUÇÃO DA MARGEM COMPLEMENTAR

Valores em Milhões

	2010		2011		2012		Δ% 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Lucros em Operações Financeiras	8 308,2	90,3	8 314,1	88,5	9 276,9	97,2	9,8%
Comissões Líquidas	2 310,7	25,1	2 357,2	25,1	3 135,4	32,9	30,9%
Outros Proveitos Líquidos	3 260,1	35,5	3 994,8	42,5	3 434,9	36,0	-15,3%
Margem Complementar	13 879,1	150,9	14 666,1	156,1	15 847,3	166,0	6,3%

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

Valores em Milhões

	2010		2011		2012		Δ% 11-12
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD	
Custos com Pessoal (I)	6 078,7	66,1	6 937,3	73,9	7 583,8	79,5	7,5%
Fornecimento e Serviços de Terceiros (II)	5 485,3	59,6	6 292,7	67,0	6 479,5	67,9	1,3%
Outros Custos Gerais (III)	71,9	0,8	120,9	1,3	127,8	1,3	4,8%
Custos de Funcionamento (IV = I+II+III)	11 635,9	126,5	13 350,9	142,2	14 191,1	148,7	4,6%
Amortizações (V)	1 360,8	14,8	1 464,4	15,6	1 550,5	16,2	4,2%
Custos de Estrutura (V = IV+V)	12 996,8	141,3	14 815,3	157,8	15 741,6	165,0	4,5%
Recuperação de Custos (VII)	649,6	7,1	660,3	7,0	710,0	7,4	5,8%
Encargos Administrativos (VI-V-VII)	10 986,3	119,4	12 690,6	135,2	13 481,1	141,3	4,5%
Resultados Extraordinários	-110,5	-1,2	-25,4	-0,1	255,6	2,7	-
Cost-to-income		33,3%		37,1%		41,9%	4,8 p.p

CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS

Milhões de USD

	2010		2011		2012	
	AKZ	USD	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3 522,0	38,0	3 522,0	37,0	3 522,0	36,8
Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas	33 143,4	355,8	41 567,2	432,5	49 878,4	519,7
Resultados Transitados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultados do Exercício	24 067,8	261,8	23 746,4	253,0	20 975,6	219,8
Total	60 733,2	655,6	68 835,5	722,4	74 376,0	776,2

Solidez Financeira e Solvabilidade

O total de Capitais Próprios em Dezembro de 2012 fixou-se em 776,2 milhões de USD, representando um crescimento de 7,4% face ao ano anterior. Este crescimento é explicado na sua totalidade pela evolução positiva da rubrica de Reservas que evidenciou uma variação de aproximadamente 20% face ao ano anterior. Este efeito positivo foi parcialmente anulado pela redução de Resultados Líquidos do Exercício registada em 2012.

Os Fundos Próprios Totais voltaram a registar um aumento face ao ano anterior, denotando uma variação positiva de 50,5 milhões de USD e fechando o ano de 2012 a igualar 763,3 milhões de USD. Para esta evolução contribuiu na totalidade a evolução dos Fundos Próprios de Base.

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado tal como descrito pelo Instrutivo nº 03/2011 do Banco Nacional de Angola fixou-se em 24,2%, sendo o mínimo estabelecido regulamentarmente igual a 10%.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de USD

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
Activos Ponderados	2 039,7	2 447,0	2 369,1	2 185,7	2 273,6	2 544,8
Fundos Próprios de Base	363,1	544,4	539,5	640,3	706,2	756,8
Fundos Próprios Complementares	80,8	38,9	17,5	34,1	6,6	6,5
Total Fundos Próprios	441,9	583,3	557,0	674,4	712,8	763,3
Rácio Solvabilidade *	21,7%	23,8%	23,5%	30,9%	31,4%	30,0%
Rácio Solvabilidade Regulamentar	-	-	-	-	25,5%	24,2%

* não se considerou o Coeficiente de Risco Cambial

Proposta de aplicação dos resultados



O resultado obtido no exercício de 2012, no valor de 20.975.647.321,60 Kwanzas, terá a seguinte aplicação:

- Para reservas livres: um valor correspondente a 35% do resultado obtido, ou seja, 7.341.476.562,60 Kwanzas;
- Para dividendos: um valor correspondente a 65% do resultado obtido, ou seja, 13.634.170.759,00 Kwanzas.

O Conselho de Administração

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

100	Demonstrações Financeiras
104	Notas às Demonstrações Financeiras
144	Relatório de Auditoria
146	Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2012	2011
ACTIVO			
Disponibilidades	3	142 881 801	121 846 458
Aplicações de liquidez:			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4	152 427 785	117 212 404
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	4	52 634 766	15 390 912
		205 062 551	132 603 316
Títulos e Valores Mobiliários:			
Mantidos para negociação	5	19 430 504	1 410 524
Mantidos até o vencimento	5	234 718 687	270 243 256
		254 149 191	271 653 780
Operações cambiais	6	2 040 544	2 424 039
Créditos			
Créditos	7	145 988 793	135 384 021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(9 211 995)	(9 514 113)
		136 776 798	125 869 908
Outros valores	8	2 034 703	2 515 527
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	9	331 813	83 678
Imobilizações corpóreas	9	16 355 674	15 711 064
Imobilizações incorpóreas	9	269 026	213 326
		16 956 513	16 008 068
Total do Activo		759 902 101	672 921 096
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS			
Depósitos			
Depósitos à ordem	10	355 298 564	296 609 315
Depósitos a prazo	10	312 814 767	292 404 389
		668 113 331	589 013 704
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	11	4 352	4 436
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra		-	-
		4 352	4 436
Obrigações no sistema de pagamentos	12	3 502 652	2 958 640
Operações cambiais	6	2 043 891	2 425 359
Outras obrigações	13	6 233 583	2 971 710
Provisões para responsabilidades prováveis	14	5 628 260	6 711 715
Total do Passivo		685 526 069	604 085 564
Capital social	15	3 521 996	3 521 996
Reserva de actualização monetária do capital social	15	450 717	450 717
Reservas e fundos	15	48 173 844	39 862 611
Resultados potenciais	15	1 253 828	1 253 828
Resultado líquido do exercício		20 975 647	23 746 380
Total dos Fundos Próprios		74 376 032	68 835 532
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		759 902 101	672 921 096

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

	Notas	2012	2011
Proveitos de Aplicações de Liquidez	20	3 527 867	2 917 847
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	20	15 463 716	22 950 896
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		-	-
Proveitos de Créditos	20	13 636 483	14 719 494
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		32 628 066	40 588 237
Custos de Depósitos	20	(10 919 900)	(15 154 940)
Custos de Captações para Liquidez	20	(3 228)	(171 912)
Custos de Instrumentos Financeiros Derivados		-	-
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		(10 923 128)	(15 326 852)
Margem Financeira		21 704 938	25 261 385
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	5	17 816	11 457
Resultados de Operações Cambiais	21	9 276 895	8 302 628
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	22	3 135 447	2 357 249
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	14	(1 841 360)	(1 227 460)
Resultado de Intermediação Financeira		32 293 736	34 705 259
Pessoal	23	(7 583 829)	(6 937 320)
Fornecimentos de Terceiros	24	(6 479 485)	(6 292 660)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	25	(127 167)	(120 735)
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		(642)	(165)
Depreciações e Amortizações	9	(1 550 485)	(1 464 397)
Recuperação de Custos	26	709 984	660 289
Custos Administrativos e de Comercialização		(15 031 624)	(14 154 988)
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	14	40 824	(773 223)
Outros Proveitos e Custos Operacionais	27	3 417 094	3 994 778
Outros Proveitos e Custos Operacionais		(11 573 706)	(10 933 433)
Resultado Operacional		20 720 030	23 771 826
Resultado não Operacional	28	255 617	(25 446)
Resultado Antes dos Impostos e Outros Encargos		20 975 647	23 746 380
Encargos Sobre o Resultado Corrente	17	-	-
Resultado Corrente Líquido		20 975 647	23 746 380
Resultado Líquido do Exercício		20 975 647	23 746 380

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	Notas	Capital Social	Reserva de actualização monetária do capital social	Reservas e fundos	Resultados potenciais	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		3 521 996	450 717	31 438 878	1 253 828	24 067 809	60 733 228
Aplicação do resultado do exercício de 2010							
Constituição de reservas e fundos	15	-	-	8 423 733	-	(8 423 733)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	(15 644 076)	(15 644 076)
Resultado líquido do exercício	15	-	-	-	-	23 746 380	23 746 380
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		3 521 996	450 717	39 862 611	1 253 828	23 746 380	68 835 532
Aplicação do resultado do exercício de 2011							
Constituição de reservas e fundos	15	-	-	8 311 233	-	(8 311 233)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	(15 435 147)	(15 435 147)
Resultado líquido do exercício	15	-	-	-	-	20 975 647	20 975 647
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		3 521 996	450 717	48 173 844	1 253 828	20 975 647	74 376 032

O anexo faz parte integrante destes balanços.

Montantes expressos em milhares de Kwanzas

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	2012	2011
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	4 011 167	1 786 007
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	16 990 401	27 716 345
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Recebimentos de Proveitos de Créditos	13 177 252	15 478 214
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	34 178 820	44 980 566
Pagamentos de Custos de Depósitos	(11 334 736)	(15 713 113)
Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	(3 228)	(230 625)
Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Pagamentos de Custos de Outras Captações	-	-
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	(11 337 964)	(15 943 738)
Fluxo de Caixa da Margem Financeira	22 840 856	29 036 828
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	962	501
Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	9 377 707	8 639 305
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	3 135 447	2 357 249
Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	-	-
Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação Financeira	35 354 972	40 033 883
Fluxo de Caixa dos Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	-	-
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(12 162 020)	(12 174 881)
Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	-	-
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	544 012	1 264 261
Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	(777 335)	(1 373 966)
Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras	-	-
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	3 417 094	3 994 778
Recebimentos e Pagamentos de Outros Proveitos e Custos Operacionais	(8 978 249)	(8 289 808)
Fluxo de Caixa das Operações	26 376 723	31 744 075
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	(72 942 535)	(73 691 286)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	15 977 903	(16 932 252)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	383 495	(988 496)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(12 372 817)	17 641 586
Fluxo de Caixa dos Investimentos de Intermediação Financeira	(68 953 954)	(73 970 448)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Outros Valores	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(2 498 931)	(3 082 868)
Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	-	-
Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	255 617	(25 446)
Fluxo de Caixa das Imobilizações	(2 243 314)	(3 108 314)
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(71 197 268)	(77 078 762)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	79 514 463	73 885 847
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	(84)	(8 704 006)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	(381 468)	981 964
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação Financeira	79 132 911	66 163 805
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Minoritários	-	-
Recebimentos por Aumentos de Capital	-	-
Pagamentos por Reduções de Capital	-	-
Pagamentos de Dividendos	(13 277 023)	(15 644 076)
Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	-	-
Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas de Próprias em Tesouraria	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Fundos Próprios	(13 277 023)	(15 644 076)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Obrigações	-	-
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	65 855 888	50 519 729
Saldo em Disponibilidades no Início do Exercício	121 846 458	116 661 416
Saldo em Disponibilidades no Final do Exercício	142 881 801	121 846 458
Variações em Disponibilidades	21 035 343	5 185 042

O anexo faz parte integrante destes balanços.



**NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BFA”), foi constituído por Escritura Pública de 26 de Agosto de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em banco de direito local.

Conforme indicado na Nota 15, o BFA é detido maioritariamente pelo Banco BPI, S.A. (Grupo BPI). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BPI encontram-se detalhados na Nota 18.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou

em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2012, de uma rede nacional de 144 agências, 8 centros de investimento e 15 centros de empresas (136 agências, 8 centros de investimento e 14 centros de empresas em 31 de Dezembro de 2011).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 anexas encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2012	2011
1 USD	95,826	95,282
1 EUR	126,375	123,328

2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

c) Pensões de reforma

O Banco concedeu aos seus empregados contratados localmente ou às suas famílias o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Desta forma, por deliberação do Conselho de Administração do Banco e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi criado o “Plano Complementar de Pensões”, o qual se consubstancia num plano de contribuições definidas. Este plano foi constituído inicialmente com parte do saldo da “Provisão para Responsabilidades Prováveis com Fundos de Pensões de Reforma”, consistindo as contribuições do BFA numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos (Nota 14). A gestão deste Plano, suas contribuições e aplicações está a cargo do próprio BFA.

Por outro lado, a Lei nº 7/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 38/08, de 9 de Junho, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

d) Créditos

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do Banco Nacional de Angola (publicado em Diário da República como Aviso nº 3/2012, de 28 de Março), sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

Nos termos do Aviso nº 3/2012, as operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada no nível que apresentar maior risco.

O crédito vencido é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a tabela seguinte:

Para os créditos concedidos a clientes por prazo superior a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período acima indicado.

As operações de crédito sem incumprimento, que não foram registadas como crédito vencido, são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

- Nível A: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades. São também classificados inicialmente neste nível determinados créditos considerados pelo Banco como tendo risco nulo, atendendo às características dos respectivos mutuários e à natureza das operações;
- Nível B: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades; e
- Nível C: restantes créditos incluindo operações com outro tipo de garantias reais e operações apenas com garantia pessoal.

Anualmente, o Banco abate ao activo os créditos classificados há mais de seis meses no Nível G, pela utilização da respectiva provisão (transferência do crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo a crédito, na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" (Nota 7) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias" (Nota 14).

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para um nível de risco

inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação, pagamento dos juros vencidos e de mora, ou em função da qualidade e valor de novas garantias apresentadas para a operação renegociada. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação são registados quando do seu efectivo recebimento.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias, bem como não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o cliente regularize a situação.

e) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper-inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos

próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Desde o exercício de 2004, o Banco não procedeu à actualização do capital, reservas e resultados transitados, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas, que correspondem principalmente a trespasses, despesas de constituição e software informático, são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito numa conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Desde o exercício de 2008 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulte das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6 e 7

g) Bens não de uso próprio

Na rubrica “Bens não de uso próprio” são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da provisão correspondente.

h) Imobilizações financeiras

Participações em Coligadas e Equiparadas

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou equiparada).

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em Outras Sociedades

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

i) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, estes são classificados numa das seguintes categorias: mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda.

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é acrescida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros corridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título é reflectido na rubrica “Resultados de operações cambiais” e o resultado da actualização cambial do desconto e do juro corrido é reflectido na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

Títulos mantidos para negociação

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo.

Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta carteira é maioritariamente constituída por dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica “Resultados potenciais – Ajustes ao Valor Justo em Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, sendo

as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco não classificou títulos nesta categoria.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Operações de venda de títulos com acordo de recompra

Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados

no passivo na rubrica “Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra”. Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação “Custos a pagar”.

Operações de compra de títulos com acordo de revenda

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez – Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

j) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei nº 18/92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência da Lei nº 5/99, de 6 de Agosto.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco (nomeadamente rendimentos de aplicações, operações de cedência de liquidez, juros de títulos de dívida e, de forma genérica, quaisquer outros rendimentos resultantes da simples aplicação de capitais).

O IAC tem a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada, nos termos da alínea a) do número 81.º do Código do Imposto Industrial.

Na sequência dos diversos esclarecimentos solicitados pela Associação Angolana de Bancos à Direcção Nacional dos Impostos (DNI) relativamente à aplicação deste Imposto, foi determinado que a sua data de entrada em vigor para o sector bancário seria 1 de Outubro de 2012.

Títulos de dívida pública

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Daqui decorre que estes proveitos são isentos, nomeadamente, em sede de Imposto Industrial e de Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Relativamente ao Imposto Industrial, a isenção de tributação está também prevista na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

k) Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

l) Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus clientes.

Todos os instrumentos derivados são registados ao valor de mercado e as variações de valor reconhecidas em resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (valor nocional).

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura (hedge) ou de especulação e arbitragem, conforme a sua finalidade.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
CAIXA		
Notas e moedas nacionais	12.704.601	10.255.813
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Dólares dos Estados Unidos	7.001.598	7.092.445
Em outras divisas	772.918	481.887
	20.479.117	17.830.145
DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL		
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):		
Em moeda nacional	51.261.597	42.975.091
Em Dólares dos Estados Unidos	59.202.164	52.806.237
	110.463.761	95.781.328
DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ESTRANGEIRO		
Depósitos à ordem	11.626.972	7.994.043
Cheques a cobrar – no país	311.951	240.942
	142.881.801	121.846.458

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto no Instrutivo n.º 2/2011 de 28 de Abril, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de uma taxa de 20% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda estrangeira.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	
	2012	2011	2012	2011
OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO				
Aplicações em Instituições de crédito no estrangeiro:				
Banco BPI, S.A.				
Em Dólares dos Estados Unidos	1.263.000.000	836.500.000	121.028.237	79.703.393
Em Euros	128.500.000	148.000.000	16.239.188	18.252.544
Em Libras Esterlinas	14.000.000	20.000.000	2.158.842	2.941.840
Em Coroas Suecas	3.000.000	4.800.000	44.136	66.312
Em lenes	8.000.000	4.800.000	8.900	5.909
Outras Instituições de crédito no estrangeiro				
Em Dólares dos Estados Unidos	19.379.761	-	1.856.989	-
			141.336.292	100.969.998
Aplicações em Instituições de crédito no país:				
Banco Nacional de Angola:				
Em Kwanzas			3.000.000	16.150.000
Outras Instituições de crédito no país:				
Em Kwanzas			8.000.000	-
			152.336.292	117.119.998
Proveitos a receber			91.493	92.406
			152.427.785	117.212.404
OPERAÇÕES DE COMPRA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE REVENDA				
Banco Nacional de Angola				
Em Kwanzas			52.068.655	14.342.414
Proveitos a receber			566.111	1.048.498
			52.634.766	15.390.912
			205.062.551	132.603.316

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2012	2011
Até três meses	152.427.785	67.881.438
De três meses a um ano	-	49.330.966
	152.427.785	117.212.404

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2012	2011
Em Dólares dos Estados Unidos	0,75%	0,93%
Em Euros	0,62%	1,78%
Em Kwanzas	4,92%	1,98%
Em Libras Esterlinas	0,41%	0,60%
Em Coroas Suecas	1,30%	1,65%
Em lenes	0,03%	0,10%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2012	2011
Até três meses	7.121.726	-
De três meses a um ano	45.513.040	15.390.912
	52.634.766	15.390.912

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda venciam juros à taxa média anual de 4,60% e 11,35%, respectivamente.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio/ desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
TÍTULOS DE DÍVIDA										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	20 236 456	19 366 307	233 751	-	19 600 058	-	4,47%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	27 000 000	26 395 700	176 340	-	26 572 040	-	4,58%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	87 181 764	85 962 330	850 672	1 192 498	88 005 500	-	6,70%
Não indexadas	A	Angola	AKZ	51 067 900	51 067 900	-	1 336 960	52 404 860	-	7,40%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	48 165 981	47 447 286	93 808	595 135	48 136 229	-	4,07%
				233 652 101	230 239 523	1 354 571	3 124 593	234 718 687	-	

	2012									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio/ desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
TÍTULOS DE DÍVIDA										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	38 234 299	34 572 185	2 395 200	-	36 967 385	-	9,66%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	97 380 816	96 185 969	536 777	-	96 722 746	-	6,93%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	90 001 226	87 476 958	1 679 126	872 404	90 028 488	-	6,11%
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	A	Angola	AKZ	5 311 754	5 311 754	-	97 972	5 409 726	-	15,46%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	40 898 868	40 579 540	242 894	292 477	41 114 911	-	3,96%
				271 826 963	264 126 406	4 853 997	1 262 853	270 243 256	-	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2012			2011		
	Valor de balanço			Valor de balanço		
	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total
Bilhetes do Tesouro	19 600 058	-	19 600 058	36 967 385	-	36 967 385
Títulos do Banco Central	26 572 040	-	26 572 040	96 722 746	-	96 722 746
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	54 138 707	33 866 793	88 005 500	30 334 206	59 694 282	90 028 488
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	-	-	-	5 409 726	-	5 409 726
Não indexadas	52 404 860	-	52 404 860	-	-	-
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	48 136 229	48 136 229	-	41 114 911	41 114 911
	152 715 665	82 003 022	234 718 687	169 434 063	100 809 193	270 243 256

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos mantidos até o vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2012	2011
Activo corrente:		
Até três meses	9.953.897	115.852.735
De três a seis meses	54.535.607	44.929.408
De seis meses a um ano	18.159.995	27.671.321
	82.649.499	188.453.464
Activo não corrente:		
De um a três anos	58.127.361	54.423.092
De três a cinco anos	59.964.106	13.289.194
Superior a cinco anos	33.977.721	14.077.506
	152.069.188	81.789.792
	234.718.687	270.243.256

TÍTULOS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição dos títulos mantidos para negociação é apresentada como segue:

	2012	2011
Títulos de dívida:		
Bilhetes do Tesouro	11.427.255	1.376.917
Títulos do Banco Central	7.952.788	-
	19.380.043	1.376.917
Títulos de capital:		
Acções - Visa Inc. - Class C (Série I)	50.461	33.607
	19.430.504	1.410.524

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco detém Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano (nível de risco A – Nulo), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus clientes. Os Bilhetes do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (seis meses ou um ano). Caso não ocorram transacções dos títulos em mercado secundário, estes são mantidos na carteira até à respectiva maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detém Títulos do Banco Central (nível de risco A – Nulo), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus clientes. À semelhança dos Bilhetes do Tesouro, os Títulos do Banco Central estão

registados pelo respectivo valor de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (três ou seis meses).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos títulos de dívida inclui juros corridos no montante de 243.513 mAKZ e 132.513 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de títulos de capital mantidos para negociação refere-se a 3.474 acções Class C (Série I) da Visa Inc. Estes títulos são valorizados de acordo com a respectiva cotação em mercado activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as variações de valor destes títulos encontram-se registadas na rubrica de “Resultados de negociações e ajustes ao valor justo” da demonstração de resultados.

6. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Operações cambiais:		
Proveitos por compra e venda de moedas estrangeiras a receber	2.040.544	2.424.039
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar	(2.043.891)	(2.425.539)
	(3.347)	(1.500)

7. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito interno:		
Descobertos em depósitos à ordem:		
Em moeda nacional	1.586.095	1.858.479
Em moeda estrangeira	581.208	595.244
Outros créditos:		
Em moeda nacional	41.003.117	26.763.671
Em moeda estrangeira	33.891.429	53.850.189
Empréstimos:		
Em moeda nacional	41.073.678	13.817.755
Em moeda estrangeira	19.844.706	29.678.243
	137.980.233	126.563.581
Crédito ao exterior	11.560	72.738
Total de crédito vincendo	137.991.793	126.636.319
Crédito e juros vencidos:		
Capital e juros	6.981.052	8.190.986
Total de crédito concedido	144.972.845	134.827.305
Proveitos a receber de crédito concedido	1.015.948	556.716
	145.988.793	135.384.021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 14)	(9.211.995)	(9.514.113)
	136.776.798	125.869.908

Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 11,82% para o crédito concedido em moeda nacional e de 7,57% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (14,85% em moeda nacional e 8,53% em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o prazo residual do crédito vincendo, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2012	2011
Até um ano	15.596.873	44.981.396
De um a três anos	13.097.921	27.551.332
De três a cinco anos	55.565.864	21.346.991
Mais de cinco anos	53.731.135	32.756.600
	137.991.793	126.636.319

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do crédito, excluindo proveitos a receber, por moeda apresentava a seguinte estrutura:

	2012	2011
Kwanzas	86.432.556	42.439.905
Dólares dos Estados Unidos	57.670.243	91.474.824
Euros	870.046	912.576
Outras moedas	-	-
	144.972.845	134.827.305

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador e modalidade operacional:

	2012			2011		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas						
Empréstimos	20 471 804	1 224 187	21 695 991	28 364 265	1 631 831	29 996 096
Financiamentos	65 781 991	4 915 269	70 697 260	51 169 549	5 579 531	56 749 080
	86 253 795	6 139 456	92 393 251	79 533 814	7 211 362	86 745 176
Particulares						
Empréstimos	29 307 384	708 439	30 015 823	25 227 201	800 878	26 028 079
Financiamentos	22 430 614	133 157	22 563 771	21 875 304	178 746	22 054 050
	51 737 998	841 596	52 579 594	47 102 505	979 624	48 082 129
Total	137 991 793	6 981 052	144 972 845	126 636 319	8 190 986	134 827 305

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Ano	Taxa Fixa	Taxa variável - Indexantes			Total
		Libor 3M	Libor 6M	Subtotal	
2012	134 940 947	1 173 869	8 858 030	10 031 898	144 972 845
2011	117 669 452	1 548 333	15 609 520	17 157 853	134 827 305

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição da carteira de crédito (excluindo crédito vencido), garantias e créditos documentários por sectores de actividade económica é a seguinte:

Descrição	2012			2011				
	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (Nota 16)	Total	%	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (Nota 16)	Total	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	630 948	517 686	1 148 634	0,65%	6 298 876	3 000	6 301 876	3,67%
Indústrias extractivas	1 320 231	1 131 238	2 451 469	1,38%	1 511 546	14 607	1 526 153	0,89%
Indústrias transformadoras	8 415 052	3 293 082	11 708 134	6,61%	6 725 369	3 401 227	10 126 596	5,89%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	14 978 218	354 612	15 332 830	8,66%	734 188	431 293	1 165 481	0,68%
Construção	16 919 779	23 397 887	40 317 666	22,77%	14 651 740	8 582 713	23 234 453	13,52%
Comércio por grosso e retalho	16 565 194	3 887 823	20 453 017	11,55%	21 558 624	2 688 431	24 247 055	14,11%
Alojamento e restauração	3 495 109	239 565	3 734 674	2,11%	276 837	-	276 837	0,16%
Transportes, armazenagem e comunicações	3 683 789	1 214 934	4 898 723	2,77%	7 565 162	786 149	8 351 311	4,86%
Bancos e Seguros	399 437	3 601 741	4 001 178	2,26%	452 111	66 476	518 587	0,30%
Actividades imobiliárias, aluguer e serviços prestados por empresas	5 957 696	711 581	6 669 277	3,88%	3 985 461	116 530	4 101 991	2,39%
Administração púb., defesa e seg social obrigatória	8 349 917	174 789	8 524 706	4,96%	4 442 070	273 171	4 715 241	2,74%
Educação	1 449 029	154 807	1 603 836	0,93%	126 939	153 928	280 867	0,16%
Saúde e acção social	1 150 869	6 452	1 157 321	0,67%	215 324	-	215 324	0,13%
Actividades recreativas, culturais e desportivas	2 337 364	-	2 337 364	1,36%	292 792	-	292 792	0,17%
Outras empresas de serviços	601 164	343 125	944 289	0,53%	10 696 775	65 282	10 762 057	6,26%
Particulares	51 737 997	7 468	51 745 465	29,23%	47 102 505	708 182	47 810 687	33,22%
Total	137 991 793	39 036 790	177 028 583	100,00%	126 636 319	17 290 989	143 927 308	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2012, o maior devedor do Banco representa 10,19% do total da carteira de crédito, e o conjunto dos dez maiores do Banco representa 29,55% do total da carteira de crédito (excluindo garantias e créditos documentários).

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos (excluindo proveitos a receber) por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	24 622 198	666	24 622 864	0%	-
Classe B	127 610	154	127 764	1%	1 278
Classe C	106 140 800	132 887	106 273 687	3%	3 188 211
Classe D	1 323 107	1 744 574	3 067 681	10%	306 768
Classe E	1 915 745	1 274 575	3 190 320	20%	638 064
Classe F	3 184 005	2 632 402	5 816 407	54%	3 142 335
Classe G	678 328	1 195 794	1 874 122	100%	1 874 122
	137 991 793	6 981 052	144 972 845		9 150 778
Provisão para proveitos a receber					61 217
					9 211 995
Provisão para Prestação de Garantias (Notas 14 e 16)					780 115
					9 992 110

	2011				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão média	Provisão
Classe A	10 467 575	1 822	10 469 397	0%	-
Classe B	135 039	1 353	136 392	1%	1 364
Classe C	111 644 951	240 071	111 885 022	3%	3 356 679
Classe D	416 931	198 799	615 730	10%	61 573
Classe E	1 145 985	1 319 617	2 465 602	20%	493 161
Classe F	2 207 979	5 441 881	7 649 860	52%	3 959 234
Classe G	617 859	987 443	1 605 302	100%	1 605 302
	126 636 319	8 190 986	134 827 305		9 477 313
Provisão para proveitos a receber					36 800
					9 514 113
Provisão para Prestação de Garantias (Notas 14 e 16)					499 362
					10 013 475

O movimento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 14.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2011 e 2012 é apresentado como segue:

Nível de risco	Dez. 2012										Total	Distribuição da carteira em 31-12-2011
	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidações / amortizações			
Dez.11	A	80,15%	0,00%	2,85%	1,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,33%	7,77%	10 469 397
	B	17,23%	0,00%	39,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	43,64%	0,10%	136 392
	C	0,31%	0,00%	64,22%	1,71%	1,89%	0,42%	0,14%	0,02%	31,29%	82,98%	111 885 022
	D	0,00%	0,00%	10,32%	19,48%	10,83%	15,84%	28,93%	2,04%	12,56%	0,46%	615 730
	E	0,00%	0,00%	11,82%	18,91%	40,83%	1,73%	21,12%	1,02%	4,58%	1,83%	2 465 602
	F	0,00%	0,00%	3,07%	0,00%	0,00%	37,20%	2,15%	16,18%	41,40%	5,67%	7 649 860
	G	0,00%	0,00%	5,01%	1,67%	0,47%	1,63%	52,36%	28,03%	10,83%	1,19%	1 605 302
Total	6,50%	0,00%	54,05%	2,00%	2,37%	2,58%	1,38%	1,29%	29,82%	100,00%		
Distribuição da carteira de 31-12-2011 em 31-12-2012	8 767 569	70 72 874 939	2 698 818	3 200 380	3 477 212	1 854 996	1 745 167	40 208 154			134 827 305	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 134.827.305 mAKZ, 63,09% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 1,17% dos créditos diminuíram de nível de risco, 4,63% migraram para níveis de risco mais gravosos e 1,29% foram abatidos ao activo (transferências para prejuízo).

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis			Total
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais gravosos	Menos gravosos	Abatidos ao activo	
63,09%	29,82%	4,63%	1,17%	1,29%	100,00%

Os créditos classificados nos níveis D, E, F e G, que representavam 8,33% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2011, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, incluindo abates ao activo, de 57,64%, 23,87%, 18,33% e 28,03%, respectivamente. Os abates de créditos ao activo ocorreram essencialmente nos níveis F e G (16,18% e 28,03%, respectivamente, dos saldos iniciais destas classes em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a distribuição dos créditos por antiguidade de atraso apresenta o seguinte detalhe:

Classe de risco	2012				2011			
	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias ¹	Atraso superior a 60 dias ¹	Total	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias ¹	Atraso superior a 60 dias ¹	Total
A	24 555 280	67 585	-	24 622 865	10 315 265	154 132	-	10 469 397
B	111 288	16 475	-	127 763	120 864	15 528	-	136 392
C	98 626 763	5 684 411	1 962 514	106 273 688	104 315 344	5 398 060	2 171 618	111 885 022
D	834 020	19 442	2 214 219	3 067 681	8 418	34 145	573 167	615 730
E	1 018 477	3 130	2 168 712	3 190 319	160 465	12 697	2 292 440	2 465 602
F	1 131 618	1 470 623	3 214 166	5 816 407	259 590	1 144	7 389 126	7 649 860
G	10 889	22 396	1 840 837	1 874 122	12 259	1 990	1 591 053	1 605 302
	126 288 335	7 284 062	11 400 448	144 972 845	115 192 205	5 617 696	14 017 404	134 827 305

¹ Inclui prestações vencidas e por vencer.

Foram consideradas como operações de crédito renegociado as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento.

No contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas. Até ao momento, foram identificados os seguintes clientes com operações renegociadas, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (montantes referentes a clientes com operações reestruturadas a partir do exercício de 2009, inclusive):

	2012					2011				
	Crédito			Provisões	Saldo líquido	Crédito			Provisões	Saldo líquido
	Vincendo	Vencido	Total			Vincendo	Vencido	Total		
Empresas	15 042 989	1 705 654	16 748 643	(2 731 047)	14 017 596	13 625 106	1 229 582	14 854 688	(932 453)	13 922 235
Particulares	369 752	16 547	386 299	(24 555)	361 744	401 208	35 171	436 379	(43 591)	392 788
	15 412 741	1 722 201	17 134 942	(2 755 602)	14 379 340	14 026 314	1 264 753	15 291 067	(976 044)	14 315 023

Nos exercícios de 2012 e 2011 o Banco procedeu ao abate ao activo (“write-off”) de créditos classificados no nível de risco G no montante de 1.729.940 mAKZ e 1.780.288 mAKZ, respectivamente.

No exercício de 2012, foram liquidados créditos no montante de 248.668 mAKZ (valor líquido de provisões) através de dação em pagamento de bens, os quais foram registados na rubrica “Outros valores - Bens não de uso próprio” (Nota 8).

Nos exercícios de 2012 e 2011, foram utilizadas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante de 1.978.608 mAKZ e 1.780.288 mAKZ, respectivamente, no âmbito de dações em pagamento e “write off” de créditos (Nota 14).

Nestes exercícios, verificaram-se as seguintes recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo:

Recuperações (Nota 27)	2012	2011
Capital	333 619	367 058
Juro	522 179	831 569
	855 798	1 198 627

8. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
OUTROS VALORES DE NATUREZA FISCAL		
Activos fiscais diferidos por diferenças temporárias (Nota 17)	68.239	-
Outros	1.292	744
	69.531	744
OUTROS VALORES DE NATUREZA CÍVEL		
Devedores por prestação de serviços	13.768	37.205
Devedores diversos:		
Sector público administrativo	446.199	216.593
Sector privado – empresas	39.072	38.077
Sector privado – particulares	11.652	12.393
Sector privado – trabalhadores	8.706	10.230
Aquisição em curso	7.447	-
Outros devedores	438.929	1.728.246
	965.773	2.042.744
OUTROS VALORES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO		
Despesas antecipadas:		
Rendas e alugueres	236.817	205.454
Seguros	1.630	1.918
Outras	24.457	2.464
Material de expediente	262.904	209.836
Outros adiantamentos	54.377	94.357
Falhas de caixa		
Operações activas a regularizar	7.773	47.447
Outras	417.355	107.028
	8.322	13.371
	433.450	167.846
Bens não de uso próprio (Nota 7)		
Imóveis	228.237	-
Equipamento	20.431	-
	248.668	-
	2.034.703	2.515.527

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Outros adiantamentos - Operações activas a regularizar” inclui valores associados a operações realizadas em Terminais de Pagamento Automático (TPA) pendentes de regularização com a EMIS.

9. IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

2012					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES:					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	59 150	6,50%	
Participação no capital					70 156
Prestações acessórias					228 567
Suprimentos					10 733
Juros suprimentos e prestações acessórias					2 491
					311 947
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	28 748
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (Nota 14)					(9 594)
Subtotal participações em outras sociedades					331 438
Total imobilizações financeiras					331 813

2012					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS:					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES:					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:	Angola	2001	3 360	2,80%	
Participação no capital					16 960
Prestações acessórias					35 078
Suprimentos					10 672
Juros suprimentos e prestações acessórias					1 265
					63 975
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	28 585
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (Nota 14)					(9 594)
Subtotal participações em outras sociedades					83 303
Total imobilizações financeiras					83 678

A participação na SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional encontra-se valorizada pelo respectivo ao custo de aquisição, pelo facto de ainda não ter iniciado a sua actividade, não existindo por isso informação financeira sobre a mesma.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o BFA detém uma participação de 6,50% e 2,80%, respectivamente, no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), tendo igualmente prestado suprimentos a esta

entidade durante os exercícios de 2004 e 2003, os quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias e suprimentos) encontra-se valorizada pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas por imparidade. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco

tem constituída uma provisão para a participação na EMIS no valor de 9.594 mAKZ.

Durante o exercício de 2007, o Banco realizou prestações acessórias de USD 250.500, conforme decisão da Assembleia Geral da EMIS de 16 de Novembro de 2007, as quais a partir de 1 de Janeiro de 2008 vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um spread de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da EMIS realizada em 16 de Janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital no valor de USD 3.526.500 a realizar pelos accionistas, em proporção da participação detida, até 16 de Dezembro de 2010. Durante o exercício de 2010, o Banco efectuou o pagamento no valor total de USD 108.000.

No exercício de 2010, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 16 de Julho de 2010 foi deliberado o reforço de prestações acessórias no montante de USD 2.000.000, cabendo ao BFA o montante de USD 117.647. De acordo com a mesma decisão, estas prestações acessórias não são remuneradas.

Em Assembleia Geral da EMIS de 9 de Dezembro de 2011 foi deliberado o aumento de capital no contravalor em Kwanzas

de USD 4.800.000 e o reforço de prestações acessórias remuneradas até ao contravalor em Kwanzas de USD 7.800.000. Foi igualmente decidido em Assembleia Geral que o Capital Social passasse a ser denominado em Kwanzas, e que terminasse a paridade entre os accionistas, passando as participações a ter em conta o grau de utilização dos serviços da EMIS por cada accionista.

O aumento de capital foi realizado pelos accionistas no decorrer do exercício de 2012, tendo o BFA contribuído com 53.099 mAKZ. As prestações acessórias remuneradas foram realizadas pelos accionistas também durante o exercício de 2012, tendo a prestação do BFA ascendido a 193.189 mAKZ. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral da EMIS, estas prestações são remuneradas à taxa de referência do BNA.

As participações na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Instituto do Mercado de Capitais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, reflectindo a inexistência de valores de mercado e o facto de ainda não terem iniciado a sua actividade.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, estas sociedades não distribuíram dividendos.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante os exercícios de 2012 e 2011:

	2012				
	Saldos em 31.12.2011			Aumentos	Trans-ferências
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imóveis de uso	15 800 126	(4 292 259)	11 507 867	303 888	1 092 209
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	6 797 685	(3 873 731)	2 923 954	689 775	381 322
Imobilizações em curso	1 279 243	-	1 279 243	1 091 108	(1 473 531)
	23 877 054	(8 165 990)	15 711 064	2 084 771	-
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	418 899	(208 113)	210 786	170 038	-
Gastos de organização e expansão	101 571	(99 031)	2 540	-	-
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-
	614 422	(401 096)	213 326	170 038	-
	24 491 476	(8 567 086)	15 924 390	2 254 809	-

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, à aquisição do espaço e a pagamentos a fornecedores pelas obras que estavam a ser realizadas em novas agências, e cuja inauguração se prevê para 2013.

	2012				
	Saldos em 31.12.2011			Aumentos	Trans-ferências
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imóveis de uso	14 037 798	(3 806 632)	10 231 166	59 482	1 702 846
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	5 714 388	(3 060 761)	2 653 627	713 952	482 272
Imobilizações em curso	1 347 403	-	1 347 403	2 116 958	(2 185 118)
	21 099 589	(6 867 393)	14 232 196	2 890 392	-
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	224 668	(158 060)	66 608	207 578	-
Gastos de organização e expansão	101 571	(91 893)	9 678	-	-
Trespases	93 923	(93 923)	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-
	420 191	(343 905)	76 286	207 578	-
	21 519 780	(7 211 298)	14 308 482	3 097 970	-

2012				
Abates, alienações e outros	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2012		
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
(57)	(410 230)	17 196 223	(4 702 546)	12 493 677
(3 957)	(1 025 917)	7 714 299	(4 749 122)	2 965 177
-	-	896 820	-	896 820
(4 014)	(1 436 147)	25 807 342	(9 451 668)	16 355 674
(29)	(111 787)	588 937	(319 929)	269 008
29	(2 551)	101 571	(101 553)	18
-	-	93 923	(93 923)	-
-	-	29	(29)	-
-	(114 338)	784 460	(515 434)	269 026
(4 014)	(1 550 485)	26 591 802	(9 967 102)	16 624 700

2012				
Abates, alienações e outros	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2012		
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
-	(485 627)	15 800 126	(4 292 259)	11 507 867
(8 483)	(917 414)	6 797 685	(3 873 731)	2 923 954
-	-	1 279 243	-	1 279 243
(8 483)	(1 403 041)	23 877 054	(8 165 990)	15 711 064
(9 182)	(54 218)	418 899	(208 113)	210 786
-	(7 138)	101 571	(99 031)	2 540
-	-	93 923	(93 923)	-
-	-	29	(29)	-
(9 182)	(61 356)	614 422	(401 096)	213 326
(17 665)	(1 464 397)	24 491 476	(8 567 086)	15 924 390

10. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos de Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	7.788	332
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional	156.951.498	132.414.179
Em moeda estrangeira	184.133.884	159.937.592
	341.085.382	292.351.771
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	1.821.775	645.715
Em moeda estrangeira	12.382.621	3.610.549
	14.204.396	4.256.264
Juros de depósitos à ordem	998	948
Total de depósitos à ordem	355.298.564	296.609.315
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional	107.345.719	77.028.333
Em moeda estrangeira	203.392.028	212.891.838
	310.737.747	289.920.171
Depósitos a prazo de não residentes	23.420	11.435
Juros de depósitos a prazo	2.053.600	2.472.783
Total de depósitos a prazo	312.814.767	292.404.389
Total de depósitos	668.113.331	589.013.704

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – depósitos à ordem” corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem do Banco domiciliadas em instituições de crédito, os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de apresentação do balanço patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2012	2011
Até três meses	167.184.635	157.330.508
De 3 a 6 meses	75.250.875	60.124.370
De 6 meses a 1 ano	69.786.668	74.390.591
Mais de um ano	592.589	558.920
	312.814.767	292.404.389

Em 31 de Dezembro de 2012, os depósitos a prazo em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 4,53% e 2,75%, respectivamente (5,52% e 3,27%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas de depósitos à ordem denominados em moeda estrangeira, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem e a prazo apresentavam a seguinte estrutura por tipologia de cliente:

	2012	2011
Depósitos à ordem		
Sector público administrativo	5.114.783	5.302.400
Sector público empresarial	4.391.886	3.332.408
Empresas	219.771.542	176.188.066
Particulares	126.020.353	111.786.441
	355.298.564	296.609.315
Depósitos a prazo		
Sector público administrativo	25.153	340.936
Sector público empresarial	2.075.636	1.636.276
Empresas	127.813.871	123.470.162
Particulares	182.900.107	166.957.015
	312.814.767	292.404.389

11. CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Operações no Mercado Monetário Interbancário:		
Recursos de instituições de crédito no país – Empréstimos (AKZ)	4.352	4.436
Juros	-	-
	4.352	4.436

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as captações para liquidez apresentam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2012	2011
Até três meses	4.352	4.436
	4.352	4.436

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as captações para liquidez não vencem juros.

12. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos de outras entidades:		
Cheques visados	2.374.004	1.724.708
Recursos vinculados a cartas de crédito	1.082.446	1.085.191
Compensação de cheques e outros papéis	17.521	139.403
Outros	28.681	9.338
	3.502.652	2.958.640

A rubrica “Recursos vinculados a cartas de crédito” refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação, para efeitos de abertura dos respectivos créditos documentários.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações de natureza social ou estatutária		
Encargos com dividendos	2.158.123	-
Obrigações de natureza fiscal:		
Encargos fiscais a pagar – próprios		
Imposto sobre o rendimento a liquidar (Nota 17)	68.239	-
Sobre rendimentos de trabalho dependente	33.685	31.402
Sobre rendimentos de capitais	7.163	-
Tributação relativa a remunerações	27.877	43.500
	136.964	74.902
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros		
Sobre o rendimento	168.202	50.362
Outros	94.115	33.177
	262.317	83.539
	399.281	158.441
Obrigações de natureza cível	-	13.610
Obrigações de natureza administrativa e de comercialização		
Pessoal – salários e outras remunerações		
Férias e subsídio de férias	917.002	704.800
Prémio de desempenho (Nota 23)	267.607	160.025
Outros custos com o pessoal	80.862	190.914
	1.265.471	1.055.739
Outros custos administrativos e de comercialização a pagar		
Acréscimos de custos	656.411	513.110
Movimentos efectuados em TPA - a regularizar	618.345	459.853
Proveitos diferidos	385.201	-
Movimentos “Serviço Western Union”	303.039	147.977
Operações passivas a regularizar	292.120	218.133
Ordens de pagamento recebidas - a regularizar	78.481	304.937
Outros	77.111	99.910
	2.410.708	1.743.920
	3.676.179	2.799.659
	6.233.583	2.971.710

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Encargos com dividendos” inclui parte dos dividendos distribuídos pelo Banco ao seu accionista Banco BPI, S.A., na sequência da Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2012 (Nota 15). A liquidação deste montante ocorreu durante o primeiro trimestre de 2013.

14. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012						Saldos em 31-12-2012
	Aumentos		Diminuições		Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	
Saldos em 31-12-2011	Dotações	Custos com pessoal (Nota 23)	Reposições e anulações	Custos com pessoal (Nota 23)			Transfêrências
Riscos bancários gerais							
De Natureza Social ou Estatutária	-	-	-	-	(41 396)	13 472	1 798 055
De Natureza Administrativa e de Comercialização	381 716	-	(422 540)	-	(1 671 492)	(26 739)	284 138
Prestação de garantias (Nota 7)	-	-	-	-	-	7 702	780 115
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados	-	-	-	-	-	-	-
Compensação por reforma	-	15 587	-	-	-	(7 132)	126 282
Plano Complementar de Pensões	-	427 012	-	-	(21 169)	(11 528)	2 639 670
	6 711 716	381 716	(422 540)	442 599	(1 734 057)	(24 225)	5 628 260
Imobilizações financeiras (Nota 9)	-	-	-	-	-	-	9 594
	6 721 310	381 716	(422 540)	442 599	(1 734 057)	(24 225)	5 637 854
Crédito de liquidação duvidosa (Nota 7)	9 514 113	3 448 176	(1 606 816)	-	(1 978 608)	108 181	9 211 995
	16 235 423	3 829 892	(2 029 356)	442 599	(3 712 665)	83 956	14 849 849
2011							
	Aumentos		Diminuições		Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldos em 31-12-2011
	Saldos em 31-12-2010	Dotações	Custos com pessoal (Nota 23)	Reposições e anulações			
De Natureza Social ou Estatutária	1 814 154	-	-	-	(39 852)	51 677	1 825 979
De Natureza Administrativa e de Comercialização	1 384 406	773 223	-	-	(186 835)	52 399	2 023 193
Prestação de garantias (Nota 7)	668 635	-	-	-	-	(6 474)	499 362
Com Fundos de Pensões de Reforma e de Sobrevivência Patrocinados	-	-	-	-	-	-	-
Compensação por reforma	87 359	-	27 576	-	-	2 892	117 827
Plano Complementar de Pensões	1 886 853	-	411 891	-	(42 825)	89 205	2 245 355
	5 841 407	773 223	439 467	-	(269 512)	189 699	6 711 715
Imobilizações financeiras (Nota 9)	9 594	-	-	-	-	-	9 594
	5 851 001	773 223	439 467	-	(269 512)	189 699	6 721 309
Crédito de liquidação duvidosa (Nota 7)	9 651 421	2 106 062	-	(878 602)	(1 780 288)	252 721	9 514 113
	15 502 422	2 879 285	439 467	(878 602)	(2 049 800)	442 420	16 235 423

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Provisões de natureza social ou estatutária” refere-se ao Fundo Social, que tem por objectivo apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social. Este Fundo foi constituído mensalmente através da dotação de 5% do resultado líquido

do exercício anterior apurado em Dólares dos Estados Unidos, tendo sido decidido que teria um período de cinco anos. Esta provisão foi constituída entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive. O movimento ocorrido no Fundo Social ao longo de 2012 e 2011 foi o seguinte (montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos):

	2012	2011
Saldo no início do período		
Contribuições	19.163.945	19.582.202
Utilizações	-	-
Saldo no final do exercício	(400.196)	(418.257)
Contravalor em milhares de Kwanzas	18.763.749	19.163.945
	1.798.055	1.825.979

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Provisões de natureza administrativa e de comercialização” refere-se essencialmente a provisões para fazer face a fraudes, processos judiciais em curso e outras responsabilidades, correspondendo à melhor estimativa dos custos que o Banco irá suportar no futuro com estas responsabilidades.

de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Compensação por reforma” destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco em matéria de “Compensação por reforma”, na sequência do disposto no Artigo nº 262 da Lei Geral do Trabalho. Nos termos da legislação em vigor, as responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Plano Complementar de Pensões” (Plano) refere-se às responsabilidades do Banco em matéria de Pensões de Reforma nos termos do plano de contribuições definidas implementado (Nota 2.2 c)).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento do Plano pode ser resumido como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.886.853
Contribuição mensal	411.891
Saídas	(99.769)
Pagamentos	(42.825)
Rentabilidade das aplicações	151.284
Outros	(117.367)
Reavaliação cambial	55.288
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.245.355
Contribuição mensal	427.012
Saídas	(126.654)
Pagamentos	(21.169)
Rentabilidade das aplicações	109.891
Outros	(2.788)
Reavaliação cambial	8.023
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	2.639.670

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rentabilidade das aplicações resulta essencialmente de depósitos a prazo em dólares dos Estados Unidos e em Kwanzas. Nestas datas, os juros corridos destas aplicações ascendiam a 18.179 mAKZ e 93.370 mAKZ, respectivamente, incluídos na rubrica

“Rentabilidade das aplicações” do movimento do Plano Complementar de Pensões nos anos de 2012 e 2011. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a reavaliação cambial resulta da conversão para Kwanzas das aplicações que são realizadas em Dólares dos Estados Unidos.

15. FUNDOS PRÓPRIOS

CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de 1.305.561 mAKZ (contravalor de 30.188.657 Euros à taxa de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2002), representado por 1.305.561 acções nominativas de mil Kwanzas cada, tendo sido subscrito e realizado por incorporação da totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações da anterior Sucursal.

No final dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, o Banco aumentou o seu capital em 537.672 mAKZ, 1.224.333 mAKZ e 454.430 mAKZ, respectivamente, através da

incorporação da reserva especial para manutenção dos fundos próprios, por forma a manter o contravalor em Kwanzas da dotação inicial de capital em moeda estrangeira.

A partir do exercício de 2005 o Banco não procedeu à actualização do seu capital, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social do Banco ascende a 3.521.996 mAKZ.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2012		2011	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Banco BPI, S.A.	653.822	50,08%	653.822	50,08%
Unitel, S.A.	651.475	49,90%	651.475	49,90%
Outras entidades do Grupo BPI	264	0,02%	264	0,02%
	1.305.561	100,00%	1.305.561	100,00%

RESERVAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Reserva de actualização monetária do capital social (Nota 2.2 e))	450.717	450.717
Reservas e fundos		
Reserva legal	5.161.890	5.161.890
Outras reservas	43.011.954	34.700.721
	48.173.844	39.862.611
	48.624.561	40.313.328

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2011 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (15.644.076 mAKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de "Outras reservas".

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2012 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (15.435.147 mAKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de "Outras reservas".

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

RESULTADOS POTENCIAIS

Os resultados potenciais correspondem aos resultados pendentes, mas de realização provável, líquidos dos encargos fiscais correspondentes, decorrentes de transacções e de outros eventos e circunstâncias que não transitam imediatamente pelo resultado do exercício quando reconhecidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os resultados potenciais correspondem à reserva de reavaliação de imobilizado.

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, nos termos da legislação em vigor, o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo através da aplicação de coeficientes, que reflectiam a evolução mensal do câmbio oficial do Euro,

aos saldos brutos do activo imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas, expressos em Kwanzas nos registos contabilísticos do Banco no final do mês anterior. A partir do exercício de 2008, o Banco deixou de reavaliar o seu imobilizado (Nota 2.2 f)).

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

LUCRO E DIVIDENDO POR ACÇÃO

Nos exercícios de 2012 e 2011 o lucro por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2012	2011
Lucro por acção	16,07	18,19
Dividendo por acção distribuído no exercício	11,82	11,98

16. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Responsabilidades perante terceiros:		
Garantias prestadas	28.927.615	11.437.544
Compromissos perante terceiros		
Créditos documentários abertos	11.220.731	5.853.445
	40.148.346	17.290.989
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Serviços prestados pela instituição		
Guarda de valores	1.083.218	1.288.816
Compensação de cheques sobre estrangeiro	368.399	311.607
Remessas documentárias	587.186	297.476
	2.038.803	1.897.899

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Créditos documentários abertos” inclui créditos documentários abertos garantidos por cativo de depósitos no Banco no montante de 1.111.556 mAKZ.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tem constituídas provisões para fazer face ao risco de crédito assumido na concessão de garantias e créditos

documentários no montante de 780.115 mAKZ e 499.362 mAKZ, respectivamente (Notas 7 e 14).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Guarda de valores” refere-se, essencialmente, a títulos de clientes sob custódia do Banco.

17. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2012	2011
Imposto corrente sobre os lucros		
Do exercício (Nota 13)	68.239	-
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias (Nota 8)	(68.239)	-
Total do imposto registado em resultados	-	-
Resultados antes de impostos	20.975.647	23.746.380
Carga fiscal	0,0%	0,0%

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2012 e 2011, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		20 975 647		23 746 380
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	35,0%	7 341 476	35,0%	8 311 233
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-24,6%	(5 156 200)	-29,3%	(6 956 617)
Provisões para responsabilidades prováveis	-2,4%	(506 274)	0,0%	-
Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)	0,0%	(5 945)	0,0%	-
Utilização de prejuízo fiscal reportável do exercício de 2009	-0,9%	(193 404)	-5,7%	(1 354 616)
Utilização de liquidações provisórias de imposto do exercício de 2009	-7,1%	(1 479 653)	0,0%	-
	0,0%	-	0,0%	-

IMPOSTO INDUSTRIAL

Conforme referido na nota 2.2. j), o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%. Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apurou inicialmente Imposto Industrial no valor de 2.409.264 mAKZ, considerando como isentos de Imposto Industrial apenas parte dos rendimentos dos títulos de dívida pública. Tendo em conta o entendimento que todos os rendimentos dos referidos títulos gozam de isenção de Imposto Industrial, o Banco apurou posteriormente prejuízo fiscal, reportado na Declaração de Rendimentos Modelo 1 referente ao exercício de 2009, no montante total de 13.985.712 mAKZ. Neste sentido, relativamente ao valor de Imposto Industrial apurado

no exercício de 2009, o Banco efectuou pagamentos a título de liquidação provisória no montante de 1.479.653 mAKZ (nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010), não tendo liquidado o montante remanescente de 929.611 mAKZ, o qual foi registado como proveito no exercício de 2010.

Neste âmbito, em Dezembro de 2010 o Banco solicitou ao Ministério das Finanças que o Imposto Industrial de 2009 liquidado em excesso no primeiro trimestre de 2010 (1.479.653 mAKZ) fosse reembolsado ou considerado como crédito de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco.

Em Dezembro de 2010, o Banco solicitou ainda ao Ministério das Finanças que os impostos liquidados em excesso em anos anteriores, por não terem sido considerados isentos todos os rendimentos de títulos de dívida pública, e para os quais foram apresentadas Declarações de Rendimentos Modelo 1 de Substituição, fossem igualmente reembolsados ou considerados como créditos de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco. O imposto

liquidado em excesso, relativo aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, ascendeu a 813.093 mAKZ.

No decorrer do exercício de 2012, as autoridades fiscais procederam à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2007 e 2008. Em resultado desta inspecção, a Administração Fiscal notificou o Banco das correcções ao lucro tributável que entendeu adequadas, essencialmente relacionadas com custos com provisões constituídas para responsabilidades prováveis (compensação por reforma, Plano Complementar de Pensões, Fundo Social, fraudes e outros riscos diversos).

Na sequência destas notificações, o Banco apresentou reclamações nas quais contestou algumas das correcções efectuadas pela Administração Fiscal. Por outro lado, o Banco concordou com as correcções relativas às provisões não aceites, referindo que, apesar de deverem ser acrescidas para efeitos de apuramento do lucro tributável em cada exercício, estes acréscimos têm uma natureza temporária, podendo o Banco recuperar o imposto no exercício em que vier a ocorrer a utilização das provisões. Nas contestações efectuadas, o BFA referiu ainda não existir imposto em falta, atendendo às solicitações feitas junto da Administração Fiscal em Dezembro de 2010 relativamente a benefícios fiscais de títulos de dívida pública não considerados nesses exercícios, cujo montante é superior ao das correcções associadas às provisões não aceites.

Na determinação da estimativa de imposto industrial em 2012, o Banco seguiu a interpretação que a Administração Fiscal utilizou nas inspecções aos exercícios de 2007 e 2008, tendo corrigido a matéria colectável pelas provisões constituídas no ano para responsabilidades prováveis não aceites como custo fiscal. Adicionalmente, o Banco considerou estas provisões como dedutíveis fiscalmente no ano da sua utilização.

Após considerado o conjunto das deduções e acréscimos sobre provisões não aceites e rendimentos de dívida pública isentos, o reporte de prejuízo fiscal do exercício de 2009 é totalmente utilizado pelo Banco em 2010, 2011 e 2012. Adicionalmente, o valor do imposto industrial de 2009 liquidado em excesso no primeiro trimestre de 2010 é integralmente utilizado pelo Banco em 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco registou activos fiscais diferidos no montante de 68.239 mAKZ, resultantes de diferenças temporárias na tributação de provisões para responsabilidades prováveis. O Conselho de Administração entende estarem reunidas as condições para o seu registo, nomeadamente no que se refere à evolução do lucro tributável futuro do Banco que permita a sua dedução. Estes activos fiscais diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo.

IMPOSTO SOBRE A APLICAÇÃO DE CAPITALIS

Conforme referido na Nota 2.2 j), o Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) tem a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, operando esta compensação por via da dedução à colecta apurada, nos termos da alínea a) do número 81.º do Código do Imposto Industrial.

Desta forma, o imposto incidente desde a entrada em vigor do novo Código do IAC sobre os rendimentos de operações do mercado monetário, de operações de absorção de liquidez pelo Banco Central e de títulos de dívida do Banco Central, teve impacto nulo em termos de carga fiscal, uma vez que o Banco apurou, em sede de Imposto Industrial, matéria colectável de montante superior. Conforme referido na Nota 2.2 j), este imposto não incide sobre os rendimentos de títulos de dívida pública, uma vez que estes continuam a beneficiar de isenção de todos os impostos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao respectivo lucro tributável. Existe ainda a possibilidade das autoridades fiscais procederem à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2008 a 2012.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras.

18. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 24, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que o BFA exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira (Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Pensões) e as entidades que exercem uma influência

significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas e Membros do Conselho de Administração do BFA.

Em 31 de Dezembro de 2012, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel			
Disponibilidades:					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	9 737 692	-	-	-	9 737 692
Depósitos:					
Descobertos em depósitos à ordem	(32 514)	-	-	-	-
Aplicações de liquidez:					
Outros créditos sobre instituições de crédito	139 569 314	-	-	-	139 569 314
Crédito concedido	-	-	85 308	2 673 886	2 759 194
Depósitos de clientes:					
Depósitos à ordem	-	(2 509 159)	(29 787)	(1 431 204)	(3 970 150)
Depósitos a prazo	-	(23 809 446)	(243 623)	(50 542)	(24 103 611)
Outros recursos	-	-	-	-	-
Juros e proveitos equiparados	808 631	n.d.	n.d.	n.d.	808 631
Juros e custos equiparados	(97 188)	n.d.	n.d.	n.d.	(97 188)
Comissões - custos	(232 709)	n.d.	n.d.	n.d.	(232 709)
Créditos documentários	-	-	-	-	-
Garantias bancárias	-	-	-	-	-
n.d.: informação não disponível					

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas eram os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel			
Disponibilidades:					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 804 444	-	-	-	2 804 444
Depósitos:					
Descobertos em depósitos à ordem	(4)	-	-	-	(4)
Aplicações de liquidez:					
Outros créditos sobre instituições de crédito	100 969 998	-	-	-	100 969 998
Crédito concedido	-	-	89 900	1 548 333	1 638 233
Depósitos de clientes:					
Depósitos à ordem	-	(288 759)	(20 624)	(245 322)	(554 705)
Depósitos a prazo	-	(28 639 283)	(239 376)	(338 141)	(29 216 800)
Outros recursos	-	-	(42)	-	(42)
Juros e proveitos equiparados	739 118	n.d.	n.d.	n.d.	739 118
Juros e custos equiparados	(29 030)	n.d.	n.d.	n.d.	(29 030)
Comissões - custos	(154 160)	n.d.	n.d.	n.d.	(154 160)
Créditos documentários	-	446 175	-	-	446 175
Garantias bancárias	17 811	-	-	-	17 811
n.d.: informação não disponível					

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não inclui os custos e proveitos com o Grupo Unitel, com os Membros do Conselho de Administração do BFA e com as Sociedades onde estes têm influência significativa.

19. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

	31/12/12		Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira ⁽¹⁾	
Disponibilidades	64 428 794	78 453 007	142 881 801
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	11 001 481	141 426 304	152 427 785
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	52 634 766	-	52 634 766
	63 636 247	141 426 304	205 062 551
Títulos e Valores Mobiliários			
Mantidos para negociação	19 380 043	50 461	19 430 504
Mantidos até o vencimento	98 576 958	136 141 729	234 718 687
	117 957 001	136 192 190	254 149 191
Operações cambiais	-	2 040 544	2 040 544
Créditos			
Créditos	86 962 002	59 026 791	145 988 793
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3 804 639)	(5 407 356)	(9 211 995)
	83 157 363	53 619 435	136 776 798
Outros valores	(252 476)	2 287 179	2 034 703
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	44 218	287 595	331 813
Imobilizações corpóreas	16 355 674	-	16 355 674
Imobilizações incorpóreas	269 026	-	269 026
	16 668 918	287 595	16 956 513
Total do Activo	345 595 847	414 306 254	759 902 101
Depósitos			
Depósitos à ordem	158 703 664	196 594 900	355 298 564
Depósitos a prazo	108 183 901	204 630 866	312 814 767
	266 887 565	401 225 766	668 113 331
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4 352	-	4 352
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-	-
	4 352	-	4 352
Obrigações no sistema de pagamentos	2 391 394	1 111 258	3 502 652
Operações cambiais	624 468	1 419 423	2 043 891
Outras obrigações	4 255 395	1 978 188	6 233 583
Provisões para responsabilidades prováveis	1 443 260	4 185 000	5 628 260
Total do Passivo	275 606 434	409 919 635	685 526 069
Activo Líquido	69 989 413	4 386 619	74 376 032
Fundos próprios	74 376 032	-	74 376 032

(1) Inclui títulos em moeda nacional indexada a moeda estrangeira.

	31/12/11		Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira ⁽¹⁾	
Disponibilidades	53 471 846	68 374 612	121 846 458
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	16 151 753	101 060 651	117 212 404
Compra de Títulos com Acordo de Revenda	15 390 912	-	15 390 912
	31 542 665	101 060 651	132 603 316
Títulos e Valores Mobiliários			
Mantidos para negociação	1 376 917	33 607	1 410 524
Mantidos até o vencimento	139 099 857	131 143 399	270 243 256
	140 476 774	131 177 006	271 653 780
Operações cambiais	-	2 424 039	2 424 039
Créditos			
Créditos	42 626 894	92 757 127	135 384 021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1 772 919)	(7 741 194)	(9 514 113)
	40 853 975	85 015 933	125 869 908
Outros valores	498 622	2 016 904	2 515 527
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	712	82 966	83 678
Imobilizações corpóreas	15 711 064	-	15 711 064
Imobilizações incorpóreas	213 326	-	213 326
	15 925 102	82 966	16 008 068
Total do Activo	282 768 984	390 152 112	672 921 097
Depósitos			
Depósitos à ordem	133 025 071	163 584 243	296 609 315
Depósitos a prazo	77 835 363	214 569 026	292 404 389
	210 860 434	378 153 269	589 013 704
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4 436	-	4 436
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-	-
	4 436	-	4 436
Obrigações no sistema de pagamentos	1 863 504	1 095 135	2 958 639
Operações cambiais	955 200	1 470 159	2 425 359
Outras obrigações	921 739	2 049 971	2 971 710
Provisões para responsabilidades prováveis	1 400 077	5 311 638	6 711 715
Total do Passivo	216 005 390	388 080 172	604 085 564
Activo Líquido	66 763 594	2 071 940	68 835 533
Fundos próprios	68 835 532	-	68 835 532

(1) Inclui títulos em moeda nacional indexada a moeda estrangeira.

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS:		
De aplicações de liquidez:		
Proveitos de operações no Mercado Monetário Interfinanceiro:		
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	815.379	739.959
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	263.299	415.134
Outros	3.004	6.886
Proveitos de operações de compra de títulos com acordo de revenda	2.446.185	1.755.868
	3.527.867	2.917.847
De títulos e valores mobiliários:		
De títulos mantidos para negociação:		
Bilhetes do Tesouro	175.852	1.270.378
Títulos do Banco Central	322.453	98
De títulos mantidos até o vencimento:		
Bilhetes do Tesouro	1.536.018	4.869.014
Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira e em moeda estrangeira	8.044.412	6.773.484
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	1.355.521	-
Obrigações do Tesouro indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	444.621	1.767.879
Títulos do Banco Central	3.584.839	8.270.043
	15.463.716	22.950.896
De créditos concedidos:		
Empresas e Administração Pública:		
Empréstimos	4.376.677	4.284.789
Crédito em conta corrente	3.218.567	3.689.373
Descobertos em depósitos à ordem	141.839	838.859
Outros créditos	253.908	306.957
Particulares:		
Crédito à habitação	882.328	861.562
Crédito ao consumo	3.159.129	3.025.396
Outras finalidades	656.718	684.308
Juros vencidos	947.317	1.028.250
	13.636.483	14.719.494
Total de proveitos	32.628.066	40.588.237
CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		
De depósitos:		
De depósitos à ordem	152.596	171.358
De depósitos a prazo	10.767.304	14.983.582
	10.919.900	15.154.940
De captações para liquidez:		
De operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	3.228	171.076
De operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	836
	3.228	171.912
Total de custos	10.923.128	15.326.852
Margem Financeira	21.704.938	25.261.385

21. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Variação cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	518.530	807.097
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	8.758.365	7.495.531
	9.276.895	8.302.628

22. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Proveitos de prestação de serviços		
Comissões sobre ordens de pagamento emitidas	1.493.713	1.356.210
Comissões sobre garantias e avales prestados	376.797	308.117
Comissão por créditos documentários de importação abertos	319.197	154.076
Outras comissões	1.756.066	1.196.874
	3.945.773	3.015.277
Custos de comissões e custódias		
Comissões	(810.326)	(658.028)
	3.135.447	2.357.249

23. PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		
Remuneração mensal	111.296	123.477
Remunerações adicionais	186.960	169.188
Encargos sociais obrigatórios	18.688	8.769
Encargos sociais facultativos	58	106
	317.002	301.540
Empregados		
Remuneração mensal	3.035.048	2.727.443
Remunerações adicionais	3.195.851	2.958.381
Encargos sociais obrigatórios	290.548	324.244
Encargos sociais facultativos	295.505	267.732
	6.816.952	6.277.800
Encargos com planos de pensões (Nota 14)	442.599	339.698
Outros	7.276	18.282
	7.583.829	6.937.320

As rubricas de “Remunerações adicionais” incluem 648.741 mAKZ e 627.959 mAKZ relativos às remunerações variáveis dos colaboradores e órgãos de gestão, em resultado do seu desempenho nos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontravam-se por liquidar 267.607 mAKZ e 160.025 mAKZ, referentes às remunerações variáveis de 2012 e 2011, respectivamente (Nota 13).

24. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Comunicações	620.713	590.007
Água e Energia	359.746	319.535
Transportes, Deslocações e Alojamentos	677.692	578.290
Publicações, Publicidade e Propaganda	825.554	1.059.580
Segurança, Conservação e Reparação	656.652	598.074
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados	1.936.196	1.927.588
Seguros	195.047	181.397
Alugueres	709.279	591.016
Materiais Diversos	333.652	305.821
Outros Fornecimentos de Terceiros	164.954	141.352
	6.479.485	6.292.660

25. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos aduaneiros	30.288	33.151
Imposto sobre a aplicação de capitais	9.155	-
Outros impostos e taxas	87.724	87.584
	127.167	120.735

26. RECUPERAÇÃO DE CUSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica refere-se ao reembolso de despesas de comunicação e expedição suportadas originalmente pelo Banco, nomeadamente na realização de operações de ordens de pagamento.

27. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Outros proveitos:		
Despesas cobradas	2.452.888	2.696.977
Recuperação de crédito incobrável - capital e juro (Nota 7)	855.798	1.198.627
Rendimentos de prestação de serviços	67.884	36.806
Outros proveitos	132.364	155.239
	3.508.934	4.087.649
Outros custos:		
Quotizações e donativos	(13.587)	(12.910)
Outros custos	(78.253)	(79.961)
	(91.840)	(92.871)
	3.417.094	3.994.778

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos e perdas nas imobilizações		
. Imobilizações corpóreas	-	340
Resultado na alienação de imobilizações		
. Imobilizações corpóreas	16.460	17.580
Outros ganhos e perdas não operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores		
Acertos de estimativa de gastos gerais administrativos	(26.653)	(41.519)
Movimentos pendentes em contas de regularização e de depósitos à ordem em bancos correspondentes	49.115	63.121
Juros anulados	-	(105.220)
Outros ganhos e perdas	216.695	40.252
	239.157	(43.366)
	255.617	(25.446)

29. GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITO

De acordo com o Regulamento Geral de Crédito do BFA, a concessão de crédito no Banco assenta nos seguintes princípios basilares:

Formulação de propostas

As operações de crédito ou garantias sujeitas à decisão do BFA:

- Encontram-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
- Respeitam a ficha do produto respectivo;
- Estão acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada; e
- Contêm as assinaturas dos órgãos proponentes.

Análise de risco de crédito

Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento. Actualmente, tendo em consideração o disposto no Aviso nº 8/2007 do Banco Nacional de Angola:

- Para um só cliente, são consideradas todas as suas responsabilidades perante o Banco, em vigor ou potenciais,

já contratadas ou comprometidas, por financiamentos e garantias (exposição total do Banco ao cliente);

- Para um grupo de clientes, é considerada a soma das responsabilidades perante o Banco de cada cliente que constitui o grupo (exposição total do Banco ao grupo); e
- A existência de garantias com risco Estado ou de liquidez imediata não tem impacto no cálculo do valor da Exposição Global.

Classificação de Risco

De acordo com o definido pelo BNA, quando da concessão, as operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco. Estão actualmente definidos pelo Banco os seguintes critérios de classificação em níveis de risco:

- Créditos são classificados no nível de Risco A sempre que garantidos por títulos e/ou aplicações financeiras iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Créditos são classificados no nível de Risco B sempre que garantidos por colateral igual ou superior a 75% da responsabilidade; e
- Os restantes créditos são classificados no nível de Risco C.

- Excepcionalmente, atendendo às características dos mutuários e à natureza das operações podem ser classificados outros créditos nos níveis de risco A e B. Estas situações dependem de aprovação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares classificado nos níveis de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

Associação de Garantias

Na concessão de crédito a particulares ou pequenas empresas com prazo superior a 36 meses, na ausência de aplicações financeiras, regra geral o BFA obriga à apresentação de garantia real de bem imóvel.

As operações de crédito têm associadas garantias consideradas adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, as quais são devidamente fundamentadas em termos de suficiência e liquidez.

As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito. Excepções a esta regra (com decisões condicionadas a uma avaliação posterior) implicam que o desembolso só ocorrerá depois do Banco obter a avaliação da garantia.

Exclusões por Incidentes

O Banco não concede crédito a clientes que registem incidentes materiais nos últimos 12 meses que sejam do conhecimento do BFA, nem a outras empresas que façam parte de um grupo com clientes que estejam nessa situação. São considerados incidentes materiais:

- Atraso na realização de pagamentos de capital ou juros devidos a uma instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade; e
- Pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade que tenham potenciais efeitos adversos na respectiva situação económica ou financeira.

Excepções a estas regras só podem ser aprovadas ao nível da Comissão Executiva do Conselho de Administração ou ao nível do Conselho de Administração do BFA.

Reestruturações

Por princípio, o BFA só formaliza operações de reestruturação de créditos em curso caso se observe um dos seguintes critérios:

- São apresentadas novas garantias (mais líquidas e/ ou mais valiosas) para a nova operação;
- É efectuada a prévia liquidação de Juros Remuneratórios e de Mora (no caso de operação em incumprimento);
- Ocorre liquidação parcial significativa do capital em dívida (regular e/ou irregular).

Excepcionalmente e caso não se verifique nenhum dos pressupostos descritos, o BFA admite formalizar a reestruturação formal de dívidas de particulares, inferiores a 35.000 Dólares dos Estados Unidos, caso nos últimos 6 meses tenham ocorrido depósitos de valor mínimo igual ao montante da prestação prevista para a operação reestruturada.

Acompanhamento de crédito irregular

O crédito considerado irregular é acompanhado por uma equipa especializada, que tem por missão colaborar nas acções de recuperação de crédito, podendo assumir as negociações e propostas de reestruturação, sendo responsável pelo acompanhamento de processos sob a sua gestão.

As negociações para reestruturação obedecem aos princípios anteriormente referidos.

Esta equipa é responsável pela gestão e relação com o cliente, com o objectivo de recuperação do crédito, recorrendo à execução por via judicial caso necessário.

Provisões

O BFA tem em consideração os seguintes critérios para o cálculo de provisões para crédito:

- Antiguidade da operação;
- Antiguidade do incumprimento;
- Garantias associadas; e

- Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola.

As provisões para crédito e a classificação dos clientes nas classes de risco são objecto de revisão mensal. Na classificação dos clientes nas classes de risco, o Banco tem em consideração a existência de operações com risco equiparado a Estado e aquelas em que estão a ser ultimadas negociações com vista à regularização do crédito vencido. Neste âmbito, adicionalmente é efectuada uma análise aos 100 grupos com maior incumprimento na Banca de Empresas e na Direcção de Particulares e Negócios, com atribuição de uma provisão económica sobre o risco de cada exposição.

É também feita regularmente uma análise das provisões sob a perspectiva económica a toda a carteira de crédito da Banca de Empresas.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos do BFA respeita o princípio da elevada qualidade creditícia dos seus emitentes, sendo integralmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

O Banco gere os riscos de liquidez e de taxa de juro do seu Balanço de acordo com os princípios e limites estabelecidos no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI), o que se traduz numa selecção criteriosa dos títulos em carteira, nomeadamente quanto à maturidade e tipo de juro a receber (taxa fixa ou indexada).

O risco de taxa de juro é calculado considerando o somatório do impacto de uma variação paralela nas curvas de taxas de juro na valorização dos Activos e Passivos do Banco.

A aprovação do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional é da competência do Conselho de Administração do Banco. É da responsabilidade da DFI submeter anualmente à apreciação e deliberação do Conselho de Administração a revisão, se necessária, do Manual.

A carteira de títulos do Banco é repartida entre títulos denominados em moeda nacional e em moeda estrangeira, tendo em atenção a estrutura global do seu Balanço, evitando incorrer por esta via, em risco cambial.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Fomento Angola, S.A, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 759.902.101 mAKZ e fundos próprios de 74.376.032 mAKZ, incluindo um resultado líquido do exercício de 20.975.647 mAKZ), as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a mutação de um sistema de controlo interno apropriado
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantidades e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Tel 222 338 957 Fax 222 338 957 www.pkf.com

PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES S. A. Rua da Missão, nº 147, 6º D Luanda Angola

PKF ANGOLA – AUDITORES E CONSULTORES S. A. é membro da PKF Internacional Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Fomento Angola, S. A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2).

Luanda, 23 de Abril de 2013

A handwritten signature in black ink that reads "PKF Angola". The signature is written in a cursive, slightly slanted style.

PKF ANGOLA – Auditores e Consultores, S. A.

Relatório e parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do

Banco de Fomento Angola, S.A.

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 22º nº 1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo de Dezembro de 2012.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normais legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela Sociedade PKF Angola – Auditores e Consultores, SA.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, as Demonstrações de Resultados, das mutações dos seus fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.

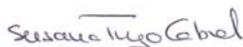
6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral:
- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 23 de Abril de 2013

O Conselho Fiscal



Amílcar Cabral
Presidente



Susana Trigo Cabral
Vogal



Henrique Camões Serra
Vogal

150 Contactos BFA



ANEXOS

Contactos do BFA

EDIFÍCIO SEDE



Rua Amílcar Cabral, 58
Maianga – Luanda

Telefone:
(+244) 222 638 900

Website:
www.bfa.ao

Homebanking:
www.bfanet.ao
www.bfanetempresas.ao

CENTROS DE INVESTIMENTO

SEDE

Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Fax: (+244) 222 638 972

BAIXA

Rua Sequeira Lukoki com
Alfredo Trony
Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 336
285 / 337 030
Fax: (+244) 222 332 242

MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo
98/103
Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 394
456 / 251
Fax: (+244) 222 393 145

SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto n.º 233,
R/C
Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 392
094 / 393 051
Fax: (+244) 222 393 195

SOLAR DE ALVALADE

Rua Emílio Mbidi S/N,
Bairro Alvalade – Luanda
Fax: (+244) 222 696 442

TALATONA

Rua Centro
de Convenções S8
Bairro Talatona – Luanda
Telefone:
(+244) 222 696 426

LOBITO CAPONTE

Gavento da Rua 13 com AV.
Salvador Correia,
Zona Industrial da Canata
R/C
(edifício da Agência Lobito –
Caponte)
Benguela
Telefone(s):
(+244) 272 226
242 – 272 200 836
Fax: (+244) 272 226 239

BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange
s/n
Benguela
Telefone(s):
(+244) 272 230 190 / 193
Fax: (+244) 272 230 196

CENTROS DE EMPRESAS

SEDE

Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Fax: (+244) 222 638 938
LUBANGO
Rua Pinheiro Chagas, n.º
117 Huíla
Telefone(s):
(+244) 261 224 287 / 225
689
Fax: (+244) 261 224 973

LOBITO CAPONTE

Gaveto da Rua 13 com
Avenida Salvador Correia,
Zona Industrial da Canata,
1.º andar Benguela
Telefone(s):
(+244) 272 226 240 / 1
Fax: (+244) 272 226 238

SANTA BÁRBARA

Av.ª Marginal 2, s/n Luanda
Telefone:
(+244) 222 696 419
Fax: (+244) 222 696 420

MORRO BENTO

Rua 21 de Janeiro, Morro
Bento
Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 333 451 / 336
786 / 336 802
Fax: (+244) 222 696 493

VIANA POLO INDUSTRIAL

Estrada de Catete – Polo
Industrial KM 23, s/n
Luanda Telefone: (+244)
222 696 487
Fax: (+244) 222 686 488

VIANA ESTALAGEM

Estalagem do Leão Estrada
Principal de Viana Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 291 093 / 723
Fax: (+244) 222 291 083

MAJOR KANHANGULO

Rua Major Kanhangulo
s/n Ingombotas – Luanda
Telefone(s): (+244) 222
393 433 / 394 022
Fax: (+244) 222 393 839

TALATONA

Rua do SIAC, Bairro
Talatona Luanda
Telefone:
(+244) 222 445 836
Fax: (+244) 222 447 041

CACUACO

Estrada Directa de
Cacuaco, Largo da Igreja,
s/n, Edifício da Agência
do Cacuaco – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 511 369/ 447
Fax: (+244) 222 511 413

LARGO SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto, n.º 233
R/C Ingombota – Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 392 952 / 859
Fax: (+244) 222 392 734

**CENTRO DAS GRANDES
EMPRESAS**

Rua Amílcar Cabral, n.º 58
Luanda
Telefone(s):
(+244) 222 638 900

CABINDA – DEOLINDA**RODRIGUES**

Bairro Deolinda Rodrigues,
Rua Comendador Henriques
Serrano, s/n Cabinda
Telefone(s):
(+244) 231 220 381 /
309 / 823
Fax: (+244) 231 220 382

BENGUELA CASSANGE

Rua Comandante Cassange
s/n Benguela
Telefone(s): (+244) 272
236 604 / 605
Fax: (+244) 272 236 606

OIL & GAS OPERATORS

Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Telefone: (+244)
222638986

